

Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Lingüística

**Transitividade variável em verbos monotransitivos e o uso
inovador do clítico *lhe* no português do Brasil**

Elaine Mesquita Lucas

Brasília

2008

Elaine Mesquita Lucas

Transitividade variável em verbos monotransitivos e o uso inovador do clítico *lhe* no português do Brasil

Dissertação submetida ao Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

Orientadora:

Profa. Dra. Heloisa Maria Moreira Lima de A. Salles (UnB – LIP)

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª Rozana Reigota Naves (UnB – LIP)

Prof^ª Dr^ª Eloisa Nascimento Silva Pilati (CEELL)

Prof^ª Dr^ª Enilde Leite de Jesus Faulstich (UnB – LIP)

Lucas, Elaine Mesquita.

Transitividade variável em verbos monotransitivos e o uso inovador do clítico *lhe* no Português do Brasil. / Elaine Mesquita Lucas. -- Brasília, 2008.

118p.: 30 cm.

Orientadora: Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas, 2008.

1. Transitividade - objeto direto - complemento preposicionado.
 2. Alternância. 3. Lhe. I. Salles, Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida.
- II. Título.

CDU 801(81)

Para meus pais

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela inspiração, saúde e por colocar diante de mim o caminho da Lingüística.

Às pessoas que contribuem para a existência da Universidade Pública no Brasil, por me permitirem conviver em ambiente tão inspirador.

À Profa. Heloisa, pelo incentivo e interesse, pelo exemplo pessoal e profissional e, principalmente, pela orientação dedicada e essencial para o logro deste projeto.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Lingüística, especialmente às Profas. Rozana Naves e Marta Scherre, pelas discussões e pelo incentivo na adoção da teoria gerativa como perspectiva de análise lingüística. À professora Denize Elena, pela preocupação e empenho em contribuir em nossa formação. À profa. Cida Torres, pela disposição em ensinar a quilômetros do conforto do ‘lar’ e me incentivar na pesquisa do clítico *lhe*.

Aos colegas, especialmente à Adriana Chan, Aline Mesquita, Dalmo Borges, Poliana Rabelo, Shelton Souza, Patrícia Tavares e Maria do Carmo pelas discussões produtivas e a amizade.

Aos funcionários e ex-funcionários do PPGL que fizeram parte desta jornada, Jacinta, Renata e Bruno, sempre solícitos e dedicados.

Aos colegas do CEF 07, especialmente, à Áurea, Keila, Adriana Cabral, Neide, Venina, Rita, Andréia, Fabrísia, Maria da Guia, ao Seu Ribamar, Carlos Ivan, Carlos Zaranza, Moisés e, ainda, aos amigos Gina e Hélio, pela acolhida no ambiente profissional, o que garantiu parte da tranquilidade necessária à produção da dissertação.

À Célia e Geni do Núcleo de Recursos Humanos da Direção Regional de Ensino da Ceilândia/SEDF, que me instruíram e me apoiaram no máximo de suas possibilidades no processo de redução de carga horária para que eu pudesse cursar dedicadamente as disciplinas do PPGL.

Ao Eduardo, pela paciência, ajuda com o computador, momentos de distração e amor.

E, finalmente, à minha mãe, Rosário, e ao meu pai, Eustáquio, pelo apoio incondicional; e aos meus irmãos de sangue e coração, Gustavo, Eveline e Thales, pelas intuições e interesse.

**"A consciência da inconsciência da vida é
o mais antigo imposto à inteligência."**

Do Livro do Desassossego

Bernardo Soares

SUMÁRIO

Lista de quadros.....	ix
Abreviaturas.....	x
Resumo.....	xi
Abstract.....	xii
CAPÍTULO 1 – O problema e pressupostos teóricos	14
1.1 A extensão do clítico dativo <i>lhe</i> para configurações acusativas e o problema do emprego variável do objeto indireto e direto.....	14
1.2 A gramática gerativa.....	18
1.3 A faculdade da linguagem.....	19
1.4 O programa minimalista.....	22
1.4.1 O formato dos constituintes, o papel temático e o Caso.....	24
1.4.2 O Caso na teoria da regência e ligação.....	30
1.5 Considerações parciais.....	33
CAPÍTULO 2 - As funções gramaticais no contexto sintático da complementação	36
2.1 Configurações não-preposicionadas.....	36
2.2 Configurações preposicionadas.....	39
2.2.1 Estruturas monotransitivas.....	40
2.2.2 Estruturas bitransitivas.....	43
2.3 Considerações parciais.....	45
2.4 Inovações na sintaxe de complementação do PB.....	48
2.4.1 Inovações nas configurações não-preposicionadas.....	48
2.4.2 Inovações nas configurações preposicionadas.....	50
2.5 Considerações parciais.....	56

CAPÍTULO 3 - O quadro pronominal do português do Brasil atual e o clítico

<i>lhe</i>.....	58
3.1 Os pronomes de sujeito e objeto na visão da gramática tradicional.....	58
3.2 Os pronomes do português do Brasil nos estudos lingüísticos.....	61
3.2.1 Os pronomes na função de sujeito.....	61
3.2.1.1 Português do Brasil e o parâmetro <i>pro-drop</i> – breves considerações	65
3.2.2 Os pronomes na função de objeto direto.....	68
3.2.3 Os pronomes na função de objeto indireto	72

CAPÍTULO 4 – A sintaxe de complementação de predicados monotransitivos e o uso inovador do pronome *lhe*.....

4.1 Propriedades aspectuais dos predicados.....	78
4.2 A relação sintático-semântica entre o verbo e seu complemento direto	83
4.3 Naves (2005): uma proposta de mapeamento baseada em traços aspectuais	86
4.4 Traços aspectuais e a alternância entre OI e OD no PB.....	90
4.5 Traço [\pm animado] e [\pm abstrato]	100
4.6 Síntese do capítulo.....	106

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formas dos pronomes pessoais em Cunha & Cintra (2001).....	55
Quadro 2 - Formas pronominais retas e oblíquas em Rocha Lima (2006).....	55
Quadro 3 - Classificação semântica dos verbos monotransitivos de complementos alternantes.....	87

ABREVIATURAS

[EM]	Event Measurer – Medidor do Evento
ACC	Acusativo
Agr	Agreement – Concordância
D2	Diálogo entre dois informantes
DAT	Dativo
DID	Diálogo entre Informante e Documentador
DP	Determiner Phrase – Sintagma Determinante
EF	Eloções Formais
GT	Gramática Tradicional
GU	Gramática Universal
IP	Inflectional Phrase – Sintagma Flexional
NOM	Nominativo
NP	Noun Phrase – Sintagma Nominal
NURC	Projeto de Estudo Norma Lingüística Urbana Culta
OBL	Oblíquo
OD	Objeto Direto
ODP	Objeto Direto Preposicionado
OI	Objeto Indireto
P	Preposição
PAR	Partitivo
PB	Português do Brasil
PE	Português Europeu
POA	Porto Alegre
PP	Prepositional Phrase – Sintagma Preposicional
RE	Recife
RJ	Rio de Janeiro
SP	São Paulo
SSA	Salvador
V	Verbo
VP	Verbal Phrase – Sintagma Verbal

RESUMO

Este trabalho examina a sintaxe de complementação e pronominalização no português do Brasil (PB), considerando particularmente a ocorrência de complementos preposicionados em oposição a complementos objeto direto, bem como a retomada anafórica dessas funções gramaticais por meio do clítico dativo *lhe* (e demais formas do paradigma). São consideradas nesta pesquisa apenas as estruturas formadas por predicados monotransitivos que selecionam um argumento interno preposicionado introduzido pela preposição *a*. Procuramos relacionar duas inovações verificadas na sintaxe de complementação e no quadro pronominal do PB: (a) queda da preposição *a* introdutora de complemento preposicionado de verbos monotransitivos, conduzindo a que esse complemento seja mapeado como objeto direto e (b) a realização do clítico dativo *lhe* como complemento objeto direto.

À luz do quadro teórico da teoria gerativa, buscamos relacionar os fenômenos em estudo a fatores sintático-semânticos, como o tipo aspectual de predicado e o estatuto do complemento quanto à propriedade de mudança de estado do complemento. Na análise, identifica-se ambigüidade na interpretação do complemento com o papel temático de Alvo e Tema, o que explica sua realização como OD ou OI. Verifica-se ainda que a preposição *a* dos predicados monotransitivos é uma preposição gramatical/ *dummy*, que ocorre como marca morfológica de Caso. O mapeamento do complemento como OD é analisado no contexto mais amplo da perda da preposição *a* na codificação do dativo no PB. Adicionalmente, demonstra-se que as mudanças no sistema pronominal do PB, pelas quais passa a se caracterizar como sistema mais referencial em detrimento de um sistema casual, conduzem a que o clítico seja mapeado também como clítico acusativo.

ABSTRACT

The study examines the syntax of complementation and pronominalization in Brazilian Portuguese (PB). In particular, the occurrence of prepositional complements, as opposed to direct objects is taken into consideration, in relation to the use of the dative clitic *lhe* anaphoric as an anaphoric pronoun in (direct) object position. Adopting the approach of the generative framework, the discussion is mainly concerned with monotransitive constructions introduced by the preposition *a*, establishing a relation between two innovations of BP grammar: (a) the loss of the preposition *a* introducing the prepositional complement, giving rise to a monotransitive predicate with a direct object; and (b) the realization of the dative clitic *lhe* as accusative. The study further considers the role of syntactic and semantic features, such as the aspectual properties of the predicate and the status of the complement with respect affectedness. An ambiguity in the interpretation of the Goal and Theme thematic roles is identified, which is taken to account to their realization as DO and IO. From the syntactic point of view, the preposition *a* is analysed as grammatical/ *dummy* category, occurring as morphological Case marker. The mapping of the DO is analysed within the broader context of the change in the syntax of datives in BP. It is additionally shown that the fact that the pronominal system in PB tends to become a system encoding referentiality, not case, relates to the fact that the dative clitic is mapped as accusative.

CAPÍTULO 1

O PROBLEMA E OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Esta dissertação procura verificar que fatores podem ser associados à presença do clítico *lhe* como complemento objeto direto de verbos monotransitivos no português do Brasil (doravante PB), investigando a relação entre esse fenômeno e a alternância sintática entre objetos indiretos e objetos diretos nesses contextos sintáticos.

A dissertação se estrutura como segue: no capítulo 1, que ora desenvolvemos, apresentamos o problema e a fundamentação teórica que orientará nosso olhar sobre o fenômeno; no capítulo 2, apresentamos a classificação dos complementos sob a visão Rocha Lima (2006), Cunha & Cintra (2001) e Mateus et alii (2001) e as inovações relacionadas a esses complementos no PB atual; no capítulo 3, apresentamos o quadro pronominal do português conforme a gramática normativa e as inovações no emprego dos pronomes na variante brasileira do português e, por fim, no capítulo 4, investigamos a relação entre traços aspectuais, como telicidade e mudança de estado, e as inovações que se referem ao emprego do clítico *lhe* e à alternância entre complementos objetos indiretos e diretos em contextos de predicados monotransitivos no português do Brasil.

1.1 A extensão do clítico dativo *lhe* para configurações acusativas e o problema do emprego variável do objeto indireto e direto

À luz da versão minimalista da Teoria de Princípios e Parâmetros, procuramos investigar as questões relacionadas à alternância entre o objeto indireto e direto em estruturas de verbos monotransitivos, bem como o licenciamento do clítico *lhe* nas funções de objeto direto nesses contextos. A seguir apresentamos os fatos relacionados ao emprego do clítico, para depois passarmos aos fatos associados à alternância entre objetos indiretos e diretos em estruturas monotransitivas.

De acordo com a tradição gramatical, identifica-se, em português, a existência de sincretismo entre as formas de primeira e segunda pessoas nas funções de objeto direto e

indireto (cf. (1) e (2)). Diferentemente, na terceira pessoa, não existe sincretismo, mas sim formas exclusivas para exercer as funções de objeto direto e indireto (cf.(3)).

- (1) a. Pedro *me/ nos* viu. (objeto direto – 1ª pessoa)
 b. Pedro *me/ nos* disse a verdade. (objeto indireto – 1ª pessoa)
- (2) a. Pedro *te/ vos* viu. (objeto direto – 2ª pessoa)
 b. Pedro *te/ vos* disse a verdade. (objeto indireto – 2ª pessoa)
- (3) a. Pedro *o(s)/ a(s)* viu. (objeto direto – 3ª pessoa)
 b. Pedro *lhe(s)* disse a verdade. (objeto indireto – 3ª pessoa)

Como se faz notar, as formas pronominais de primeira e segunda pessoas do singular e do plural (*me/te; vos/nos*) são empregadas nas funções de objeto direto e de objeto indireto indistintamente, ao passo que as formas de terceira pessoa *o(s)/a(s)* são empregadas especificamente em função de objeto direto, e a forma *lhe(s)*, na de objeto indireto.

Entretanto, no português brasileiro (doravante PB), o emprego das formas *o(s)/a(s)* e *lhe(s)* não corresponde ao que tem sido sistematizado pela gramática tradicional e, entre as características inovadoras do PB, sobressai o desaparecimento do vernáculo dos pronomes *o/a* na função de objeto direto e *lhe* na função de objeto indireto, referindo-se à terceira pessoa (veja capítulo 3). Outro aspecto que chama a atenção é a ‘generalização’ do emprego do pronome dativo de terceira pessoa associado à função de objeto direto, como se observa pelo contraste entre (4a) e (4b)¹:

- (4) a. Passando aqui para *lhe* dar parabéns! (objeto indireto)
 b. Nunca mais *lhe* vi. (objeto direto)²

¹ Esses dados estão em Lucas (2006). Neste trabalho a autora descreve o emprego que se faz do clítico dativo de terceira pessoa – *lhe* – no PB, considerando particularmente as ocorrências da forma como pronome acusativo (ou seja, como anafórico pronominal associado à posição de objeto direto) em textos escritos extraídos do site de relacionamento Orkut. Os informantes possuem nível médio completo, todos residem no espaço urbano do Distrito Federal (DF) e têm entre 20 e 25 anos de idade.

² Um aspecto adicional em relação ao uso inovador do clítico *lhe* no PB é uma possível correlação com o grau de formalidade. Agradeço à professora Eloísa Pilatti pela observação e reconheço a possibilidade de se confirmar a presença dessa variável sociolinguística. Em relação aos dados de que disponho, isso se confirma, pois o clítico aparece em situações de congratulação, convite (cf. *Por isso lhe convido para entrar na comunidade Escritora entre Alunos/ Parabéns que Deus lhe cubra de muitas bênçãos...*). Para considerações adicionais, remeto o leitor à nota seis do terceiro capítulo.

Esses fatos contrastam com a impossibilidade da expressão do *lhe* em certos contextos de complementos preposicionados, como afirmam Ilari *et al* (1996:158), pautando-se na sentença (5):

(5) *o filme é bom, mas não vou assistir-*lhe*.

No âmbito da gramática tradicional, essa restrição é amplamente reconhecida. Rocha Lima (1972/ 2006: 422) já apontava essa impossibilidade ao afirmar que “se for pronome pessoal o complemento [do verbo assistir], não se admitirá a forma *lhe(s)*, senão *a ele(s)*, *a ela(s)*”. O autor cita verbos caracterizados pelo mesmo impedimento como **aspiro-lhe*, **atendeu-lhe*, **assiste-lhe*, **visa-lhe*, entre outros. Tais descrições chamam atenção, pois sugerem diferenças entre as estratégias de codificação do objeto indireto (o *lhe* e os complementos preposicionados).

No entanto, observando o exemplo sugerido em (6a-b), com o mesmo verbo, percebemos que não há problemas quanto à gramaticalidade da sentença (6b), em que o pronome faz referência à segunda pessoa, e que o verbo admite ser empregado como transitivo direto (6c) – o que pode ser comparado com (7).

(6) a. Maria, vou assistir *a você* hoje.

b. Maria, vou *lhe* assistir hoje.

c. Maria, vou assistir *você* hoje.

(7) a. João recorreu *ao amigo* para resolver o problema do carro.

b. *João *lhe* recorreu para resolver o problema do carro

c. *João recorreu *o amigo* para resolver o problema do carro.

Na 3ª pessoa, a restrição ao uso de *lhe* se mantém, mesmo no contexto em que o complemento do verbo é mapeado como transitivo direto, o que indica que a distribuição de *lhe* tem implicações adicionais:

(8) a. Assisti *ao Paulo Autran* no teatro ontem.

b. **Lhe* assisti no teatro ontem.

c. Assisti *o Paulo Autran* no teatro ontem.

- (9) a. João recorre *a você* sempre que precisa.
 b. *João *lhe* recorre sempre que precisa.
 c. *João recorre *você* sempre que precisa.

Uma observação importante sobre as construções (6) e (8) é que o verbo *assistir*, na acepção de ‘ver’, ‘presenciar’, é amplamente empregado na fala sem a preposição (cf. (6c) e (8c)), ao passo que o complemento de *recorrer* é necessariamente preposicionado, como se verifica pela agramaticalidade de (7c) e (9c).

No PB, a pronominalização em contexto de complementação requer, portanto, que se considere o fato de que existe clara tendência, com alguns predicados, a que o complemento seja mapeado sintaticamente como objeto direto, ou seja, a configuração preposicionada deixa de ser usada (cf. *assistiu ao filme/ ao ator X* > *assistiu o filme/ o ator X*; *respondeu ao professor* > *respondeu o professor*; *atender ao cliente* > *atender o cliente*).

Em relação à sintaxe da preposição *a*, outra manifestação é a flutuação entre as preposições *a* e *para*. Um ponto fundamental em relação à substituição de *a* por *para* é que os contextos nem sempre são intercambiáveis (cf. (10) vs. (11)).

- (10) a. Maria deu o livro *ao* João.
 b. Maria deu o livro *para* o João.

- (11) a. Maria atendeu *ao* cliente.
 b. *Maria atendeu *para* o cliente.

É necessário, portanto, investigar o que licencia a sintaxe inovadora desses complementos preposicionados, já que o sintagma passa a desempenhar uma função diferente uma vez que a preposição é elidida do sintagma complemento. O entendimento acerca dos fatores que licenciam a distribuição das preposições dos complementos, bem como a alternância entre preposições, poderá conduzir à compreensão da impossibilidade de *lhe* ocorrer em sentenças como (5), (7b), (8b) e (9b).

A presente pesquisa visa compreender as condições de licenciamento de *lhe* em função dativa e acusativa no português do Brasil falado, associadas a fatores de transitividade verbal e à gradual substituição da preposição *a* por \emptyset em construções monotransitivas. Sua necessidade se faz notar por contribuir para a compreensão da ampla reanálise, em curso, do

sistema pronominal do português do Brasil e da mudança de transitividade de certos verbos em português, especialmente os monotransitivos com complementos do tipo objeto indireto.

Diante dos fatos expostos, podemos levantar as seguintes questões sobre o emprego do clítico dativo de terceira pessoa, a transitividade verbal e a substituição da preposição *a* no PB:

(i) Que tipos de verbos monotransitivos possibilitam a formação de sentenças com complementos preposicionados e complementos não-preposicionados na posição de objeto?

(ii) Existe relação entre papéis temáticos/ funções semânticas e a possibilidade de alternância entre DPs como complementos em função de objeto direto e indireto em verbos monotransitivos? Em caso afirmativo, que papéis temáticos são esses?

(iii) O que o mapeamento sintático dos argumentos pode sugerir sobre a possibilidade de a mudança no quadro pronominal estar associada à mudança na transitividade verbal no PB?

Essas são, a nosso ver, as principais questões sobre o fenômeno apresentado nas sentenças de (4)-(11) e às quais nos dedicaremos nos próximos capítulos. Nas próximas seções, expomos a síntese de algumas assunções do programa minimalista de pesquisa lingüística, que serão essenciais à nossa pesquisa.

1.2 A gramática gerativa

A base teórica que orientará esta pesquisa é a da gramática gerativa. O surgimento da gramática gerativa provocou uma revolução a partir da década de 50 ao deslocar a discussão (e a compreensão) acerca da aquisição da linguagem e da natureza do conhecimento lingüístico do eixo empirista para o cognitivista. Essa discussão, formulada pioneiramente por Noam Chomsky, promoveu a reflexão sobre antigos pressupostos e sua redefinição, como será apresentado sinteticamente a seguir.

Ao colocar em xeque a versão empirista da aquisição da linguagem e depositar enorme valor na cognição nesse processo, a teoria gerativa assume que o cérebro humano não é ‘uma folha em branco’ e atribui à genética importância fundamental. O resultado dessas

assunções é a elaboração do quadro teórico da teoria e a definição de uma metalinguagem própria. Apesar de a teoria apresentar pressupostos de não muito mais de meio século, o pensamento racionalista em que se fundamenta em relação à origem e à natureza da linguagem não é tão recente, visto que exposições acerca de “princípios imutáveis e gerais da linguagem”, além de outras, remontam ao século XVIII – e mais remotamente a considerações de Platão a respeito da natureza do conhecimento (cf. Chomsky, 1986). As considerações a seguir centram-se na definição da faculdade da linguagem, com ênfase na evolução do pensamento científico no que se refere às propriedades e operações que atuam no sistema computacional, relativamente ao processo de atribuição de papel temático e de distribuição de sintagmas nominais, definida em termos da noção de Caso (abstrato).

1.3 A faculdade da linguagem

Uma das grandes questões sobre a linguagem diz respeito a como a criança consegue adquirir uma língua, ou seja, como consegue adquirir um sistema tão complexo em um curto espaço de tempo, usando com segurança regras complexas, cujo acesso baseia-se em informações imperfeitas e incompletas, em face da ausência de instrução sistemática e de evidência negativa. Apesar de ter acesso a dados imperfeitos, a criança desenvolve uma capacidade muito mais complexa, que não resulta apenas das evidências empíricas apresentadas nesses momentos de interação com a comunidade lingüística, o que se deve em grande medida, de acordo com a teoria gerativa, ao aparato biológico geneticamente herdado. Essas assunções são referidas como o chamado “problema de Platão”, também designado como o argumento da *pobreza do estímulo*.

A teoria gerativa expande-se a partir do conceito central de faculdade da linguagem, caracterizado como um órgão mental dotado de um conjunto de princípios comuns a todas as línguas e parâmetros com opções em aberto, a serem fixadas com o acesso aos dados do *input* (ou Dados Lingüísticos Primários/ *Primary Linguistic Data* – PLD). Esse conjunto é o que chamam de Gramática Universal e que, de acordo com Chomsky (1986: 23), “deve ser vista como uma caracterização da faculdade da linguagem geneticamente determinada”. É, portanto, a partir de uma estrutura biológica inata, associada à interação com a experiência lingüística disponível, que se originará uma língua particular – inglês, japonês ou português, por exemplo. Em síntese, “a GU é uma teoria de um estágio inicial da faculdade da

linguagem” e “a gramática gerativa particular é uma teoria que se ocupa do estado mente/cérebro do indivíduo que conhece uma língua particular” (Chomsky, 1986: 23).

Para diferenciar o que há na mente do que é externalizado pelo ser humano em termos de linguagem, Chomsky (1986) elabora uma distinção entre língua-E (externa) e língua-I (interna). A língua-E corresponde na teoria àquilo que, em termos de linguagem, é externo ao que existe na mente, ou seja, “um conjunto (ou sistema) de ações ou comportamentos de um certo tipo” [Idem: 39]. A gramática dessa língua-E é assumida como “uma coleção de afirmações descritivas que dizem respeito à língua-E, a atos lingüísticos reais ou potenciais”. A língua-I, por sua vez, é definida como “um elemento existente na mente da pessoa que conhece a língua”, e a gramática que lhe corresponde “seria, então, uma teoria da língua-I”, à qual chamamos de Gramática Universal (GU). A GU é o objeto investigado pela Teoria Gerativa. Isso representa uma grande mudança no objeto de estudo da ciência lingüística em comparação ao que vinha sendo observado tradicionalmente por outras correntes lingüísticas. Isso se deve ao deslocamento do objeto de estudo do “comportamento lingüístico real para o sistema de conhecimento que sustenta o uso e a compreensão de língua, e, mais profundamente, para a capacidade inata que permite aos humanos atingir tal conhecimento” (Chomsky, 1986: 43).

Tendo em vista que a língua sustenta-se sobre um componente inato exclusivo da espécie humana, é de se supor que ela seja idêntica para todos os homens. Entretanto, o que distingue as línguas umas das outras? Uma resposta a essa questão não se limita a explicar a diversidade lexical, mas também a organização das palavras na sentença. O aparente paradoxo é explicado pela Teoria Gerativa por meio da noção de Princípios e Parâmetros (P&P), mencionada anteriormente. Os princípios são rígidos e invariáveis, estão presentes na mente dos falantes e estabelecem o limite para variação entre as línguas humanas. Os parâmetros, por sua vez, são propriedades que uma língua pode ou não exibir, também são responsáveis pelas diferenças entre as línguas, sendo fixados a partir da experiência, o que promove a passagem de um estado inicial da faculdade a um estado relativamente estável. Nesse estado atingido se conhece a Língua-E (*External Language/E-Language*) particular. Os dois conceitos se complementam de forma que

O estado estável tem duas componentes, que se podem distinguir analiticamente; no entanto, essas componentes podem ser fundidas ou entrelaçadas: por um lado, há uma componente específica da língua em

questão e, por outro lado, há o contributo do estado inicial. (Chomsky, 1986:45)

Dessa forma, uma sentença que viola um princípio não é realizada em nenhuma língua natural, ao passo que uma sentença que não atende a uma propriedade paramétrica em uma língua pode ser gramatical em outra, como mostra o contraste entre os exemplos (12) e (13):

(12) a. It rains.

b. *Rains

(13) Chove.

Para compreender a agramaticalidade de (12b), é preciso considerar a existência de dois *princípios* correlatos – o *Princípio de Projeção*, que estabelece que a estrutura de um predicado está sintaticamente representada, e o *Princípio de Projeção Estendido* (*Extended Projection Principle/EPP*), segundo o qual toda oração tem sujeito. Os parâmetros, por sua vez, são binários e analisados em termos de valores (positivo ou negativo). O parâmetro que explica a impossibilidade de (12b) é o Parâmetro do Sujeito Nulo, o qual, em inglês, é marcado como negativo, o que significa que essa língua não admite que a posição do sujeito fique vazia. O inglês deve, portanto, realizar foneticamente o sujeito, ainda que a categoria realizada nessa posição não possua carga semântica. No português, como se observa em (13), a sentença é gramatical, e o parâmetro mencionado tem valor positivo. Nesta sentença, o sujeito não pode ser foneticamente realizado.

Uma pergunta correlata que pesquisadores dessa linha teórica buscam responder é como a teoria explica a mudança lingüística. Foi exposto anteriormente que os parâmetros são responsáveis pela diferença interlingüística/ translingüística. Propõe-se então que certas condições do *input* lingüístico podem levar à fixação de um valor paramétrico divergente na aquisição da língua (materna). Nesse processo, ocorre a ‘formatação’ da gramática pela seleção dos valores paramétricos apreendidos dos dados do *input* – o que pressupõe um estado mental inicial (a *Gramática Universal*) e um desenvolvimento que alcança um estado mental final (a *Gramática Particular*). A mudança lingüística ocorre se existe divergência no valor paramétrico, ou seja, se a criança fixa o parâmetro de forma diferente do que é registrado na gramática adulta – estando a difusão na comunidade lingüística dessa inovação

associada a outros fatores, de natureza sócio-histórica e cognitiva. Nesses termos, se for confirmada a fixação de valor paramétrico diferente na gramática infantil, podemos afirmar que houve mudança lingüística em relação ao que foi apresentado como *input* na aquisição. Desta forma, toda mudança acontece em termos de aquisição (cf. Chomsky 1986, Lightfoot 1991, Kroch 2000, e muitos outros).

1.4 O programa minimalista

O Programa Minimalista é um desenvolvimento da abordagem de Princípios e Parâmetros (P & P) que tem por objetivo principal deduzir as propriedades da Faculdade de Linguagem da interação com as interfaces conceptual-intencional e articulatório-perceptual. Uma das reformulações assumida pelo Programa se dá em termos da existência das estruturas profunda e superficial, questionadas por não serem definidas em termos das interfaces. Assim, buscou-se que as condições definidas por esses níveis representacionais fossem explicados em termos de legibilidade na interface (Chomsky, 1998: 47), visto que, ao se falar em língua, somos remetidos a um fato que parece indiscutível: as sentenças apresentam propriedades de som e significado. Com isso, assume-se que a expressão das sentenças estabelece relações de interface com sistemas cognitivos responsáveis por atribuir a elas propriedades articulatórias e perceptuais, ou sensorimotores (sistema A-P, em interface com a Forma Fonética), e por prover características conceituais e intencionais (sistema C-I, em interface com a Forma Lógica – significado).

De acordo com Chomsky (1998: 48), um dos pressupostos relativos às propriedades da interface é que a linguagem envolve três tipos de elementos: (a) propriedades do som e do significado, “os traços”; (b) os itens lexicais, que se constituem desses traços e (c) as expressões complexas, formadas pelas unidades atômicas (itens lexicais). Os traços presentes nos itens lexicais dividem-se em fonéticos, semânticos e formais, sendo que este último tipo é de natureza diferente, pois não é interpretável em nenhuma das interfaces. Tendo isso em mente, pode-se afirmar que a faculdade da linguagem abrange um léxico e um sistema de operações que opera com os traços na formação das expressões lingüísticas, o sistema computacional.

O sistema computacional compreende duas operações básicas: *Select*, *Merge* e *Move*. A primeira seleciona os itens – organizados como uma numeração (N) –, e a segunda

concatena os itens lexicais construindo objetos sintáticos maiores. Em (14a) está representada uma sentença qualquer, e em (14b) há um conjunto inicial de itens lexicais que devem ser usados na formação da sentença (14a).

(14) a. As crianças encontraram os pais.

b. $N = \{\text{encontraram}_1, \text{as}_1, \text{os}_1, \text{pais}_1, \text{crianças}_1\}$

(15) a. $N' = \{\text{encontraram}_1, \text{as}_1, \text{os}_1, \text{pais}_0, \text{crianças}_1\}$

b. *pais*

c. $N'' = \{\text{encontraram}_1, \text{as}_1, \text{os}_0, \text{pais}_1, \text{crianças}_1\}$

d. *os*

e. $\text{pais} +_{\text{Merge}} \text{os} \rightarrow [\text{DP os pais}]$

f. $N''' = \{\text{encontraram}_0, \text{as}_1, \text{os}_0, \text{pais}_0, \text{crianças}_1\}$

g. *encontraram*

h. $\text{encontraram} +_{\text{Merge}} [\text{DP os pais}] \rightarrow [\text{VP encontraram} [\text{DP os pais}]]$

i. $N'''' = \{\text{encontraram}_0, \text{as}_1, \text{os}_0, \text{pais}_0, \text{crianças}_0\}$

j. *crianças*

l. $N''''' = \{\text{encontraram}_0, \text{as}_0, \text{os}_0, \text{pais}_0, \text{crianças}_0\}$

m. *as*

n. $\text{crianças} +_{\text{Merge}} \text{as} \rightarrow [\text{DP as crianças}]$

o. $[\text{DP as crianças}] +_{\text{Merge}} [\text{VP encontraram} [\text{DP os pais}]] \rightarrow [\text{VP as crianças} [\text{V} \text{encontraram} [\text{DP os pais}]]]$

Simultaneamente à operação *Merge*, *Move* atua na construção da sentença e é motivada pela necessidade de um dado elemento entrar em dependência sintática com um núcleo funcional, o que pode ocorrer na sintaxe aberta ou fechada, um exemplo é o movimento para a checagem do Caso dos DPs (veja representação na sentença (30), adiante).

Em síntese, o léxico especifica os itens (e suas idiossincrasias) que entram no sistema computacional. O sistema computacional organiza esses itens de forma a comporem um par (π , objeto/propriedade da Forma Fonética, e λ , objeto/propriedade da Forma Lógica). Esse par se sujeita ao requisito da Interpretação Plena (*Full Interpretation*), o qual determina que todos os traços do par sejam legíveis em suas interfaces – sendo os traços não legíveis eliminados previamente. Se isso ocorre, a derivação converge na Forma Fonética e na Forma

Lógica (o que deve ocorrer necessariamente nos dois níveis), e a combinação é construída pela gramática, ou em outras palavras, dizemos que a derivação resultante é filtrada na FL e FF; se não é filtrada, a derivação falha e a sentença não é produzida na língua. A língua está submetida à Condição de Inclusão (*Inclusiveness Condition*), que requer que objetos da FL sejam construídos a partir de traços dos itens da numeração.

1.4.1 O formato dos constituintes, o papel temático e o Caso

Eliminados os níveis intermediários como parte inerente da configuração da gramática, uma mudança adicional é a projeção da estrutura sintagmática. Dada a assunção de que, em certas sentenças, especificadores, complementos e adjuntos são, em princípio, opcionais (cf. (16), (17) e (18)) não havendo, portanto, necessidade de as estruturas apresentarem projeções vazias, projeções vazias previamente concebidas são abolidas, em favor de uma projeção sintagmática nua, definida pela operação *Merge*, estritamente derivacional.

(16) Maria [_{VP} [_{V'} [_V riu]]].

(17) Maria riu [_{AP} [_{A'} [_A muito]]].

(18) Maria riu [_{PP} [_{P'} [_P de mim]]].

Enfatizou-se, portanto, a forma relacional de conceituar as projeções quando passou-se a distinguir elementos por meio das relações locais estabelecidas com outros elementos em seu ambiente, o que conduziu à conceituação das projeções, como a seguir (cf. (19), (20) e (21)):

(19) Projeção mínima: X⁰

Uma projeção mínima é um item lexical selecionado na numeração.

(20) Projeção máxima: XP

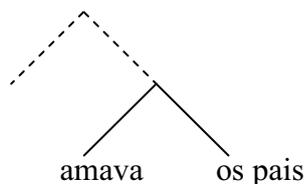
Uma projeção máxima é um objeto sintático que não projeta.

(21) Projeção intermediária: X'

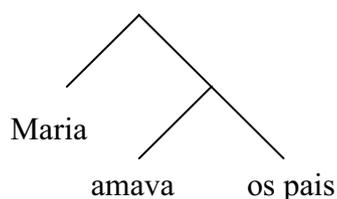
Uma projeção intermediária é um objeto sintático que não é X^0 nem XP .

A representação da estrutura sintagmática passa a ser percebida a partir de um núcleo, que projeta um constituinte máximo e vai sendo combinado com complementos, modificadores e especificadores, com que estabelece essas relações.

(22) a.



b.

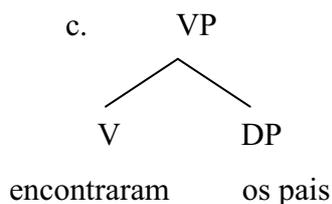


A alteração na estrutura e a eliminação das estruturas profunda e superficial também produziram efeitos na forma de considerar a atribuição de papel temático. A Teoria da Regência e Ligação deixou o legado de que as configurações de atribuição de papel temático devem ser locais, mas coube ao programa minimalista rever a noção de localidade antes definida em termos de regência. A noção de regência foi abolida e assumiu-se que todos os papéis- θ são atribuídos nas projeções do núcleo lexical ao qual o elemento que deve ser marcado tematicamente está associado. Com a eliminação das estruturas profunda e superficial, a atribuição de papel temático passa a ocorrer sob a operação *Merge* (cf. (23)).

(23) a. As crianças encontraram os pais.

b. $[DP \text{ os pais}] +_{Merge} [v \text{ encontraram}]$

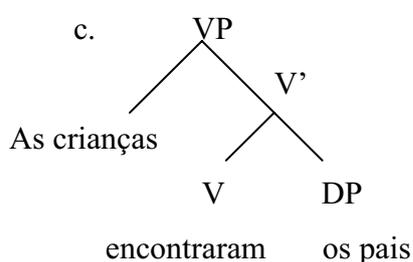
c.



Em (23c), a concatenação dos itens lexicais V e DP resulta na atribuição de papel temático ao DP em uma relação núcleo-complemento, uma configuração em que o DP é o argumento interno do verbo em questão. Um outro tipo de relação se verifica em (24), pois em (24c), a atribuição de papel- θ se dá na relação entre o especificador e o núcleo, mais especificamente, entre o especificador e o predicado, o nível intermediário V'.

(24) a. As crianças encontraram os pais.

b. [DP As crianças] + Merge [V' [V encontraram] [DP os pais]]



Em (24c), o sujeito *as crianças* está no especificador do VP, uma posição externa à projeção que domina imediatamente o verbo e seu argumento interno; essa configuração está de acordo com a idéia de que papéis- θ são atribuídos sob *Merge*, visto que o DP *As crianças* só recebe papel- θ depois que concatena com o V' *encontraram os pais*.

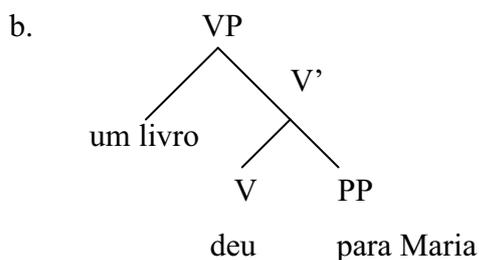
A formação de uma relação do tipo núcleo-complemento (cf. 23c) gerou a posição de especificador (cf. 24c), que é preenchida pelo argumento externo e este entra com V' em uma relação- θ . Essa abordagem apóia-se na Hipótese do Sujeito Interno ao Predicado, apresentado a seguir (cf. (25)), em que se depreende o pressuposto de que o núcleo funcional projetado por EPP tem propriedades de alçamento:

(25) Hipótese do Sujeito Interno ao Predicado

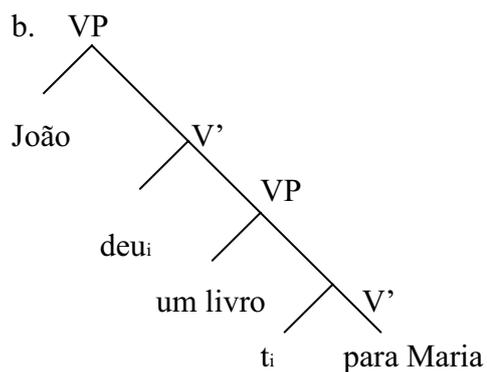
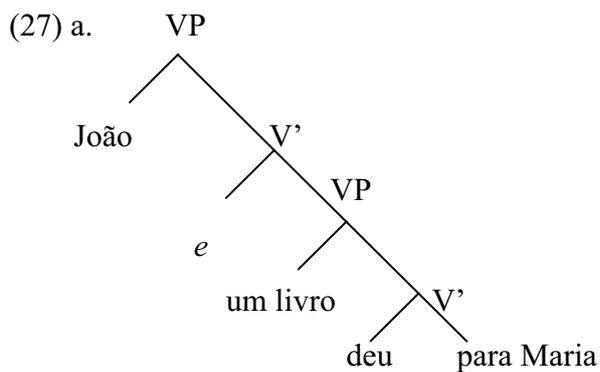
Os sujeitos temáticos são gerados internamente ao predicado.

As construções ditransitivas, por outro lado, se organizam de forma diferente, pois o verbo e o complemento preposicionado estabelecem uma relação distinta, se comparada àquela estabelecida entre o verbo e o argumento interno não-preposicionado. Com base nisso, acredita-se que o verbo e o complemento preposicionado formam um constituinte (cf. 26b) e o complemento objeto direto seria externo à projeção V + PP (Larson (1988)).

(26) a. João deu um livro para Maria.



A ordem encontrada nas línguas é obtida no âmbito de uma projeção em camada do verbo, uma delas tendo como núcleo o verbo lexical e, na outra, um núcleo vazio, para onde o verbo se move e descarrega papel temático ao argumento externo, como se verifica em (27a), em oposição a (27b):

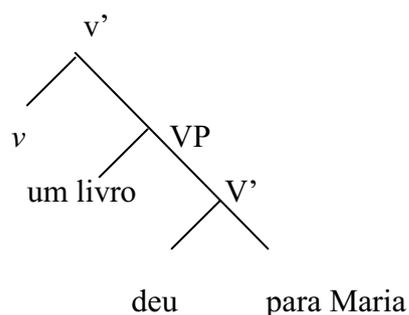


A configuração (27b) não é a estrutura final da sentença, mas por meio dela o DP *João* recebe a marcação temática depois do movimento do verbo. Dois pontos, no entanto, devem ser ressaltados com relação à configuração proposta por Larson (1988): a posição minimalista argumenta a favor de que as posições são projetadas a partir de itens lexicais,

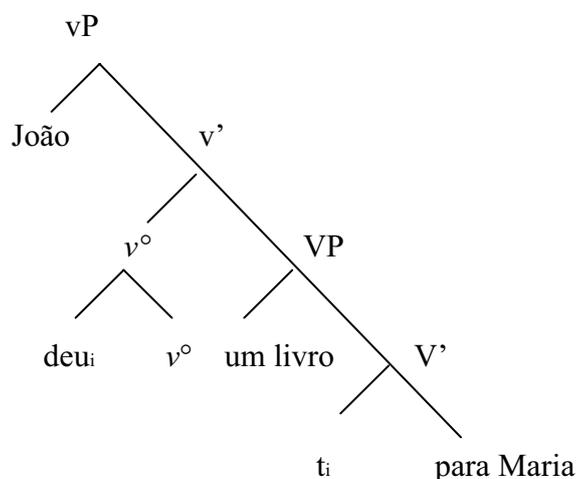
portanto, postular a existência de estruturas que concebem núcleos vazios (como o que recebe *e*) contraria a versão atual da abordagem de P&P. Além disso, esse núcleo vazio estaria projetando a posição de sujeito, em desacordo com a Hipótese do Sujeito Interna ao Predicado.

Baseado no trabalho de Hale & Keyser (1993), Chomsky (1995) elabora uma resposta a esse problema. A projeção destinada a um suposto núcleo vazio é, na verdade, uma projeção ocupada por um verbo leve *v* foneticamente nulo. Um verbo leve é caracterizado por ter seu significado fortemente associado ao significado do seu complemento. Em português, *dar* é um verbo leve típico, como se faz notar em *dar uma mancada*, *dar uma olhada*, etc. Na estrutura, esse tipo de verbo é (geralmente) nulo, como no português, ou lexicalmente realizado, como ocorre em línguas como o Fongbè e o Mandarim (cf. Hornstein et al. 2005: 99-100). Em línguas como o português, o verbo que está no VP mais baixo se move para o vP superior (cf. 28a em oposição a 28b).

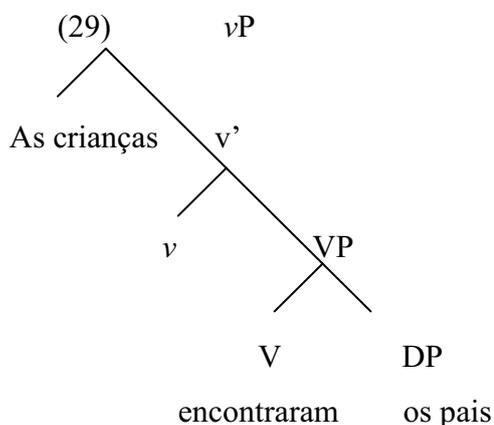
(28) a



(28) b.



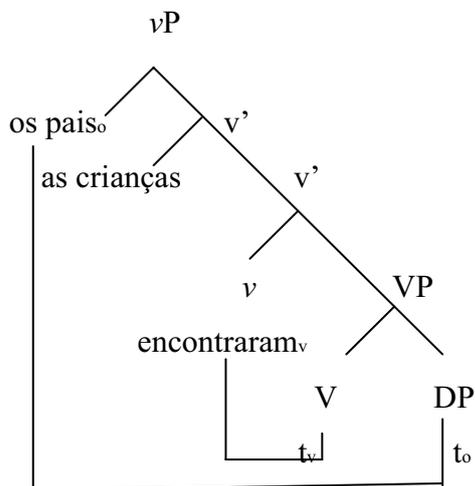
A configuração em dupla camada (νP , VP) representa a noção de que os argumentos internos estão dentro do VP, ao passo que o argumento externo está fora do VP, na posição [Spec, νP]. A referida configuração também se aplica às transitivas simples (cf. (29)).



O verbo leve é provido da capacidade de projetar outras posições de especificador. Com isso ele está investido da capacidade de checar o Caso acusativo em uma relação especificador-núcleo, como se vê em (30), em que o ν verifica o Caso acusativo de *os pais*.

(30) a. As crianças encontraram os pais.

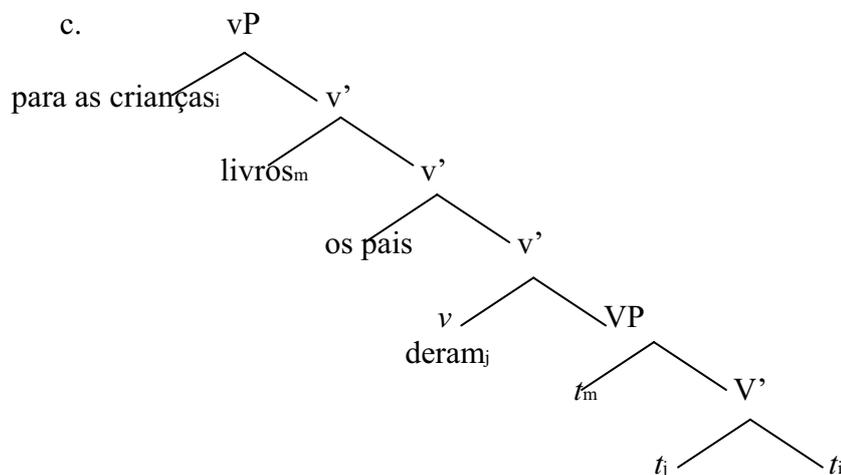
b.



Com verbos ditransitivos, em que se verifica a presença de dois argumentos internos, a checagem do Caso dativo estrutural é realizada por ν e também ocorre sob uma relação especificador-núcleo (cf. 31).

(31) a. Os pais deram livros para as crianças.

b. [_{VP} OI [_{v'} DO [_{v'} sujeito [_v [_{VP} [livros [_v deram [para as crianças]]]]]]]]]]]]



O verbo leve pode ser considerado, portanto, um núcleo ‘transitivizador’ (cf. Hornstein et al, 2005: 163) –, o que se deve à propriedade de abarcar a função da checagem de Caso, que vinha sendo desempenhada pelos núcleos funcionais de Agr – e ser semanticamente ativo, uma vez que está envolvido na atribuição de papel temático externo.

Esses são pontos significativos da versão minimalista da teoria de P&P que consideramos relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa. No entanto, algumas contribuições da Teoria da Regência e Ligação se mantêm igualmente relevantes, pelo fato de não terem sido abalados no contexto das reformulações propostas. Por essa razão, teceremos breves comentários sobre Teoria do Caso e a atribuição de Caso inerente e estrutural.

1.4.2 O Caso na Teoria da Regência e Ligação

A noção de Caso (abstrato) nos remete à concepção dessa categoria na tradição gramatical, que é a identificação da função gramatical do DP na estrutura sintática. Como se sabe, em algumas línguas, a distribuição dos DPs nas funções gramaticais *sujeito*, *objeto direto*, *objeto indireto*, entre outras, é explicitada morfologicamente. No latim, por exemplo, essa marcação é feita por meio do uso de afixos, como ilustrado em (32):

(32) Nominativo: dominUS

Vocativo: dominE

Acusativo: dominUM

Genitivo: dominI

Dativo: dominO

Ablativo: dominO

(dados extraídos de Roberts, 1997:53)

As marcas de caso assinaladas em (32) correspondem a uma função gramatical na sentença. Por exemplo, o nominativo é associado ao caso do sujeito; acusativo é tipicamente o caso do objeto etc. Apesar de muitas línguas apresentarem marcas morfológicas aos nomes para lhes marcar o caso, outras tantas não o fazem, como o chinês. Há ainda aquelas que adotam formas supletivas no sistema pronominal, como o inglês, que registram a oposição entre Nominativo (sujeito) *versus* Acusativo/ Dativo por meio de paradigmas distintos de pronomes, conforme se verifica em (33):

(33) Nominativo	Acusativo/Dativo
I	me
You	you
He/she/it	him/her/it
We	us
You	you
They	them

A possibilidade de as línguas apresentarem ou não a marcação morfológica de caso levou a abordagem de P&P a assumir que a marcação morfológica pode ser um parâmetro, mas a marcação sintática da função de DP na sentença não é, sendo universalmente realizada. Desta forma, a “marcação sintática simplesmente significa que DPs em *determinadas posições estruturais* têm de ser associados a determinadas funções como sujeito, objeto e etc”³ (Roberts, 1997: 56). Assim, o DP deve estar numa posição estrutural designada para aquela função, isso corresponde à essência do que a Teoria chama de Caso abstrato.

³‘Syntactic marking’ simply means that DPs in *designated structural positions* have to be associated with designed functions like subject, object, and so on.

A formulação da teoria do Caso está originalmente proposta em Chomsky (1981,1986) e, de acordo com o autor, são dois os principais contextos de atribuição de Caso: (a) a projeção de VP e de PP, associadas ao Caso Acusativo e Oblíquo (respectivamente); (b) a projeção de IP, associada ao Caso nominativo.

Enquanto o Caso Nominativo é licenciado na configuração especificador-núcleo, os Casos Acusativo e Dativo são licenciados na configuração núcleo-complemento, conforme ilustrado a seguir:

(34) a. [_{IP} DP_{nominativo} [_I I ...]]

b. [_{IP} DP Maria [_{I'} [_I viu o João]]]

(35) a. [_{VP} V [DP_{acusativo}]]

b. Maria [_{VP} [V v- [DP o João].

(36) a. [_{PP} P [DP_{oblíquo}]]

b. Maria deu o livro [PP [P' [P para [DP o José]]]].

É preciso chamar atenção para o fato de que os atribuidores de Caso V e P de (35) e (36) são núcleos lexicais, diferentemente do núcleo I, que é um núcleo funcional. Verificamos ainda que, em (35), V atribui papel temático ao DP *o João* na estrutura profunda e I atribui Caso ao DP *o João* na estrutura superficial e P atribui Caso e papel temático ao DP *o José* na estrutura profunda. No minimalismo, a discrepância entre o nominativo e o acusativo é superada mediante a hipótese de que ao núcleo lexical V corresponde um núcleo funcional *v* (conforme mencionado anteriormente), este último responsável pelo licenciamento do Caso acusativo na configuração especificador-núcleo, exatamente como o Caso nominativo.

Quanto ao Caso oblíquo, permanece a observação de que coincide com a configuração atribuição de papel temático, o que permite distingui-lo do Caso atribuído na configuração em que a relação sintática entre um núcleo lexical e seu complemento recorre à preposição chamada *dummy*, em português *de*, cuja função pode ser comparada à de uma marca de caso morfológico (cf. (37), em oposição a (38a-b)). Tais processos são distinguidos, respectivamente, pelo contraste entre o Caso inerente e estrutural, respectivamente.

(37) Chegou [_{PP} em Brasília]

- (38) a. *The destruction the city
 b. The destruction of the city.

A diferença essencial entre o Caso estrutural e o Caso inerente é que o primeiro é atribuído pela mesma categoria que atribui papel temático, ao passo que a marcação temática do segundo é realizada por um núcleo diferente do que lhe atribui papel temático. Cabe acrescentar que o Caso dativo tem recebido tratamento diversificado quanto ao seu estatuto de Caso inerente ou estrutural. Isso porque existem línguas que apresentam sistema morfológico de marcação de caso dativo, a despeito da relação argumental observada no caso de verbos ditransitivos.

Merece ainda destaque a associação entre a atribuição de Caso inerente a um argumento particular (Roberts (1997:93)). É o que ocorre, por exemplo, nas situações em que o Caso dativo inerente é atribuído a um argumento Alvo, uma propriedade lexical encontrada em verbos como *help* (ajudar) e *envy* (invejar), em línguas como o alemão. Conforme afirma o autor, os verbos psicológicos frequentemente apresentam um Dativo inerente, nessa situação, quase sempre esse argumento terá papel temático Alvo, o que seria uma evidência de que o Caso inerente é determinado lexicalmente. Outra evidência decorre do fato de o Caso inerente manter-se inalterado em formações passivas exatamente com esses verbos (no alemão), o que vem ao encontro da análise segundo a qual os participios somente ‘absorvem’ Caso estrutural (cf. *Jaeggli’s Case absorption*, apud Roberts (1997: 93)).

Deixamos essa questão em aberto neste ponto. Nos capítulos que se seguem, a questão será retomada no contexto da análise de verbos transitivos preposicionados, objeto do presente estudo.

1.5 Considerações parciais

Neste capítulo apresentamos os pressupostos que orientarão a análise do fenômeno da realização do clítico *Ihe* como anafórico de segunda pessoa na função de objeto direto e a associação deste fenômeno à realização de objetos indiretos como complementos diretos de predicados monotransitivos.

Dentro da versão minimalista da Teoria de Princípios & Parâmetros, verificamos modificações na direção da eliminação das estruturas superficial e profunda, projeção da estrutura sintagmática, atribuição de papel temático e licenciamento de Caso. Ainda em relação ao Caso, retomamos a visão da Teoria da Regência e Ligação sobre as distinções entre Caso inerente e estrutural e sobre a realização da *dummy preposition*.

Algumas das questões que se colocam nessa nova perspectiva são (i) qual é o estatuto de preposições como as que ocorrem em *obedecer ao pai/ obedecer o pai; atender ao cliente/ atender o cliente; assistir ao irmão/ assistir o irmão*; (ii) por que, nessas situações, parece ser tão delicado definir se os papéis temáticos desses complementos são Alvo ou Tema; (iii) um mesmo papel temático pode ser atribuído durante a concatenação de itens lexicais em estruturas distintas (com ou sem preposição)?

No capítulo a seguir, apresentamos uma discussão sobre transitividade baseada na classificação dos complementos verbais na visão de Rocha Lima (2006), Cunha & Cintra (2001) e Mateus et alii (2001) e as inovações relacionadas a esses complementos no PB atual, principalmente no que toca à alternância em estruturas monotransitivas entre complementos preposicionados e complementos não-preposicionados.

CAPÍTULO 2

AS FUNÇÕES GRAMATICAIS NO CONTEXTO SINTÁTICO DA COMPLEMENTAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Neste capítulo, objetivamos caracterizar as funções gramaticais no contexto da complementação do português por meio da exposição dos conceitos e critérios oferecidos pela gramática tradicional de Rocha Lima (2006), Cunha & Cintra (2001) e da gramática portuguesa de base gerativa de Mateus et al. (2001). Em seguida, procedemos à apresentação das inovações nessas relações no português do Brasil, principalmente no que toca à substituição e ausência da preposição das configurações preposicionadas. Acrescentamos então análises encontradas em Torres Morais (2006), Bispo (2004) e Salles (1992, 2003), que contribuem para a compreensão das inovações na sintaxe de complementação do PB atual.

2.1 Configurações não-preposicionadas

Rocha Lima (2006) define complemento acusativo a partir de critérios semânticos, sintáticos e morfológicos. Do ponto de vista sintático, o complemento é interpretado como paciente da ação verbal expressa na voz ativa (cf. (1)) e, especificamente, pode significar (i) o ser sobre o qual a ação recai (*Maria castigou o filho*), (ii) o resultado da ação (*João construiu uma casa*) e (iii) o conteúdo da ação (*Julinho criou um poema*). Sintaticamente, pode ocupar a posição de sujeito de uma construção passiva, como ocorre em (2). Morfologicamente, o complemento acusativo corresponde, na terceira pessoa, às formas *o, a, os, as* (cf. (3)).

(1) A CBF escolheu ontem *o novo técnico da seleção*.

(2) *O novo técnico da seleção* foi escolhido ontem pela CBF.

(3) A CBF escolheu-*o* ontem.

Rocha Lima classifica ainda como objeto direto interno os complementos de verbos intransitivos caracterizados ou por terem o mesmo radical do verbo (cf. 4), ou não

apresentando o mesmo radical do verbo, por pertencerem ao mesmo campo semântico (cf. 5), devendo vir acompanhado de adjunto.

(4) O herói *morreu* uma *morte gloriosa*.

(5) A criança *dormia* um *sono tranqüilo*.

Adicionalmente aos critérios apontados por Rocha Lima, Cunha & Cintra (2001:140) definem os complementos do tipo objeto direto como aqueles que se ligam ao verbo sem preposição e “indica[m] o ser para o qual se dirige a ação verbal”. Os autores não deixam claro como se deve compreender ‘se dirige a ação’ nos termos do objeto direto.

No âmbito da Lingüística, Mateus et al. (2001: 284) acrescentam à descrição do objeto direto considerações acerca das grades argumental e temática de que esse complemento pode fazer parte e da ordem em que pode figurar. Assim, as autoras definem ODs como “argumentos internos diretos de predicadores verbais de dois ou três lugares cujo papel semântico é, tipicamente, Tema”. Como Cunha & Cintra (op. cit.), as autoras afirmam que esse complemento ocorre tipicamente sem preposição.

Quanto à ordem, Mateus et al. afirmam que o objeto direto ocorre como primeiro argumento à direita do verbo se não for pesado, qualquer que seja a forma (SN ou clítico), como em *O menino deu o caramelo ao amigo imediatamente/ O menino deu-o ao amigo imediatamente*, e à direita de outros argumentos internos e adjuntos se o objeto direto for pesado, a exemplo de *A Ana comprou ao Gonçalo o quadro do vencedor da 2ª Bienal de Artes Plásticas de Ceveira*. Se há clítico dativo, o SN acusativo apresenta-se depois dele, como se vê em *O menino deu-lhe o caramelo*. E como se faz notar nos exemplos, o constituinte objeto direto admite a substituição pela forma acusativa do pronome pessoal.

As autoras identificam certos verbos com uma configuração em que o argumento interno na posição de objeto direto ocorre incorporado a um verbo leve, como *ajudar x/ dar uma ajuda a x; esmurrar x/ dar um murro a x; gritar/ dar um grito; marcar x/ pôr uma marca em x*, entre outros. Essa análise mostra-se relevante para o presente estudo, ao situar em contexto estrutural idêntico o argumento realizado como *x*, cuja realização pode ou não receber uma preposição na configuração monotransitiva, sendo interpretado consistentemente como o argumento *Alvo* – essa questão será retomada. As autoras acrescentam ainda que

alguns verbos admitem complementos oracionais como objeto direto, mas não nos aprofundaremos em descrever essas ocorrências por extrapolarem os objetivos desta pesquisa.

Além do complemento objeto direto sem preposição, os autores situam entre as configurações não-preposicionadas aquelas em que o complemento acusativo é antecedido por preposição. Esses complementos são denominados objetos diretos preposicionados por Rocha Lima (2006) e Cunha & Cintra (2001), enquanto Mateus et al. (2001) preferem considerá-los exceções à forma não-preposicionada do objeto direto.

Rocha Lima (2006: 243) afirma que o objeto direto preposicional (ODP) “ordinariamente não é o objeto direto precedido de preposição”, havendo casos em que a preposição é facultativa e outros em que é obrigatória⁴, ao passo que para Cunha & Cintra (2001), o ODP é simplesmente o complemento direto que vem antecedido de preposição. Rocha Lima e Cunha & Cintra listam, com uma ou outra divergência de interpretação das razões que permitem o aparecimento da preposição nas construções, os contextos em que a preposição antecede o objeto direto: (i) diante das formas tônicas dos pronomes pessoais, exemplificada por *Quem sabe se o destino marcará justamente a ela como a eleita?*; (ii) diante do pronome *quem*, de antecedente expresso (ou pronome relativo), como em *Aquele é o rapaz a quem o João ajudou*; (iii) diante do nome de Deus, como em *Amar a Deus sobre todas as coisas*; (iv) diante de um substantivo que se encontra coordenado com um pronome átono “(...) o reitor o esperava e aos seus responsáveis” e (v) diante do complemento de um verbo transitivo direto usado impessoalmente, acompanhado da partícula *se*, como *Aos pais ama-se com fervor*; (vi) diante de pronomes referentes a pessoas (*ninguém, alguém, todos, outro* etc) e pronomes de tratamento, como em *João não ama a ninguém* (Cunha & Cintra atribuem a presença da preposição, neste caso, ao fato de o verbo denotar sentimento); (vii) diante de nomes próprios ou comuns para evitar a ambigüidade como se vê em *A mãe ao próprio filho não conheça* (Camões); (viii) diante de certos complementos, por fatores que Rocha Lima define como não bem caracterizados a exemplo de *Benza Deus aos teus cordeiros* (Rodrigues Lobo) ou o “(...) o verdadeiro conselho é calar, e imitar a santo Antônio” (Vieira); (ix) diante do pronome *quem* sem antecedente, como em “*Nos brutos para doutrina dos homens parece que imprimiu o Autor da Natureza particular instinto de amarem a quem os ama*” (Bernardes); (x) diante de nomes antecidos de *como, que, do que, a*

⁴ Rocha Lima classifica como contextos de uso obrigatório da preposição os elencados de (i) a (v) e, de emprego facultativo, as apresentadas de (vi) a (xiii). Cunha & Cintra não distinguem contextos obrigatórios de facultativos. Mateus et al. preferem chamar *contextos favorecedores* da ocorrência do complemento direto preposicionado.

exemplo de *Eu antes o queria que ao doutor...* (Camilo), *Olho-te como a um fantasma* (Alberto de Oliveira); (xi) diante do objeto direto que precede o verbo, como em “*aos ministros todos os adoram, mas ninguém os crê*” (Francisco M. de Melo); (xii) quando a preposição apresentar valor de verdadeiro partitivo, como em *Ouvirás dos contos, comerás do leite e partirás quando quiseres* (Rodrigues Lobo); (xiii) em certas construções idiomáticas: *cumprir com o dever/ cumprir o dever, puxar da faca/ puxar a faca.*

Mateus et al. elencam, como contextos que favorecem o aparecimento desse tipo de complemento, as construções exemplificadas em (ii); em (iii), caracterizada como expressão feita; em (xiii), cuja função seria dar ênfase ao enunciado; em (xi), em que a razão para a presença da preposição é definida em termos da existência de complemento [+ humano] deslocado à esquerda. Adicionalmente, as autoras registram outro contexto de realização do objeto direto preposicionado, enumerado aqui como (xiv): diante da forma pronominal tônica em sentenças com redobro, como em *Vi-os a eles à saída do cinema*.

Os exemplos fornecidos pelos autores denotam alguma regularidade, embora os autores diverjam quanto às razões da ocorrência do objeto direto preposicionado e quanto à obrigatoriedade desse complemento, podemos relacionar e agrupar os contextos de (i) a (xiv), apoiando-nos em Ramos (1992) e Leal (1992), em construções que consideram (i) o traço de animacidade do complemento, (embora os gramáticos normativos e Mateus et al. não tenham registrado a presença desse traço, podemos notá-la por meio de seus exemplos); (ii) o deslocamento do complemento direto de sua posição canônica (ou para a esquerda do verbo ou por ter um elemento interveniente entre o verbo e o complemento, como um advérbio); (iii) a leitura quantificada dos complementos; (iv) os contextos de verbos psicológicos, (v) a comparação entre complementos e (vi) construções com complementos partitivos (nos casos em que ocorre a preposição *de*: *comeu o bolo/ comeu do bolo*) e uma situação que não parece se adequar a nenhuma dessas descrições diz respeito a construções como *puxar a espada/ puxar da espada; cumprir o dever/ cumprir com o dever* (cf. Salles (1992)).

2.2 Configurações preposicionadas

As próximas subseções são dedicadas às construções preposicionadas, não enquadradas no caso acusativo. Traça-se uma descrição, também baseada nos gramáticos e

lingüistas citados na seção anterior, acerca dos complementos preposicionados em construções monotransitivas e bitransitivas.

2.2.1 Estruturas monotransitivas

As estruturas monotransitivas compõem-se de predicados que exigem apenas um complemento verbal. De acordo com Rocha Lima (2006), há três argumentos preposicionados passíveis de figurar como complementos nessa estrutura: o objeto indireto, o complemento relativo e o complemento circunstancial. O objeto indireto (OI) caracteriza-se por representar o ser animado a quem se dirige ou destina a ação ou estado expresso pelo verbo. Sintática e morfologicamente, o objeto indireto vem precedido por *a* ou *para* e corresponde a *lhe*, quando retoma um complemento na terceira pessoa (cf. (6)).

- (6) a. Maria obedece *ao irmão mais velho*.
 b. Maria obedece-*lhe*.

Rocha Lima (2006: 251) distingue o objeto indireto do complemento relativo, de maneira que este último complemento pode ser ligado ao verbo pelas preposições *a*, *com*, *de*, *em* e outras e “íntegra, *com o valor de objeto direto*, a predicação de um verbo de significação relativa”. O autor não explica o que é um ‘verbo de significação relativa’, deixando uma lacuna no entendimento dessa definição, mas pontua algumas propriedades dos complementos desses verbos: (i) o complemento relativo não é destinatário da ação, e sim o ser sobre o qual recai a ação e (ii) esse complemento não admite pronominalização pelo clítico *lhe* nos contextos de terceira pessoa, mas pelas formas *a ele*, *a ela*, *a eles*, *a elas* (cf. (7) e (8)).

- (7) a. João assistiu *ao filme* ontem.
 b. João assistiu *a ele* ontem.
 c. *João *lhe* assistiu ontem.

- (8) a. Maria depende *da mãe* para tudo.
 b. Maria depende *dela* para tudo.
 c. *Maria *lhe* depende para tudo.

Para Rocha Lima, o complemento circunstancial⁵ tem natureza adverbial e é tão necessário quanto os outros complementos. Interessantemente, o autor admite mais uma vez a alternância entre as preposições *a* e *para*, indicando a noção semântica envolvida, qual seja a noção de direção. Como os complementos relativos, os complementos circunstanciais também não admitem a pronominalização por *lhe*.

(9) a. Irei *a Roma*.

b. *Irei-*lhe*.

Mateus et al. (2001) distinguem dois tipos de configurações preposicionadas, uma em que o complemento é um objeto indireto e a outra caracterizada por uma relação oblíqua. O objeto indireto pode ocorrer como argumento interno dos verbos de dois lugares e ser interpretado como Alvo ou Fonte. Ao contrário de Rocha Lima (op.cit.), Mateus et al. afirmam que apenas *a* pode introduzir complementos objetos indiretos – o que claramente se relaciona ao fato de que essas autoras usam como referência a gramática do português europeu, em que a preposição *a* é categórica nesses contextos, conforme amplamente mostrado, por exemplo, em Bispo (2004). De acordo com as autoras, um constituinte objeto indireto é, tipicamente, um argumento [+animado], mas pode ser [-animado] em alguns casos, como em (10) e (11).

(10) sobreviver *ao massacre*.

(11) obedecer *ao regulamento*.

No que toca às construções (7) e (8), Mateus et al. chamam seus complementos de oblíquos, destacando que podem aparecer com verbos de dois lugares, a exemplo dos verbos *assistir*, *ir*, *presidir*, *recorrer*, *colidir*, *concordar*, *contar*, *correr*, *depende*, *discordar*, *gostar*,

²Na classificação de Rocha Lima (2006), há complementos circunstanciais que não são preposicionados, é o caso de:

(i) A guerra durou *cem anos*.

(ii) Compre o arroz, daquele saco que pesa *5 quilos*.

Esse tipo de complemento pode expressar peso, preço, distância no espaço e no tempo. Em nota, Rocha Lima afirma que construções desse tipo correspondem ao acusativo de direção (cf. (9)), tempo (cf. (i)) e espaço (cf. (ii)) do latim.

vir, confiar, morar, participar, residir. Como se faz notar, o oblíquo, na definição de Mateus et al., abrange os complementos relativo e circunstancial de Rocha Lima.

Cunha & Cintra (2001) não apontam diferenças entre os complementos preposicionados, ou seja, os objetos indiretos abrangem tanto os complementos indiretos, mencionados pelos outros autores, quanto os complementos oblíquos de Mateus et al. e os complementos relativos e circunstanciais referidos em Rocha Lima (op. cit.). No entanto, Cunha & Cintra (2001: 145) chamam a atenção para o fato de a preposição que introduz o objeto indireto ser, em grande medida, esvaziada de sentido. Assim, esses autores traçam a distinção ‘esvaziada de sentido’ *versus* ‘plena de sentido’ por meio da comparação entre preposições do objeto indireto e preposições que iniciam adjuntos adverbiais (cf. (12), (13), (14) e (15)):

(12) Cantava *para os amigos*.⁶

(13) Viajou *para São Paulo*. (adjunto)

(14) Não duvides *de mim*.

(15) Não saias *de casa*. (adjunto)

Para os autores, (12) e (14) são objetos indiretos (ou seja, esses autores não distinguem as funções ‘objeto indireto’ e ‘complemento relativo’), e as preposições são apenas elos sintáticos, ao passo que (13) e (15) são adjuntos e as preposições denotam, respectivamente, “*o lugar para onde e o lugar donde*” (Cunha & Cintra, 2001: 145). Com essa análise, Cunha & Cintra alinham os dados em termos da noção de direção que se depreende das preposições *para* e *de*.

⁶ O sintagma preposicionado *para os amigos* na sentença (12) não é um objeto indireto, visto não ser argumento selecionado pelo verbo. O sintagma em questão recebe a interpretação de benefactivo, ele se beneficia da ação. Sintaticamente esse sintagma se alinha ao objeto indireto, não devendo ser confundido com ele.

2.2.2 Estruturas bitransitivas

As construções bitransitivas são formadas de predicados que exigem dois complementos verbais. O complemento preposicionado dessas construções é freqüentemente associado ao objeto indireto, mas podem ser, como afirmam Mateus et al. (2001), complementos oblíquos.

Rocha Lima (2006) demonstra que o objeto indireto em construções monotransitivas e bitransitivas tem propriedades semelhantes. Por exemplo, este complemento é animado, vem antecedido por preposição e pode ser retomado pelo pronome *lhe* na referência à terceira pessoa. Em relação aos bitransitivos, o autor afirma que o OI é o argumento preposicionado interno nas construções bitransitivas, cujo exemplo típico é *dar* (cf. (16)) e abarca ainda verbos como *oferecer, entregar, doar, dedicar, negar, recusar, dizer, perguntar, contar, narrar, pedir, rogar, pagar, dever (dinheiro), etc.*

- (16) a. Maria deu o livro *ao Pedro*.
 b. Maria deu o livro *para o Pedro*.
 c. Maria *lhe* deu o livro.

- (17) a. O João ofereceu um CD *ao Pedro*.
 b. O João *lhe* ofereceu um CD.

Nas sentenças bitransitivas, os dois complementos internos também são chamados pelos gramáticos de objeto direto de coisa e objeto direto de pessoa. É ressaltado ainda que essa ordem pode se inverter com alguns verbos, passando a ser objeto direto de pessoa e o objeto indireto a ser de coisa, como se vê a seguir⁷.

- (18) a. O secretário informou a notícia a Pedro.
 b. O secretário informou Pedro da notícia.

⁷ Há um grupo de verbos nos contextos de construções bitransitivas que admite alternância entre complementos preposicionados e não-preposicionados, este é o caso de *informar, avisar*, entre outros. É interessante notar que, nesses casos, *Pedro* é interpretado como afetado, seja ocupando a posição de OI em (18a), seja na posição de OD em (18b). Esse é um aspecto relevante para a nossa análise que será retomado adiante.

Ainda no que toca às construções bitransitivas com complementos distintos de objetos indiretos, Rocha Lima (2006: 343) descreve uma alternância associada ao aparecimento de uma configuração bitransitiva com complemento preposicionado e observa que, “quando um verbo transitivo se pronominaliza, o seu objeto direto se faz reger de preposição, tomando a FORMA de complemento relativo”, como se vê em sentenças como (19) e (20). As construções sugerem um tipo de alternância que faz surgir uma construção bitransitiva.

- (19) a. admirar *o talento* de alguém
 b. admirar-se *do talento* de alguém

- (20) a. aproveitar *as circunstâncias*
 b. aproveitar-se *das circunstâncias*

O autor não tece maiores comentários à alternância exposta em (19) e (20), deixando em aberto uma série de questões. Essas sentenças não são, no entanto, o primeiro conjunto de dados envolvendo algum tipo de alternância, veja-se, por exemplo, as sentenças (18). Note-se, no entanto, que dois pontos chamam a atenção nas sentenças (19) e (20). O primeiro ponto diz respeito à semântica dos verbos, já que *admirar* e *aproveitar* designam algum tipo de experiência psicológica. O segundo ponto remete à realização da preposição *de* nos contextos (20b) e (21b), parecendo atribuir um valor partitivo aos complementos. Não nos ateremos a investigar detalhadamente essa alternância e suas implicações sintáticas e semânticas, mas fica como sugestão para uma pesquisa futura.

A análise de Mateus et al. (2001) parte da distinção entre objeto indireto marcado pelo traço [-animado] e [+animado]. As construções ditransitivas com o objeto indireto marcado pelo traço [+animado] são aquelas amplamente referidas na literatura (cf. 21). Por outro lado, sentenças ditransitivas com o objeto indireto [-animado] podem ser formadas com os verbos *dar* e *fazer* com um objeto direto de nome deverbal (cf. (22) e (23)).

- (21) Maria deu um livro *ao João*.

- (22) a. A Maria deu uma pintura *às estantes*.

(23) a. Eles fizeram uma enorme limpeza *à casa*.

(exemplos de Mateus et al.)

As estruturas ditransitivas podem ser compostas ainda pelo objeto direto e o complemento oblíquo, como em (23). Mateus et al (2001) listam outros verbos que figuram nesse tipo de construção como *confundir* (com), *partilhar* (com), *repartir* (com), *afastar* (de), *aproximar* (de), *esconder* (de), *converter* (em), *enfiar* (em), *transformar* (em), *distribuir* (por), *substituir* (por), *trocar* (por). A classificação de certos complementos como oblíquo indica a diferença entre esses complementos e os objetos indiretos. As sentenças (24) e (25) evidenciam a distinção, a qual pode ser confirmada pelo teste da pronominalização do complemento preposicionado.

(24) a. O João pôs o livro *na estante*.

b. *O João *lhe* pôs o livro.

(25) a. O João confundiu a Maria *com a Márcia*.

b. *O João *lhe* confundiu a Maria.

No português, não é possível pronominalizar os complementos locativos, como verificamos em (23), o que mostra que esse tipo de complementos difere do complemento objeto indireto, o qual admite a pronominalização (cf. (17)). O mesmo ocorre com o complemento preposicionado de sentenças como (25), embora o complemento não seja um locativo, difere sintaticamente do complemento objeto indireto.

2.3 Considerações parciais

Nas seções precedentes, fizemos uma caracterização das construções de complementação do português baseada em duas gramáticas tradicionais contemporâneas e uma gramática de base gerativa. As construções de complementação foram separadas em configurações não-preposicionadas e configurações preposicionadas, sendo que a primeira inclui construções com o complemento objeto direto ou com o chamado objeto direto preposicionado. A segunda foi subdividida em estruturas monotransitivas e ditransitivas. As

estruturas preposicionadas monotransitivas têm complemento preposicionado com propriedades sintáticas distintas, definidas em termos da sintaxe de pronominalização (possibilidade de usar ou não o pronome dativo do tipo *lhe*). Vimos também que Rocha e Lima (op. cit.) e Mateus et al. (op. cit.) são consistentes na adoção desse critério, identificando, portanto com *objeto indireto* com a pronominalização em *lhe*, e os demais casos, com a função oblíqua (também referida como *complemento relativo/ circunstancial*), enquanto Cunha & Cintra (op. cit.) não adotam tal distinção, classificando como objeto indireto todos os complementos introduzidos por preposição (com exceção do objeto direto preposicionado, que recebe tratamento à parte). Da mesma forma, nas estruturas ditransitivas, que se formam com dois complementos verbais, o objeto preposicionado apresenta propriedades distintas quanto à pronominalização. Com base nessa distinção, Rocha Lima (op. cit.) e Mateus et al. (op. cit.), identificam dois tipos de complemento preposicionado – o *objeto indireto* e a *função oblíqua* (referida como *complemento relativo/ circunstancial*). Cunha & Cintra (op. cit.), como no caso anterior, dão tratamento uniforme ao complemento preposicionado nesse caso, classificando-o como *objeto indireto*.

A caracterização apresentada nas seções anteriores permite perceber que a classificação dos gramáticos sobre os complementos, principalmente os preposicionados, é divergente, além de pautarem-se em critérios distintos para caracterizá-los. Isso favorece o aparecimento de críticas, como a de Fonseca (1973), que considera frágil o critério presença/ausência da preposição para classificar um complemento como objeto direto ou indireto, haja vista a existência de exceções a esse critério, os objetos diretos preposicionados. A diferença no tratamento desses complementos mostra que a realização do objeto direto preposicionado não é uma questão simples e, embora o emprego dessas construções se encontre em declínio, é um fenômeno que deve ser investigado. Em estudo diacrônico, Ramos (1992) verificou que a existência de ODP está associada a fatores como a ordem, o traço [+animado] do DP e a categoria do DP (principalmente pronomes que exibem uma leitura quantificada como *ninguém, todos* etc). A autora constatou ainda que esse tipo de complemento teve sua realização reduzida ao longo de quatro séculos, ao mesmo tempo que aumentaram as ocorrências da ordem SVO no PB.

Há questões, no entanto, que precisam ser respondidas, como (i) qual é a relação entre o tipo semântico do verbo e a realização da preposição *a* nas construções de ODP? (ii) qual é a relação entre NPs quantificados e a preposição *a* nessas construções? (iii) quais

alterações a perda da preposição *a* nesses contextos pode produzir na sintaxe de complementação?

Merecem destaque as considerações feitas pelos gramáticos e estudiosos acerca da semântica da preposição, bem como a observação de Rocha Lima (op.cit.) sobre algumas alternâncias encontradas na língua, como em *o secretário informou a notícia a Pedro/ o secretário informou Pedro da notícia* e, ainda, como em *admirar o talento de alguém/ admirar-se do talento de alguém*. Salles (c.p.) acredita que as alternâncias com verbos como *informar* seriam as primeiras realizações associadas às construções de objeto duplo cuja realização, por ora, se concentra em uma região específica do Brasil⁸.

Nesta pesquisa, nos interessam essencialmente as estruturas monotransitivas formadas pelo verbo e um complemento preposicionado introduzido pela preposição *a*. Na discussão, utilizaremos a análise de Rocha Lima (2006), e também de Mateus et al. (2001) distinguindo entre objetos indiretos e funções oblíquas – para as quais adotaremos a nomenclatura *complementos relativos e circunstanciais*, que consideramos mais específicas, já que ‘oblíquos’ são todos os complementos preposicionados. Consideramos objetos indiretos os argumentos internos introduzidos pela preposição *a*, que podem ser pronominalizados por *lhe*, como em *obedece ao pai/ lhe obedece*. Os complementos relativos são os argumentos internos preposicionados que não sofrem pronominalização por *lhe*, sendo mantida a configuração preposicionada com o pronome relevante (*a ele, a ela*). Sabemos ainda que um grupo considerável de verbos seleciona complemento relativo, como *gostar dela, concordar com ela*; desse grupo nos ateremos ao exame de verbos que selecionam complementos formados por *a+ela/ele*, como *assistiu a ele*).

Nas seções seguintes, trataremos das inovações que permeiam as construções explicitadas na seção anterior, buscando fazer um levantamento das principais mudanças que afetam a sintaxe de complementação do português do Brasil. As discussões da próxima seção envolvem, entre outros, a alternância da preposição *a* com a preposição *para*, a reanálise de objetos preposicionados de verbos monotransitivos como objetos diretos e a reanálise da preposição marcadora de Caso como preposição lexical.

⁸ Salles (1999) investiga as construções de objeto duplo (COD) na variedade mineira do português do Brasil, que alternam com a construção preposicionada, como se vê nas sentenças *Maria deu o João o livro./ Maria deu o livro ao/pro (para+o) João* (Salles, 1999: 636). Essas construções apresentam semelhanças com as COD do inglês, a exemplo de *Mary gave John the book/ Mary gave the book to John*.

2.4 Inovações na sintaxe de complementação do PB

Apresentamos a seguir inovações registradas no ambiente da complementação do PB atual. A seção 2.4.1 versará sobre inovações nas configurações não-preposicionadas, em que discutiremos a redução na frequência da realização de objeto direto preposicionado no PB e a retomada de objetos diretos pela forma pronominal *lhe* – morfologicamente associada ao objeto indireto. Na seção 2.4.2, exporemos inovações verificadas nas configurações preposicionadas, a começar pela realização de complementos relativos e objetos indiretos como objetos diretos nas estruturas monotransitivas, e a substituição da preposição *a* por *para* nas estruturas ditransitivas. Nessa seção, apresentamos ainda a discussão de Bispo (2004), em que a autora relaciona a redução no uso da preposição *a*, que vem sendo substituída por *para* em contextos de complementos dativos, à redução do emprego do clítico *lhe* de terceira pessoa na retomada desses complementos.

2.4.1 Inovações nas configurações não-preposicionadas

Alguns estudos têm se dedicado a compreender as configurações de complementos preposicionados. Para Salles (1992), os casos de acusativo preposicionado são aqueles em que a supressão da preposição pode não alterar o significado do constituinte, como em *ama os/aos filhos, matou o leão o caçador/ matou o leão ao caçador*, em que a preposição não atribuiria papel temático ao constituinte que introduz, o que significa dizer que a preposição não possui importância semântica nessas construções.

Ramos (1989, 1992) observou a distribuição das variantes preposicionada e não-preposicionada nos contextos de acusativo preposicionado no intervalo diacrônico que vai do século XVI ao XX e mostrou que a frequência de *a* nesses contextos foi maior durante os séculos XVI, XVII e XVIII, decresceu muito no século XIX e tende a desaparecer no século XX. Ao longo dos períodos em questão, ocorre, paralelamente, um decréscimo da frequência das ordens VS, VO e VXO (em que X pode ser o sujeito ou um advérbio). A concomitância da diminuição na ocorrência das ordens mencionadas e da perda da variante preposicionada no eixo do tempo permite à autora sugerir que está havendo um rearranjo no sistema, observado no nível da ordem dos constituintes em estruturas com verbo transitivo.

Ramos confirma a hipótese de que a não-adjacência (ordens OV, VS) favorece a realização da variante preposicionada, e a presença da variante não-preposicionada nesse contexto confirma a hipótese de que *a* é uma realização de Caso, não um atribuidor. Se fosse atribuidor, a variante preposicionada ocorreria em todos os contextos em que o verbo e o objeto não estão adjacentes, o que não se verifica. Os dados observados mostram que o traço de animacidade do SN objeto também favorece a ocorrência de variante preposicionada.

A autora conclui que a baixa frequência da preposição introduzindo SNs acusativos é uma evidência indireta da atuação mais restrita da regra de movimento no PB e evidência direta de que a realização morfológica de Caso caminha para a mesma direção. A autora observa ainda que, de uma forma geral, a preposição *a* parece estar em variação com outras preposições e sua frequência vem se mostrando baixa. Isso sugere que no PB as ‘preposições fortes’ são preferidas em detrimento do marcador *dummy*.

Outra inovação constatada nas configurações não-preposicionadas no PB está associada à realização do clítico dativo *lhe* como objeto direto (cf. (26)).

(26) a. Nunca mais vi *você*.

b. Nunca mais *lhe* vi.

Algumas questões permeiam as duas inovações apontadas nesta seção: existe relação entre o decréscimo na ocorrência de ODP e a realização *lhe* como objeto direto, no PB? Existe relação entre a ocorrência do clítico e a semântica do verbo? Existe relação entre o clítico e o papel semântico dos complementos aos quais se refere? Existe relação entre a realização de *lhe* como objeto direto e mudanças na codificação do objeto direto e indireto no PB? Essas são apenas algumas das questões relacionadas às duas inovações descritas aqui: a redução das ocorrências de ODP no PB atual e o emprego de *lhe* referindo-se a complementos objeto direto. A primeira inovação reflete uma tendência ao abandono da forma preposicionada em favor da realização não-preposicionada do objeto direto, ao passo que a segunda sugere relação entre o uso de *lhe* em configuração de objeto direto, e o uso do pronome *você*, na 2ª pessoa, o qual remete à flexão gramatical de 3ª pessoa – favorecendo o uso da forma *lhe* associada a esse pronome.

2.4.2 Inovações nas configurações preposicionadas

Inúmeros estudos acerca da sintaxe de complementação no PB demonstram que as inovações relacionadas às configurações preposicionadas atingem tanto as estruturas monotransitivas, quanto bitransitivas e associam-se à perda ou substituição da preposição *a* dos complementos. De acordo com Thomas ((1960) apud Pontes 1992: 23), está havendo a redução do uso da preposição *a* em vários contextos e há a possibilidade de perda dessa preposição no português do Brasil.

No que toca à semântica da preposição *a*, há duas maneiras possíveis de se analisar a questão: a primeira é que essa preposição abarca uma considerável quantidade de interpretações semânticas (podendo figurar em sintagmas indicando lugar, tempo, instrumento, etc), o que permitiria sua alternância com outras preposições de semântica mais definida; a segunda é que a preposição *a* teria como propriedade algum tipo de neutralidade que a autoriza figurar em contextos semanticamente diversos e até mesmo não ser realizada em determinadas situações.

As características semânticas das preposições parecem ter sido essenciais na criação de duas inovações na sintaxe de complementação: a primeira situação diz respeito à omissão da preposição dos contextos de complementação (cf. (27) e (28)), conduzindo a que complementos relativos e objetos indiretos de estruturas monotransitivas sejam realizados como objetos diretos; a segunda envolve a substituição da preposição *a* por outras preposições, em contextos de identidade semântica entre as mesmas (cf. (29)).

(27) a. Maria assistiu *ao filme*.

b. Maria assistiu *o filme*.

(28) a. João obedece *ao pai*.

b. João obedece *o pai*.

(29) a. João foi *a São Paulo*.

b. João foi *para São Paulo*.

A sentença (27) exemplifica a possibilidade de alguns complementos relativos serem mapeados como objetos diretos. Como explicita a GT e dicionários da língua portuguesa, o

verbo *assistir*, bem como *visar* e *aspirar*, podem ter o significado alterado se o complemento é introduzido ou não pela preposição *a*, ou seja, há distinção semântica entre os predicados formados por *assistir a* e *assistir*, *aspirar a* e *aspirar*, *visar a* e *visar*.

Salles (1992b) afirma que, nas construções em que a supressão da preposição altera o significado do constituinte (*aspirar a/ aspirar*, *assistir a/ assistir*; *visar a/ visar*), a preposição está associada ao papel temático Meta/Alvo – o que inclui ainda uma combinação da preposição com o verbo na sintaxe, pela qual se confirma que o verbo seleciona (semanticamente) a Meta/Alvo na configuração preposicionada.

A ocorrência do complemento preposicionado ou não em exemplos como *assisti o filme/ assisto ao filme*; *visei uma vaga do curso de medicina/ visei a uma vaga do curso de medicina*; *aspirei o cargo de perito/ aspirei ao cargo de perito*, não envolve alteração de significado, o que implica o fato de que a interpretação do complemento como Alvo é mantida⁹.

Em relação ao objeto indireto, a exemplo do que encontramos na sentença (28), o complemento objeto indireto é mapeado como objeto direto, principalmente no caso de verbos psicológicos, como *obedecer*, *agradar*, *agradecer*, *satisfazer*, *perdoar*. Interessantemente, os verbos mencionados nas construções (27) e (28) são monotransitivos, cujos argumentos internos não admitem a alternância de *a* com outra preposição. Em síntese, a inovação representada em (27) e (28) consiste em realizar os complementos relativos e objeto indireto como objeto direto. Em (29), a preposição *a* do complemento circunstancial pode ser substituída por *para*, em que se destaca o fato de que a semântica de *para* está associada ao sentido de direção, o que reforça a idéia de que essas preposições são intercambiáveis em contextos que apresentam similaridade semântica.

Fonseca (1973), em um trabalho sobre transitividade, adota a visão de Fillmore, para quem as preposições, sendo semanticamente relevantes ou não, são realizações do elemento subjacente K (caso), considerando-se ainda as propriedades transformacionais e as idiossincrasias do verbo ou da palavra regente. Nesse sentido, o fator determinante para que

⁹ O fato de alguns complementos relativos poderem ser mapeados como objeto direto não constitui uma regra no PB, haja vista que a omissão da preposição em algumas construções resulta em sentenças degradadas ou agramaticais, como com os verbos *anuir*, *aludir* e *referir-se* em (i), (ii) e (iii). Salles (c.p) chama atenção para o fato de esses verbos serem usados em contextos formais/ de escrita.

(i) a. *anuiu ao contrato*

b. ?/**anuiu o contrato*

(ii) a. *aludir ao fato*

b. ?/**aludir o fato*

(iii) a. *referir-se ao fenômeno*

b. ?/**referir-se o fenômeno*

os complementos não sejam representados da mesma maneira na estrutura superficial, como nas sentenças (27b) e (28b) em oposição a (27a) e (28a), é a preposição não ser semanticamente relevante.

Se não é semanticamente relevante em ((27) e (28)), o que licencia o emprego de *a* nessas construções no PB? O que aconteceu para que o constituinte passasse a ser realizado como objeto direto e não mais como objeto indireto e complemento relativo? Como isso afeta a relação entre o verbo e as outras formas de realizar esses complementos, como a substituição por clíticos, por exemplo?

Outra inovação no campo da sintaxe de complementação do PB diz respeito à substituição da preposição *a* por outras preposições, introduzindo complementos objeto indireto em estruturas bitransitivas (cf. (30)).

(30) a. Maria entregou o presente *ao Pedro*.

b. Maria entregou o presente *para o Pedro*.

Lobato ((1990) apud Salles (1992:56)) afirma que a escolha entre *a* e *para* é possível nos contextos em que o complemento introduzido por essas preposições recebe papel temático Meta. Salles (2003) assume que a realização do dativo por meio de *para* está relacionada à perda da distinção acusativo-dativo no sistema pronominal, o que é corroborado pelo emprego da forma *lhe* na codificação tanto de objetos diretos, quanto de objetos indiretos.

Apesar de a tendência ao uso de *para* ser evidente, existem estudos que demonstram haver contextos que favorecem a preposição *a*. Gomes ((2001) apud Bispo (2004)) verifica que *a* ocorre com a maior frequência em construções que apresentam relações semânticas abstratas entre os complementos, a exemplo das configurações com verbo leve (*dar apoio a alguém*); e que há preferência ao emprego de *para* em todos os contextos analisados, podendo ocorrer tanto em contextos de relações semânticas abstratas, quanto concretas (esta verificada em (30)).

Bispo (2004) investiga as propriedades morfossintáticas e semânticas envolvidas na codificação do objeto indireto (dativo) no PB, considerando a variação no uso das preposições *a* e *para* que introduzem o sintagma dativo e a perda das formas anafóricas cliticizadas de objeto indireto *me, te, lhe, vos, nos, lhes*. À luz das abordagens da Sociolinguística Quantitativa e da Gramática Gerativa, a pesquisa de Bispo contrasta os resultados encontrados no português europeu com os encontrados nas variedades paraibana e carioca do português

brasileiro, revelando que ocorre um processo de mudança na sintaxe do dativo na variedade brasileira do português.

Bispo conclui que a variação no PB entre sintagma preposicionado e a forma anafórica está condicionada a fatores como a pessoa do discurso, visto que tanto na variedade paraibana quanto na carioca há diminuição no emprego do clítico dativo (cf. (31)) e aumento do sintagma preposicionado de forma geral (cf. (32)) e, mais especificamente, registra o desaparecimento do clítico dativo de terceira pessoa e o aumento de *para* no complemento dativo nesse contexto. Para a autora, a perda da forma cliticizada no PB não se deve apenas à sua substituição pela forma preposicionada, mas à adoção da preposição *para* introduzindo o complemento dativo no lugar de *a*.

(31) Ele vai receber aquilo que eu estou *lhe* oferecendo.

(32) Falei *para o menino* que eu fui rainha do carnaval.

No português europeu, a preposição *para* não é encontrada introduzindo o dativo; nesse contexto, ocorre a preposição *a*, principalmente com predicados de transferência (*dar*, *falar*, etc); e o emprego dos clíticos de terceira pessoa continua bastante produtivo. Além disso, no PE, também continua produtivo o redobro do clítico (cf. (33a)), diferentemente do que ocorre no PB (cf. (34b)).

(33) a. João deu-*lhe*_i o doce *a ela*_i. (PE/*PB)

b. João deu o doce *a ela*. (*PE/PB)

Algumas observações podem ser formuladas por meio da análise das construções em (33). Sentenças como (33a), com redobro do clítico, foram realizadas no PB, mas não se sabe quando a ocorrência desse tipo de construção começou a declinar; fato é que hoje, no PB falado, essa sentença soa estranha, e para muitos falantes é agramatical. Por outro lado, em (33b), a ausência do clítico torna a sentença agramatical no PE, mas bem formada no PB. Não seria absurdo notar que a redução do clítico de terceira pessoa em contextos como o apresentado em (33a) pode ter sido o contexto desencadeador do aumento no emprego de *a ele/ a ela* e, posteriormente, *para ele/ para ela* como complementos dativos no PB. Faz-se necessário analisar profundamente a questão, o que foge ao escopo desta pesquisa.

Em relação ao *status* do sintagma preposicionado dessas orações, Torres-Morais (2006:253) observa que, no PE, em contextos de verbos de transferência (*dar, levar, mostrar, dizer*) e criação (*bater/ fazer um bolo, pintar, desenhar*), há construções em que o OI é um sintagma preposicionado introduzido por uma preposição lexical *a, de, para*; ao passo que há outros contextos em que o OI se realiza como um item lexical (a-DP) ou clítico dativo de terceira pessoa, *lhe/lhes*, como o mostram os exemplos a seguir:

(34) a. O José enviou uma carta *à Maria/ enviou-lhe* uma carta.

b. O José enviou uma carta *para a Maria/ para Lisboa/ ao Banco Portugal*.

De acordo com Torres-Morais, o contraste entre (34a) e (34b) revela o estatuto ambíguo da preposição *a* entre um marcador de Caso e preposição plena e a distinção entre um DP e um PP. Essa ambigüidade provoca efeitos semânticos: por exemplo, a sentença (34b) é interpretada como se o José tivesse enviado uma carta a alguém para que a entregasse *à Maria*, e não que isso foi feito diretamente. Em relação à preposição *a* de (34b), a autora conclui que “a preposição locativa é uma verdadeira preposição nas ditransitivas preposicionadas e alinha-se à preposição *para*”. Note-se que os PPs *para Lisboa* e *ao Banco Portugal* não podem ser pronominalizados por *lhe*.

O redobro do clítico, como em (33a) (repetido e estendido a seguir como (35)), é apontado por Torres-Morais como uma evidência a favor da análise do argumento dativo como um *a*-DP, e não um PP. A relação expressa em (35) não ocorre quando os pronomes são argumentos preposicionados (PPs) exigidos pelos verbos como (36).

(35) a. O José deu-*lhe* o doce *a ela*. (PE/ *PB)

b. O José deu o doce *a ela*. (*PE/ PB)

c. O José deu o doce *à Maria*. (PE/PB)

d. *O José deu-*lhe* um doce *à Maria*. (*PE/*PB)

(36) a. Os turistas assistiram *à ópera*. (PE/PB)

b. Os turistas (**lhe*) assistiram *a ela*.

c. *Os turistas *lhe* assistiram. (PE/PB)

O contraste entre *a* e *para* reforça o argumento da autora (cf. (37)).

- (37) a. Dei-*lhe* o livro, *a* *ela*.
 b. *Dei-*lhe* o livro, *para* *ela*.

Em relação ao PB, Torres-Morais cita alguns fatos sobre o PB falado e escrito menos formal, que o distanciam do PE e apontam para a mudança em curso: a perda do clítico dativo de 3ª pessoa e o aumento do uso de *para* em detrimento do uso de *a*, e ainda a substituição dos clíticos *lhe/lhes* de terceira pessoa por *ele/ela/eles/elas*, introduzidos por *a* ou *para* sem redobro. Para a autora, as discussões e os fatos mencionados levam à hipótese de que a mudança do PB indica “a perda da propriedade gramatical de expressar morfologicamente o argumento dativo” (p.260). Em outras palavras, o dativo é reanalisado como um PP, tanto nos casos em que ocorre como item lexical pleno, quanto como forma pronominal forte.

Bispo (2004: 121) observa, em relação ao PB, que predicados indicando subtração (cf.(38)), extração material (cf. (39)), contato por adesão ou por adição (cf. (40)) podem ter *a* alternando com outras preposições, mas não com *para*. Nessas construções, o argumento preposicionado é interpretado como Fonte, papel semântico que parece estar se tornando incompatível com a semântica da preposição *a*, visto que sentenças como (38a) e (39a) soam agramaticais no PB atual. Outra diferença da variedade brasileira é não ser possível a pronominalização dos sintagmas preposicionados de (38), (39) e (40) pelo clítico *lhe*, pois, como mostrou Bispo, estão restritos aos predicados de transferência como (33) e (34). Cabe ressaltar que as construções do PE com a preposição *a* (cf. (38a), (39a) e (40a)) estão associadas a uma semântica de parte-todo e isso é crucial no licenciamento dessa configuração.

- (38) a. Tirou/ apagou as manchas *à* *televisão*. (PE/*PB)
 b. Tirou/ apagou as manchas *da* *televisão*. (PE/PB)

- (39) a. Arrancou as páginas *ao* *livro*. (PE/*PB)
 b. Arrancou as páginas *do* *livro*. (PE/PB)

- (40) a. Uniu a capa *ao* *caderno*. (PE/PB)
 b. Uniu a capa *com* *o caderno*. (PE/PB)

É preciso destacar que o PB perde a configuração com *a* representada em (38a), (39a) e (40a) em favor da estrutura com DP complexo formado por PP+NP, como em (38b), (39b) e (40b).

Em síntese, Bispo constata que, no PE, a preposição *a* sofre esvaziamento do conteúdo semântico, o que a licencia em situações em que a semântica não é de Meta, funcionando como marcador de Caso morfológico nas construções dativas. No PB, ao contrário, *para* não admite esvaziamento semântico e fica impedida de aparecer em contextos que não sejam de Meta, de forma que “essa restrição semântica evidencia-se na sintaxe do PB já que a pronominalização com o clítico *lhe* está restrita aos casos em *a* e *para* se alternam” (Bispo, 2004:121).

2.5 Considerações parciais

Nas seções precedentes, verificamos que as inovações na sintaxe de complementação do PB relacionam-se a vários fenômenos da língua, como a rigidificação da ordem das palavras, a realização das formas anafóricas, a redução do emprego da preposição *a* em favor de preposições lexicais, como *para* e *de*, e a redefinição do estatuto dos complementos objeto direto e indireto em configurações monotransitivas e ditransitivas.

A complexidade percebida nas inovações na sintaxe de complementação inicia-se quando procuramos entender a relação de causalidade entre os fenômenos. É o caso, por exemplo, de associar a rigidificação da ordem à perda da preposição *a*: não sabemos se foi a rigidificação que levou à perda da preposição ou o contrário. O entendimento de questões desse tipo avança na medida em que a compreensão de cada parte é empreendida. Neste caso, centraremos nossa atenção nas mudanças sofridas pelo objeto direto, especificamente, no fato de esse complemento poder ser pronominalizado por *lhe* (*eu lhe vi ontem*); de complementos relativos e os objetos indiretos serem realizados como objeto direto em estruturas monotransitivas (*assisti ao Paulo Autran no teatro/ assisti o Paulo Autran no teatro; João obedece ao pai/ João obedece o pai*).

CAPÍTULO 3

O QUADRO PRONOMINAL DO PORTUGUÊS DO BRASIL ATUAL E O CLÍTICO *LHE*

O sistema pronominal do português do Brasil atual é um dos pontos gramaticais a que se tem dedicado muita atenção na lingüística brasileira. O presente capítulo expõe a visão da gramática normativa acerca do quadro pronominal do português adotando-se uma perspectiva comparativa com a atual configuração do sistema. O capítulo está organizado como segue: na seção 3.1, apresentamos os quadros pronominais que constam das gramáticas de Rocha Lima (2006) e Cunha & Cintra (2001); na seção 3.2, descrevemos as mudanças mais expressivas ocorridas no sistema pronominal do PB, por isso esta seção está dividida em três subseções, a dos pronomes na função de sujeito, a dos pronomes na função de objeto direto e a dos pronomes na função de objeto indireto.

3.1 Os pronomes de sujeito e objeto na visão da gramática tradicional

As gramáticas tradicionais (GTs) da língua portuguesa, também relacionadas com o quadro de referência para a prescrição gramatical, não destoam no que toca ao trato dos pronomes pessoais, classificando-os quanto à função exercida na oração (sujeito e objeto) e quanto à caracterização semântico-pragmática (a primeira pessoa como a *pessoa que fala*; a segunda pessoa é a *pessoa com quem se fala*; e a terceira pessoa é a *pessoa de quem se fala*). Além disso, a GT organiza o quadro pronominal de forma a manter uma identidade formal herdada do latim representada pela correspondência entre a forma verbal e os pronomes de sujeito (*eu falo, tu falas, ele/ ela fala, nós falamos, vós falais, eles/ elas falam*). Essa correspondência estende-se horizontalmente para outras formas no sentido de que se estabelece a correspondência entre as pessoas de sujeito e objeto (cf. quadro a seguir).

		Pronomes pessoais retos	Pronomes pessoais oblíquos não reflexivos	
			Átonos	Tônicos
Singular	1. ^a pessoa	eu	me	mim, comigo
	2. ^a pessoa	tu	te	te, contigo
	3. ^a pessoa	ele, ela	o, a, lhe	ele, ela
Plural	1. ^a pessoa	nós	nos	nós, conosco
	2. ^a pessoa	vós	vos	vós, convosco
	3. ^a pessoa	eles, elas	os, as, lhes	eles, elas

Quadro 1 – Formas dos pronomes pessoais em Cunha & Cintra (2001: 277)

Rocha Lima (2006: prefácio da 15^a edição, p.XXI), na edição de 1972 da sua Gramática Normativa da Língua Portuguesa, opta por “enriquecer copiosamente a exemplificação dos ‘fatos’ da língua”, utilizando como fontes autores como Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Rachel de Queiroz, Carlos Drummond, etc, além daqueles normalmente usados pela GT, como Vieira, Bernardes, Herculano, entre outros. A escolha de fontes mais recentes em relação às que já vinha utilizando, permitiu ao autor observar o emprego de novas formas utilizadas como pronomes no português falado no Brasil, apresentando, portanto, divergências em relação ao português de Portugal e em relação às descrições das gramáticas tradicionais. O quadro 2 foi extraído de Rocha Lima (2006)¹⁰ e contrasta em alguns pontos com o quadro 1 de Cunha & Cintra (2001).

		Formas retas	Formas oblíquas	
			Objetivas diretas	Objetivas indiretas
Singular	1. ^a pessoa	eu	me	me
	2. ^a pessoa	tu, você	te, você, o, a	te, lhe (a você)
	3. ^a pessoa	ele, ela	o, a	lhe (a ele, a ela)
Plural	1. ^a pessoa	nós	nos	nos
	2. ^a pessoa	vós, vocês	vos	vos, lhes (a vocês)
	3. ^a pessoa	eles, elas	os, as	lhes (a eles, a elas)

Quadro 2 – Formas pronominais retas e oblíquas em Rocha Lima (2006)

Pela observação dos dois quadros, notamos que os autores divergem em relação aos pronomes de sujeito e de objeto. No que se refere aos primeiros, Rocha Lima (2006) inclui

¹⁰ A gramática de Rocha Lima tem dois capítulos dedicados ao pronome. O capítulo 9, intitulado “Pronome”, não apresenta inovações, as quais só aparecem posteriormente no capítulo 22, “Emprego do pronome”. O quadro desta página baseia-se neste capítulo (p. 315).

você e *vocês* como pronomes de segunda pessoa, ao passo que Cunha & Cintra (2001) listam apenas as formas *tu* e *vós*. No quadro proposto por Cunha & Cintra, as formas *você* e *vocês* sequer aparecem e não são consideradas pronomes pessoais, e sim pronomes de tratamento da segunda pessoa (p.289). Note-se que Rocha Lima atribui a essas formas o *status* de pronome pessoal, embora não exclua as formas *vós* e *tu*. No que diz respeito aos pronomes sujeito, essa é a divergência explicitada pelos quadros dos autores: Rocha Lima admite a inclusão de *você* como pronome de segunda pessoa, o que não fazem Cunha & Cintra. Nas demais pessoas do discurso, ou seja, na primeira e terceira pessoas, as descrições elaboradas pelos autores são convergentes.

No que diz respeito aos pronomes de objeto, Rocha Lima inclui as formas *você*, *te*, *o*, *a* como pronomes relacionados à segunda pessoa do singular na função de objeto direto, ao passo que Cunha & Cintra listam apenas a forma *te*. Merece destaque o fato de Rocha Lima mencionar *o/a* como pronomes de segunda pessoa na função de objeto direto; isso se deve à inserção, no quadro pronominal, da forma *você*, que, apesar de fazer referência à segunda pessoa do discurso, estabelece correspondência com pronomes de terceira pessoa, haja vista sua origem como pronome de tratamento. Parece incoerente, entretanto, Rocha Lima listar apenas *vos*, como fazem Cunha & Cintra, como pronome objeto direto de segunda pessoa do plural, uma vez que lista também a forma *vocês*, além de *vós*, como pronome de sujeito, dando-nos a impressão de que falta um pronome objeto correspondente, ou que a correspondência é realizada pelo próprio *vos* como pronome objeto de *vocês*. Em relação aos pronomes de primeira e terceira pessoas na função de objeto direto, os autores não apresentam descrições divergentes, sendo *me* e *nos* para a primeira pessoa e *o* e *a*, *os* e *as* para a terceira pessoa na função de objeto direto.

Ainda em relação aos pronomes oblíquos, Rocha Lima lista *te* e *lhe* como pronomes de segunda pessoa do singular na função de objeto indireto, ao passo que Cunha & Cintra listam apenas *te*. Como pronomes de segunda pessoa do plural, Rocha Lima cita *lhes* e *vos*, discordando de Cunha & Cintra, que listam apenas *vos* nessa função. No que se refere à terceira pessoa do singular e do plural na função de objeto indireto, tanto Cunha & Cintra, quanto Rocha Lima citam *lhe*, *lhes*. No entanto, Rocha Lima explicita uma correspondência entre as formas preposicionadas *a ele*, *a ela* e *lhe* (e seus plurais), o que parece sugerir a equivalência entre essas formas. Os autores concordam quanto às formas de primeira pessoa, de maneira que *me* e *nos* são pronomes de primeira pessoa do singular e plural, respectivamente, na função de objeto indireto.

Os contrastes entre os quadros 1 e 2 mostram que a gramática tradicional já havia percebido algumas mudanças no sistema pronominal do PB. As GTs, no entanto, não se aprofundam nessas questões, o que é empreendido em estudos no âmbito da lingüística.

3.2 Os pronomes do português do Brasil nos estudos lingüísticos

Nas próximas subseções apresentamos uma descrição pautada em estudos lingüísticos que trataram dos pronomes do quadro pronominal do português do Brasil. Na subseção 3.2.1, expomos as inovações que envolvem os pronomes na função de sujeito; em 3.2.2, tratamos dos pronomes na função de objeto direto; em 3.2.3, tecemos considerações acerca dos pronomes na função de objeto indireto e inovações relacionadas ao clítico *lhe* e as conclusões de alguns autores acerca do comportamento deste pronome.

Uma observação se faz necessária: na subseção 3.2.1, a exposição segue a seguinte lógica: primeiro, expomos as inovações do quadro pronominal seguindo a ordem das pessoas do discurso na função de sujeito, na seqüência, são apresentadas as inovações do uso dos pronomes típicos da função de sujeito na função de objeto.

3.2.1 Os pronomes na função de sujeito

No que toca às formas de sujeito de primeira pessoa, os falantes do português do Brasil vêem a competição entre a forma *a gente* de primeira pessoa do plural e a forma *nós*. Em um levantamento de dados tomados de um ‘*corpus* mínimo’ do NURC abrangendo inquéritos coletados nas cidades de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (SSA), Porto Alegre (POA) e Recife (RE), Ilari et alii (1996: 86) mostram que as formas *a gente* e *nós* aparecem em percentuais equilibrados nos dados analisados, sendo que *a gente* é associado às situações de maior descontração e informalidade e *nós*, a situações mais formais; além disso, esta última forma é mais difundida em algumas regiões do país, como é o caso de Recife e Salvador. É importante destacar que a forma *a gente* desencadeia a concordância gramatical de terceira pessoa do singular no verbo (*ele canta/ a gente canta*).

Em relação aos pronomes de sujeito de segunda pessoa, a forma *você* concorre com *tu*, mas a realização de *tu* é pouco freqüente e resiste apenas regionalmente (cf. Ilari et al.

(1996). Essa afirmação é recorrente em vários estudos; no entanto, mais recentemente, surgem pesquisas voltadas para a distribuição do pronome *tu*, que revertem essa generalização, apontando para a necessidade de examinar a questão do ponto de vista dialetal. Lucca (2005:117), por exemplo, afirma que a forma *tu* “é muito recorrente em praticamente todos os estados da região Norte, todos da região Sul, em quase todos da região Nordeste, e em pontos isolados das regiões Sudeste e Centro-Oeste”. Deve-se acrescentar que, esses autores concordam em relação ao fato de que, mesmo onde *tu* é resistente, verifica-se a neutralização entre a forma verbal de segunda e terceira pessoas do singular (*tu canta/ ele canta*). No que toca à segunda pessoa do plural, a forma *vocês* passou a figurar no lugar de *vós* e esta é uma substituição inquestionável, não se registra competição entre as duas formas em nenhuma região do país. A concordância entre as formas *você/ vocês* e os verbos se realiza por meio da flexão de terceira pessoa do singular e do plural, respectivamente (*você canta/ vocês cantam*).

O aumento da frequência de *a gente* em competição com o pronome *nós*, da forma *você* variando com *tu* e de *vocês* tendo suplantado a forma *vós* constituem as inovações ocorridas na parte do sistema pronominal relacionada à função de sujeito. Presenciamos também que as concorrências e a substituição conduzem à neutralização dos morfemas pessoais dos verbos (fenômeno muitas vezes referido como enfraquecimento da concordância), como se verifica em (1), restando como marcas flexionais exclusivas aquelas relacionadas à primeira pessoa do singular e a primeira pessoa do plural *nós*.

(1)

Pessoa do discurso	Singular	Plural
1 ^a	Eu canto	Nós cantamos A gente canta
2 ^a	Tu cantas Você canta	Vós cantais Vocês cantam
3 ^a	Ele/ela canta	Eles/ elas cantam

Em síntese, *a gente*, *você* e *ele* (e os plurais destes últimos) ativam realização do mesmo morfema de terceira pessoa no verbo (*a gente/ você/ ele canta; vocês/ eles cantam*), o que levou à perda, no PB falado atual, do morfema verbal de segunda pessoa do singular e do plural (*tu cantas, ~~vós cantais~~*). Cabe investigar os fundamentos semântico-pragmáticos da concorrência das formas *você* e *tu*, *nós* e *a gente*, pois diferentemente da substituição de *vós*

por *vocês*, pode estar havendo a especialização das formas, conforme sugerido por Negrão & Müller¹¹ (1996) (veja mais detalhes na subseção 3.2.1.1), e não a substituição de uma forma pela outra.

Destaca-se, no PB, o uso das formas pronominais de sujeito na função de objeto. Em relação à primeira pessoa do discurso, Arruda¹² (2006) verificou que apenas em Salvador e Recife houve registros da forma *eu* na função de objeto direto e essa realização se condiciona a uma estrutura do tipo V+OD+infinitivo verbal (V= *deixe/ deixa*) (cf. (2)). Na intuição do autor (p.78), as construções desse tipo estão cristalizadas na língua e esse pode ser um contexto de abertura para a inserção do que ele chama de pronome tônico *eu* na função de objeto direto.

(2) Eh deixe *eu* olhar uma coisinha. Vamos passar para outro meio de transporte: o avião.
(DID-SSA-277)

Verifica-se ainda o uso de *a gente* como complemento do verbo. De acordo com Arruda (2006), essas ocorrências são de baixa frequência e, na maioria das vezes em que ocorre nos dados, são proferidas por jovens de Salvador e Recife. O autor ressalta que, apesar de não aparecer nas falas coletadas no Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo, a forma *a gente* na função de objeto direto não pode ser considerada inexistente nessas variedades, visto haver estruturas em que o clítico *nos* é usado como objeto direto em uma sentença em que ocorre *a gente* como sujeito (cf. (3)). Dalto (2002 apud Arruda) apresenta resultados que diferem dos encontrados por Arruda, já que em seus dados, não há predominância de *nos* sobre *a gente*, mas um equilíbrio no emprego dessas variantes.

(3) éh irmã dela e e um professor da faculdade aí de São São Caetano do Sul éh ele dá aula no Serviço Social e ele *nos* convida de quase todo domingo *a gente* vai (DID-SP-234)

¹¹ Negrão & Müller (1996) analisaram o sujeito nulo *versus* sujeito pleno e os pronomes possessivos seu(s), sua(s) *versus* dele(s), dela(s) e concluíram que as primeiras formas (sujeito nulo, seu(s), sua(s)) estão associadas a interpretações arbitrárias e não-específicas, ao passo que as segundas (sujeito pleno, dele(s), dela(s)) se associam à interpretação específica.

¹² Em sua pesquisa, o autor objetiva verificar se as estratégias de realização objeto direto obedecem o mesmo processo nas três pessoas gramaticais no português brasileiro culto falado, para isso analisa um *corpus* composto de 30 inquéritos do NURC, em que se conta seis inquéritos para cada cidade (Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife). São todos do tipo ‘diálogo entre informante e documentador’ (DID).

Arruda também encontrou em seus dados, a forma *a gente* na função de objeto direto com traço [-determinado], com uma interpretação genérica, em que se inclui o falante e as pessoas em geral (cf. (4)), corroborando a afirmação de Lopes ((2001:131) apud Arruda (2005: 80)) de que *a gente* admite “um valor indeterminado, abrangente, genérico e até difuso”.

(4) eles se comunicam com tanta facilidade parece até que entendem *a gente* né? (DID-RE-106)

Os pronomes *você/ vocês* também podem ser empregados como complementos acusativos (cf. (5)); quando preposicionados, esses pronomes podem funcionar como complemento objeto indireto (cf.(6)). Em ambos os casos, *você* e *para você* concorrem com *te*, ao passo que *para vocês* e *vocês* (cf. (5a) e (5b)) parecem não encontrar um clítico com quais possam concorrer. Uma opção seria empregar *lhes* nesses contextos, mas sua realização parece tão reduzida quanto o emprego da forma singular do clítico.

(5) a. Encontro *vocês* depois da aula.

b. Entreguei o livro *para vocês*.

A respeito do que ocorre em (5), Salles (c.p) afirma que a forma *você*, por já existir no sistema como pronome de tratamento, não constitui uma forma inovadora e não apresenta qualquer impeditivo para ocorrer nas funções de objeto direto ou indireto, uma vez que a forma sempre transitou por todas as funções. Essa visão pode ser estendida para as formas *a gente* e *senhor/ senhora*.

Ainda em relação à forma *você*, alguns estudos evidenciam a concorrência entre *você*, *ocê* e *cê* no PB falado (Ramos, 1997 e Coelho, 1999 apud Andrade, 2004). De acordo com Andrade (2004), as formas em questão têm comportamento sintático diferenciado e sua ocorrência é condicionada por fatores estruturais e sociais específicos, que não serão detalhados neste estudo. No entanto, cumpre expor que *cê* assume nas orações somente função de sujeito; ao passo que *você* e *ocê* podem se apresentar como objetos do verbo, complementos de preposição, além de funcionarem como sujeito.

No que diz respeito às formas de terceira pessoa, *ele/ ela*, *eles/ elas* também podem ocorrer na função de objeto direto ou indireto (cf. (6)). Os pronomes de terceira pessoa da

função de sujeito concorrem com outras estratégias de realização do objeto, fato que discutiremos com mais detalhe nas seções seguintes.

(6) a. Agora o que mais me encantou realmente foi essa Lagoa do Bonfim. Essa lagoa, eu tive conhecido *ela* foi num sábado, eu fui de carro e fui eu com uma colega minha.

b. Pedi *para ele* aumentar a minha nota (NURC – Salvador / DID-100)

Como se pode ver, não houve apenas a inserção, no sistema pronominal, de formas que passam a competir com os pronomes de sujeito, houve também a extensão da realização dos pronomes tônicos para a função de complemento do verbo. Esse movimento provavelmente contribuiu para a perda de alguns pronomes da função de objeto direto, como *o/a*, e apontam para a perda da distinção morfológica nos pronomes de sujeito e objeto, distinção ainda restrita a algumas pessoas do discurso e de diferentes níveis de completude.

3.2.1.1 Português do Brasil e o parâmetro *pro-drop* – breves considerações

Aproveitamos para expor outro problema relacionado ao emprego dos pronomes sujeito, que foge ao propósito deste estudo, mas que não pode ser negligenciado, qual seja o da interpretação arbitrária que os pronomes sujeito podem ter, para, em seguida, explicarmos a idéia de especialização das formas na visão de Negrão & Müller (1996).

O português é caracterizado como língua do tipo *pro-drop*. O parâmetro *pro-drop* (ou parâmetro do sujeito nulo) diz respeito à possibilidade de a língua omitir o sujeito fonético (cf. (7) e (8)).

(7) ___ Compramos flores para Maria.

(8) ___ Choveu muito na serra gaúcha durante as férias.

Em línguas românicas como o espanhol e o português, que atribuem valor positivo ao parâmetro *pro-drop*, a interpretação da pessoa sujeito da oração pode ser apreendida pela concordância de pessoa e número dos morfemas verbais. Alguns estudiosos argumentam a favor de o PB estar deixando de ser uma língua *pro-drop*, baseando-se no argumento de que a posição de sujeito (sujeito pleno) estaria sendo preenchida devido à neutralização da

morfologia flexional, na segunda e terceira pessoa e na primeira pessoa do plural (*ele canta, você canta, a gente canta, eles cantam, vocês cantam*).

Na visão de Ilari et alii (1996), Negrão & Müller (1996) e Ferreira (2003), o fator predominante para a realização de sujeito pleno não é a necessidade de clareza decorrente da redução de morfemas das formas verbais do português brasileiro. Ilari et alii (1996) defendem tal argumento baseados nos dados de preenchimento do sujeito de primeira pessoa, a qual se mostra mais freqüente entre as amostras de sujeito pleno nas cinco cidades por eles pesquisadas (RJ, SP, RE, POA, SSA) em comparação com as demais pessoas, ou seja, há preenchimento do sujeito, mesmo nas situações em que o verbo apresenta morfologia flexional exclusiva (compare-se *eu canto, você/ ele/ a gente canta*). Ferreira (2003: 56), analisando dados da comunidade Kalunga no interior de Goiás, expande a constatação para essa comunidade rural ao perceber que, apesar dos poucos dados, as sentenças com verbos flexionados na primeira pessoa do plural /-mos/ e a terceira do plural /ãw/ têm um preenchimento da posição de sujeito levemente maior quando esses morfemas estão presentes e menor quando estão ausentes.

Sobre a realização ou não do pronome sujeito no PB, Negrão e Müller (1996) também não compartilham da idéia de o preenchimento da posição de sujeito esteja suplantando o sujeito nulo, mas sim as formas de realização do sujeito estariam se especificando, em outras palavras, cada uma (a realização plena e a nula) estaria ocorrendo em contextos bem definidos, de maneira que já se percebe diferenças na interpretação de realizações de sujeito nulo no PB atual e no PE (cf. (9)). Segundo Galves (2001 apud Ferreira), no PE, o sujeito nulo de terceira pessoa é sempre conhecido; ao passo que, no PB, pode receber interpretação arbitrária¹³. Para Negrão & Müller (1996), o sujeito nulo seria uma estratégia de tornar a interpretação do sujeito arbitrária, ao passo que o emprego do pronome estaria associada a uma interpretação específica desse sujeito.

(9) Nos nossos dias não ___ usa mais saia. (Galves (2001) apud Ferreira. (2003)).

Ferreira afirma que, na variedade rural por ela pesquisada, o sujeito nulo é uma forma muito freqüente em construções desse tipo. No entanto, o preenchimento do sujeito relacionado a sujeitos não-arbitrários não constitui uma situação definitiva no PB. Em dados

¹³ O termo *interpretação arbitrária* é usado aqui para designar aquilo que a GT chama de sujeito indeterminado e empregaremos os termos *determinado/ indeterminado* com o sentido que pode ser alternado por específico/não-específico, ou ainda, [+determinado]/ [+específico] e [-determinado]/ [-específico].

da área urbana, muitas construções de sujeito arbitrário foram levantadas e nelas figuram as formas *a gente* (cf.(10)), *você* (cf.(11)), *nós* (cf. (12)), *eu* (cf.(13)), *eles* (cf. (14)), *se* (cf. (12)) e alguns sintagmas nominais (cf.(15)). Os dados a seguir são extraídos de Ilari et alii (1996: 100-5).

(10) Como é que *a gente* sabe que a estrada é de primeira classe? (D2-SSA-98: 29)

(11) (...) Porque o teatro é um::é uma escola excelente pra *você* se adaptar a::às condi? às diversas condições humanas...então *você* no teatro é tUdo...*você* é *você* mesmo...*você* é o personagem e quanto mais personagens *você* interpreta maiores eh::tipos maiores gêneros de vida *você* vai conseguir enfocar para sua própria vida. (DID-SP-161:185-197)

(12) quando *nós* falamos em instrumentos de avaliação, fala-se também em níveis de consecução de objetivos. (EF-POA-278:05)

(13) por exemplo *eu* posso saber todos os sinais de trânsito de cor, (es)tá, *eu* memorizei o meu processo, se vocês me trouxerem o livrinho aquele *eu* respondo todos eles e estou no nível de conhecimento; bem, mas é preciso que *eu* aplique, que *eu* utilize os sinais de trânsito na hora certa, ou que *eu* tenha a habilidade de passar meio rápido pelo guardinha, porque se não (sic) *eu* estou multada na próxima esquina. Então, quando é que *eu* sei que *eu* co, com, que *eu* compreendi? Quando *eu* apliquei os sinais de trânsito na hora exata, quando *eu* passei um ano inteiro sem receber nenhuma multa. (EF-POA-278:283-291)

(14) Belo Horizonte foi ah plantada foi planificada dentro de um plano que::*eles* procuraram seguir até quando foi possível depois houve um crescimento demográfico muito grande. (DID-SP-137:40)

(15) Mas é que no fim das festas *o pessoal* começa a pegar todos os arranjos do salão. (DID-POA-45:32)

Os dados expostos são exemplos retirados de uma discussão mais ampla sobre a realização do sujeito arbitrário no PB. Segundo Ilari et alii (1996:107), tais ocorrências são

resultados de “uma organização, embora fluida, de zonas de maior ou menor indeterminação do sujeito”, que ainda devem ser esclarecidas.

3.2.2 Os pronomes na função de objeto direto

No Português do Brasil, os pronomes de primeira pessoa *me* e *nos* alternam-se com outras formas, como o objeto nulo e a forma *a gente*, como exemplificam as sentenças (16-18) retiradas de Arruda (2006: 61-76), sendo que as duas últimas são inovações na realização do objeto de primeira pessoa no PB.

(16) eu procuro comer coisas que eu gosto mas que realmente não *me* engordem (DID-RJ-328)

(17) tem inseto que chega e só *nos* faz bem é a abelha quando não Ø morde (DID-RE-078)

(18) eles se comunicam com tanta facilidade parece até que entendem *a gente* né? (DID-RE-106)

Arruda (2006) demonstra, por meio da análise de amostras do português culto falado da década de 70, que a variável objeto nulo é pouco produtiva na primeira pessoa (cf. (19)), predominando o pronome *me* como forma de singular e *nos* no plural no total geral de todas as variedades analisadas. Apesar de ter encontrado poucas ocorrências do objeto nulo de primeira pessoa, o autor sugere que o uso dessa estratégia começa a avançar, dada a sua ocorrência entre falantes mais jovens, reduzindo-se à medida que se nota o avanço na idade dos falantes, e entre as mulheres, que, de acordo com os estudos sociolingüísticos, são consideradas mais conservadoras que os homens em relação ao emprego de novidades da língua. É importante dizer que Arruda (2006) não registra a ocorrência de *nos*, nessa função, com interpretação arbitrária.

(19) a Pampulha em Minas pela sua arquitetura completamente aliás há anos que eu vi hoje o Brasil tem uma porção destas mas eu nunca tinha uma igreja com aquele estilo

completamente funcional em Pampulha quer dizer impressionou \emptyset vivamente porque eu estava me aproximando e não imaginava que ali fosse uma igreja. (Arruda, 2006:161)

Não podemos deixar de notar as relações para formar a noção reflexiva da ação verbal estabelecidas em (19) entre o pronome *me* e o objeto nulo com os verbos que os subcategorizam. O objeto nulo de primeira pessoa recebe papel temático de Experienciador do verbo psicológico *impressionar* e o pronome *me*, por sua vez, constrói com o verbo de movimento *aproximar* uma estrutura reflexiva. Note-se que o primeiro predicado se associa a uma experiência abstrata e o outro a uma experiência física, é um verbo de movimento. Isso pode ser um indício de que há contextos semânticos e sintáticos em que a forma pronominal é mais resistente.

Com relação à forma de segunda pessoa, as gramáticas tradicionais afirmam que, por ser herança da forma *Vossa Mercê*, *você* deveria alinhar-se com pronomes acusativos *o(s)*, *a(s)*, os quais não aparecem em contextos de objeto direto associado à segunda pessoa no PB atual (cf. dados de Arruda, 2006:83). Nos dados desse autor, as formas *te* (cf. (20a)), *você* (cf. (20b)), *lhe* (cf. (20c)) e *a senhora* (cf. (20d)) aparecem na função de objeto e apenas uma ocorrência de objeto nulo de segunda pessoa é registrada.

(20) a. você sai da fazenda pra ficar supervisionando então essas coisas assim que absolutamente não *te* afetam muito!

b. eu então na sua frente eu me despeço de você eu abraço *você* mas esse abraço é abraço é de tamanduá (idem: 163)

c. você já pensou tanto naquele problema já refletiu tanto a cerca dele mas você não conseguiu encontrar solução pra ele e você tem amigo que é coisa difícil mas quando você encontra começa a conversar com o cara e ele realmente vai ajudar ou conversar com você *lhe* aconselhar a cerca (sic) do que aquilo se fosse com ele às vezes você reco resolve o problema. (idem: 160)

d. então eu gostaria de saber quando a senhora vai ao cinema o que que precisa conter o cinema para levar *a senhora* até ele? (idem:169)

Nota-se que o objeto direto de segunda pessoa pode ser realizado por três pronomes: *você*, *lhe* e *te*. Aparentemente, não parece haver restrições que bloqueiem a permuta desses pronomes (cf. (20a), (20b) e (20c)). É preciso analisar como esses pronomes se organizam,

ou seja, investigar se há restrições de algum tipo que acionam a escolha de cada um ou se estão em variação livre.

Com relação à terceira pessoa, os clíticos *o/os*, *a/as* praticamente não ocorrem na modalidade oral do PB. O declínio no uso do clítico se fez acompanhar do aparecimento de outras estratégias de realização do objeto direto (cf. Cyrino, 1996a), como (i) os pronomes *ele/ eles*, *ela/ elas* (cf. (21)); (ii) o sintagma nominal (cf. (22)); (iii) o objeto nulo (cf. (23)); (iv) o núcleo de uma expressão partitiva com o apagamento do restritor (cf. (24)).

(21) Eu nunca vi *ele* levantar a bandeira para falar dele.¹⁴

(22) guardar o dinheiro no banco é a coisa mais fácil desde que se tenha o dinheiro para ser guardado [...]

(23) guardar o dinheiro no banco é a coisa mais fácil desde que se tenha o dinheiro para ser guardado [...] claro se houver sobra o banco aceita \emptyset de muito bom grado (DID-SP-250 in Arruda, 2006: 109).

(24) guardar o dinheiro no banco é a coisa mais fácil desde que se tenha o dinheiro para ser guardado [...] claro se houver sobra o banco aceita \emptyset de muito bom grado (DID-SP-250 in Arruda, 2006: 109).

Com relação ao desaparecimento dos clíticos *o(s)*, *a(s)*, Cyrino (1996a) registra o decréscimo no uso dos pronomes acusativos de terceira pessoa ao longo de quatro séculos e relaciona a queda do clítico ao surgimento do objeto nulo. Essa conclusão se deve a um aumento expressivo no emprego do objeto na segunda metade do século XX. Não obstante a aparente generalização desse recurso, a realização do objeto nulo ocorre em situações específicas. De acordo com a autora, o traço [+animado] do antecedente está associado à ocorrência do pronome pleno *ele(s)*, *ela(s)* e [-animado] relacionado ao objeto nulo, mas esse argumento mostrou-se insuficiente na análise do fenômeno, uma vez que construções como (25) são produzidas no PB.

¹⁴ Sentença extraída da reportagem *Ítala Nandi discute censura a Requião* disponível em <http://conversa-afiada.ig.com.br/materias/475001-475500/475422/475422_1.html>, acesso em 04/02/2008.

(25) A FEBEM é um dos elos dessa corrente que cria o menor infrator, não é ela o único responsável, o único elo que cria Ø, e como tal ela não consegue recuperar Ø. (Duarte 1986 apud Cyrino, 1996b: 232)

Cyrino (1996b) nota que o PB pode apresentar um objeto nulo quando seu antecedente é um NP [+animado] se é [-específico/ referencial] (cf. (25)). Com o antecedente [-animado] e não-específico, os dados apontam a preferência em usar a opção objeto nulo (cf. (26)).

(26) – Está faltando um copo dos novos...

– Se está faltando, é porque você quebrou Ø (idem)

Assim, na visão de Cyrino, objetos nulos com antecedentes [+animado/ +específico/ referencial] no PB não poderiam existir em sentenças como (27), seu preenchimento é necessário, e o pronome tônico ou o clítico acusativo de terceira pessoa pode cumprir esse papel (cf. 28).

(27) *O Pedro_i disse que a Maria beijou _____i.

(28) A Júlia_i sempre chora quando ponho *ela/ a_i* no berço.

Nota-se, pela análise de Cyrino, uma forte relação semântica envolvendo os traços de especificidade/ referencialidade dos antecedentes no emprego do nulo e do pronome tônico *ele/ela* na função de objeto direto. Nesse sentido, a análise de Cyrino vai ao encontro da hipótese da especialização das formas proposta por Negrão & Müller (1996).

O traço animacidade, no entanto, não tem papel pouco relevante, haja vista os dados de Arruda (2006:116-120) mostrarem uma frequência maior de objetos nulos retomando antecedentes [-animados] que antecedentes [+animados], e o pronome lexical (*ele/ ela*) e o clítico de terceira pessoa bloquearem a referência a antecedentes [-animados], confirmando os resultados de Duarte (1986 e 1989), Freire (2000) e Matos (2005) (apud Freire (2000)).

Verifica-se, assim, duas grandes mudanças no que toca à realização dos pronomes do PB. Uma delas diz respeito à inclusão da forma *você* alternando com *tu* na função de

sujeito. A outra diz respeito à quase total eliminação dos pronomes acusativos *o/os*, *a/as* em favor de outras estratégias de realização dos complementos objeto direto.

3.2.3 Os pronomes na função de objeto indireto

Entre os trabalhos que investigam os pronomes da função de objeto indireto, podemos destacar a pesquisa de Berlinck (1996). De acordo com a autora, o pronome dativo (*me*, *te*, *lhe*, *nos*, *lhes*) é ainda a opção preferida dos falantes na expressão do objeto indireto anafórico, em que se deve considerar a oposição entre a primeira e a segunda pessoa, de um lado, e a terceira pessoa, de outro.

Apesar de o clítico ser forma preferida na expressão anafórica do OI de primeira e segunda pessoa (cf. (29a) e (30a)), outras possibilidades se apresentam como alternativas ao pronome átono: os sintagmas preposicionados formados pela preposição *a* ou *para* seguida de pronome tônico (cf. (29b) e (30b)) e o objeto nulo (cf. (29d) (30d)).

- (29) a. Você *me* disse a resposta do exercício, mas eu não entendi.
 b. Você disse a resposta do exercício *para mim*, mas eu não entendi
 c. *Você disse a resposta do exercício *para Elaine/ a professora*, mas eu não entendi.
 d. Você \emptyset disse a resposta do exercício, mas eu não entendi.
- (30) a. Eu *te* disse a resposta do exercício, mas você não deu atenção.
 b. Eu disse a resposta o exercício *para ti/ tu/ você*, mas você não deu atenção.
 c. *Eu disse a reposta do exercício *para a colega/ Maria*, mas você não deu atenção.
 d. Eu \emptyset disse a resposta do exercício, mas você não deu atenção.

Nesses casos parece improvável que, nas sentenças (29) e (30), apareça um sintagma P+Nome formando o OI na referência à primeira ou à segunda pessoa. A agramaticalidade fica evidente, visto que em (29c) e (30c) os sintagmas preposicionados parecem remeter a uma terceira pessoa. Em relação a essas pessoas, por meio da análise de dados coletados da fala informal de universitários curitibanos, Berlinck (1996) registra uma realização de 83% de clítico para 17% de sintagmas preposicionados formados por P+pronome tônico nos contextos

de primeira pessoa e 78% de pronome clítico e 22% de pronome tônico introduzido por preposição nos contextos de segunda pessoa.

O objeto nulo é outra possibilidade de realizar os complementos objeto indireto no PB atual (cf. (29d) e (30d)). Berlinck (2005) percebeu que a presença dessa estratégia é mais acentuada com verbos de transferência verbal e perceptual (*dizer*), sendo que os contextos de primeira pessoa favorecem mais a realização nula do OI comparado aos de segunda pessoa, mas menos que nos contextos de terceira pessoa.

Os dados levantados pela pesquisadora mostram a redução, a quase zero, do emprego do clítico dativo de terceira pessoa (cf. 31) em favor do aumento do emprego dos pronomes tônicos introduzidos pela preposição (cf. 32), do sintagma preposicionado formado pela preposição e um nome em contexto de retomada anafórica (cf. 33a), sendo o nome freqüentemente um epíteto (cf. 33b) e a categoria vazia (cf. 34).

(31) João *lhe* deu o livro.

(32) João deu o livro *a ela*.

(33) a. João deu o livro *a Maria/ para Maria*.

b. João deu o livro *à/ para a moça*.

(34) João deu o livro \emptyset .

De acordo com Berlinck, a oposição entre as pessoas deve ser considerada, uma vez que se constata uma correlação entre o emprego do clítico dativo e a retomada de antecedente marcado como [+animado], em oposição ao emprego de sintagma preposicionado (formado por P+pronome tônico) com antecedente marcado como [-animado].

Uma questão que se coloca é a redução do clítico *lhe* em situações em que o antecedente de terceira pessoa é [+animado]. Nas subseções precedentes, verificamos haver, no PB, uma tendência a empregar os clíticos associando-os a antecedentes [+específicos/referenciais], o que sugere ser um ponto crucial para entender por que os clíticos dativos de primeira e segunda pessoa encontram-se produtivos, o que não ocorre com os clíticos de terceira pessoa. Esse ponto de vista está de acordo com o que afirma Émile Benveniste, para quem devem ser consideradas pessoas apenas a primeira e a segunda, sendo a terceira uma não-pessoa.

Nota-se, entretanto, que o emprego de *lhe* no português brasileiro distancia-se da descrição feita pela tradição gramatical, situando-se entre os pronomes que participam das inovações do sistema pronominal do PB. Sinteticamente, podemos listar as inovações como a seguir: (i) ocorrência do clítico *lhe* exclusivamente na referência à segunda pessoa no português brasileiro falado; (ii) expansão de *lhe* para os contextos em que ocorre como objeto direto; (iii) expansão de *lhe* para os contextos em que ocorre como complemento relativo; (iv) redução de *lhe* no português brasileiro falado e sua substituição por outras estratégias de retomada anafórica.

Ao analisar as ocorrências de *lhe* no PB, Ramos (1999) e Freire (2000) observam que o clítico tem sido usado para fazer referência à segunda pessoa, *você* (cf. 34). Este seria um dos fenômenos destacados por Freire (2000) sobre o dito distanciamento entre o PE e o PB na realização desse clítico, em que *lhe* concorre com o clítico com *te*, tanto na realização de objetos indiretos quanto objetos diretos anafóricos de segunda pessoa na variedade brasileira. Ramos (1999) afirma que esse fenômeno, no entanto, não ocorre apenas no PB: no Galego, no português de Moçambique e no espanhol peninsular, o *lhe* pode ser empregado da maneira citada.

(34) Ana, eu quero *lhe/ te* ver para *lhe/ te* contar as novidades.

Ramos (1999) chama ainda a atenção para três pontos relacionados ao fenômeno do emprego do *lhe* na função de objeto direto¹⁵: (i) a forma pronominal sofre o alargamento do seu domínio pronominal; (ii) a importância do traço [+humano] na seleção pelo falante no momento de empregar o pronome e (iii) a tendência de substituir o sistema casual por um sistema referencial, no sentido de que a forma deve refletir as características do objeto em si. De acordo com a autora, o inglês antigo (Moreno Cabrera (1991) apud Ramos (1999)) “substituiu as formas acusativas dos pronomes pelas formas dativas, para marcar tal oposição” (p. 92).

¹⁵ O fenômeno do *lhe* acusativo não é homogêneo no PB. Ramos (1999) distingue três gramáticas, em que se deve considerar a introdução de *você* concorrendo com *tu*, numa relação de intimidade-respeito/cortesia. A gramática A generaliza *você* como forma de tratamento universal, mas mantém o uso do *lhe* dativo e emprega o *te* acompanhando *você* nas situações informais, corresponde ao eixo Rio-São Paulo. A gramática B generaliza *você* como forma de tratamento universal e substituiu o *te* (acusativo ou dativo) pelo *lhe*, corresponde às áreas de Maceió, Recife, Salvador, João Pessoa. A gramática C mantém a distinção *tu-você* (intimidade-cortesia) que favoreceu a ocorrência do *lhe* como acusativo de *você*, *senhor/senhora* (conhecido no espanhol peninsular como *leísmo de cortesia*) e ainda se registra o uso canônico de *lhe*, na região Norte e o estado do Maranhão.

No que se refere à semântica dos predicados que admitem a cliticização por *lhe*, Bispo (2004) afirma que os predicados de transferência são os ambientes em que tanto a pronominalização pelo clítico dativo quanto a alternância entre *a* e *para* podem ocorrer, o que sugere uma relação entre esses fenômenos. Este parece ser o caso dos verbos ditransitivos típicos (*dandi*), mas não o caso dos verbos monotransitivos. Por exemplo, a interpretação do verbo *ver* (cf. (34)) não implica transferência – nem de posse (*vou lhe dar um livro*), nem verbal (a exemplo de *lhe contar as novidades*) e tampouco aceita a substituição de *a* por *para* nas situações em que o complemento é acusativo preposicionado (como em *Vi ao homem que Maria chamava de seu*). Um aspecto que parece estar a favor da afirmação de Bispo é o fato de a construção formada pelo verbo e o complemento (*lhe/ te ver*) remeter à noção de direção da ação verbal (também presente nos predicados de transferência de posse e transferência verbal), o que corrobora sua afirmação quando observamos a construção *Ele olhava para você com amor*, perfeitamente substituível por *Ele lhe olhava com amor*. Assim, se os verbos detêm a propriedade de selecionar um complemento para quem se dirige a ação (um destinatário em potencial), parece estar criado o ambiente favorável à ocorrência do clítico. A discussão deste parágrafo se refere à forma inovadora de pronominalização por *lhe*, a qual coexiste em alguma medida com o uso registrado pela gramática tradicional, como se pode verificar na sentença (34).

A outra inovação é constatada justamente na retomada anafórica de complementos relativos, como ocorre com o complemento do verbo *assistir* na acepção de ‘presenciar, estar presente a, ver’, que não admitia a substituição pelo clítico, mas atualmente não apresenta restrições se há um complemento de segunda pessoa (cf. (35)). De acordo com gramática normativa, esses complementos só poderiam ser retomados por *a ele/ a ela*, enquanto nas outras acepções desse verbo (*cabere, competir; socorrer, ajudar; atender, servir*), não havia restrições à ligação do clítico ao verbo.

(35) Maria, *você* é boa atriz, mas não vou *lhe* assistir no teatro hoje.

Algumas questões surgem ao observarmos as inovações associadas à ocorrência do clítico *lhe*, como: (i) o que a realização do clítico como objeto direto e indireto pode indicar em relação à sintaxe de complementação? (ii) se as formas estão se especializando, o que define o emprego da forma *lhe* em detrimento da forma *te*? (iii) o que subjaz à ocorrência de *lhe* em detrimento das outras estratégias de realização desse clítico?

No próximo capítulo, procuramos observar os diferentes tipos de verbo em que a alternância entre complementos preposicionados e não-preposicionados ocorre e a possibilidade de esses predicados admitirem o clítico *the* em sua estrutura, procurando identificar propriedades relacionadas com esses fenômenos.

CAPÍTULO 4

A SINTAXE DE COMPLEMENTAÇÃO DE PREDICADOS MONOTRANSITIVOS E O USO INOVADOR DO *LHE*

Este capítulo objetiva apresentar uma análise para o uso variável objeto direto (OD) e complemento preposicionado (P+Objeto) no PB. Seguindo a proposta de Naves (2005) para as alternâncias de predicados psicológicos e causativos no PB, esta análise pretende investigar as propriedades aspectuais do predicado, buscando verificar se o traço [\pm mudança de estado] do complemento e o traço [télico] do verbo, postulados pela autora para analisar a distribuição das formas alternantes na alternância psicológica, estão presentes na manifestação da alternância presentemente examinada. Considerando ainda a generalização de Arad (1998) sobre o papel do traço [EM] (*event measurer/* medidor do evento) do complemento acusativo, esta análise procura entender o estatuto do argumento interno dos verbos que alternam. Tecemos ainda considerações relacionadas à extensão aos argumentos acusativos da propriedade de retomada anafórica pelo clítico *lhe*.

4.1 Propriedades aspectuais dos predicados

De acordo com Arad (1998), a noção de aspecto está relacionada a dois significados: a primeira noção diz respeito à relação entre o verbo, seus argumentos e o tipo de evento que ambos denotam, e que pode ser exemplificada pela diferença entre as sentenças de (1) e a sentença (2). A segunda noção de aspecto é a que remete a uma estrutura temporal interna do evento (cf. contraste entre as sentenças a-b de (2) – (3)).

(1) a. Nina comeu uma banana.

b. Nina comeu bananas.

Em (1a), a interpretação é a de que o evento de ‘comer a banana’ desenvolveu-se até atingir o resultado de a banana ter sido consumida, em (1b), o predicado descreve a atividade de ‘comer banana’, não havendo implicação para o resultado de a banana ter sido consumida.

A segunda noção de aspecto é a que remete à relação entre a estrutura temporal da sentença e a estrutura interna do evento (cf. contraste entre as sentenças (2) e (3)).

(2) Nina comeu uma banana.

(3) Nina estava comendo uma banana.

O primeiro tipo é chamado *aspecto lexical* ou *Aktionsart*, enquanto o segundo tipo é normalmente referido como *aspecto verbal* ou *aspecto gramatical*. No que toca ao primeiro tipo de aspecto, Arad (1998:272) afirma que este “é o domínio relevante para a interface com a sintaxe e que afeta a realização argumental do predicado. Esse nível aspectual é determinado no nível do VP”. O *aspecto gramatical*, por sua vez, “opera sobre a predicação verbal, modificando-a, e seu domínio relaciona-se às projeções mais altas na árvore como T, Asp, etc”¹⁶. A análise desenvolvida no presente estudo se centra na primeira noção de aspecto, pois a alternância de que tratamos acontece no ambiente da relação entre o predicador e o argumento interno, ou seja, no nível do VP.

Os eventos podem denotar estados, atividades, eventos télicos (com um ponto final inerente) e eventos atélicos (que não apresentam nenhum ponto final). Vendler ((1967) apud Arad (1998:273)) sugeriu uma classificação que divide os estados de coisa em quatro grupos¹⁷:

(4) a. Processos culminados (accomplishments): durativo, com um ponto final fixado.

b. construir uma casa

(5) a. Atividades (activities): durativo, sem ponto final fixado.

b. andar, rir

(6) a. Culminações (achievements): instantâneo, com um ponto final fixado.

b. alcançar o topo

¹⁶ “I assume that lexical aspect is the domain which is relevant for the interface with the syntax, and which affects the argument realization of the predicate. This aspectual level is determined at the level of the VP” [...] “Gramatical aspect operates over basic verbal predications, modifying them. This aspectual domain is related to higher projections in the tree, such as T, Asp etc.”

¹⁷ A classificação de Vendler leva em consideração duas propriedades: (i) a duração do evento – durativo *versus* instantâneo – e (ii) se o evento apresenta um ponto final, ou seja, se é télico.

(7) a. Estado (state): instantâneo, sem ponto final fixado (o estado se dá por meio de uma série de instantes em que o estado ocorre).

b. amar música

Desta forma, o *aspecto lexical* de um verbo é sempre transparente, baseia-se na relação entre o verbo e seus argumentos; por outro lado, o *aspecto gramatical* é de natureza diferente e normalmente é expresso por uma marca morfológica, não pode interferir no tipo de evento denotado; em outras palavras, o evento pode ser realizado tanto no perfectivo quanto no imperfectivo e o tipo de evento não se alterará (Arad, 1998:276) (cf. sentenças (8), traduzidas de Arad).

(8) a. O João deitou no chão (estado)

a' O João estava deitando no chão (estado)

b. O João cantou (atividade)

b' O João estava cantando (atividade)

c. O João comeu uma maçã (processo culminado)

c'. O João estava comendo uma maçã (processo culminado)

d. O João venceu a corrida (culminação)

d'. O João estava vencendo a corrida (culminação)

De acordo com a autora, nem sempre a distinção entre os dois tipos de aspecto é explícita, principalmente porque uma construção perfectiva se mistura à interpretação télica do evento. Para Verkuyl (1972, 1993 apud Arad (1998)), uma interpretação aspectual não é determinada isoladamente pelos verbos, mas pela sentença como um todo. Verkuyl (1993 apud Arad (1998)) passou a utilizar o termo aspectualidade (durativo e terminativo) para designar o valor aspectual de uma sentença, o qual é calculado composicionalmente, envolvendo as seguintes variáveis:

(i) o aspecto lexical do verbo (tipo de evento: estado, atividade, processo culminado ou culminação);

(ii) o aspecto gramatical: se é perfectivo (completo) ou imperfectivo (incompleto);

(iii) propriedades dos NPs sujeito e objeto: se são NPs quantificados (*construir uma casa*) ou nomes contínuos ou plurais nus (*construir casas*)

(iv) a possibilidade de empregar advérbios de duração ou conclusão (*por uma hora, em duas horas*).

Esses elementos são exemplificados por Arad nas sentenças (9) (10), (11), (12) e (13):

- (9) a. João comeu uma maçã/ três maçãs.
 b. João estava comendo uma maçã.
 c. João comeu maçãs.

Em (9a), temos uma leitura terminativa, já que algo acontece dentro de um certo tempo; em (9b) ocorre um evento, mas não significa que ele foi completado, é durativo, mas pode não ter sido terminado; em (9c), tem-se também o evento durativo, mas o evento é ilimitado, ou seja, o ato poderia ter durado indefinidamente.

No que toca à noção de telicidade, esta pode ser entendida como uma propriedade resultante da combinação entre o predicado e seus argumentos internos. Em (10), ambas as sentenças têm o mesmo ponto final, que é a casa construída:

- (10) a. Nina construiu uma casa.
 b. Nina estava construindo uma casa.

A diferença entre as sentenças (10a) e (10b)) está no fato de que a primeira é terminativa (perfectiva), ou seja, o evento foi completado; enquanto a última é durativa (imperfectiva), o evento é descrito por um ponto de vista que ignora se teve ou não um fim.

Nesse sentido, há diferença entre a telicidade do predicado e o valor aspectual da sentença. A telicidade está relacionada com a configuração básica do verbo e seu complemento, ao passo que o valor aspectual da sentença envolve as fronteiras temporais do evento, o qual pode ser afetado se empregamos um ponto de vista perfectivo ou imperfectivo. Essas duas noções podem ser combinadas de várias formas:

- (11) a. João comeu uma maçã/ três maçãs.
 b. João estava comendo uma maçã.

- c. João come maçãs.
- d. João comeu maçãs (das duas às quatro)

As sentenças em (11a) e (11b) são télicas, mas somente (11a) é télica e terminada, enquanto (11b) é télica, e o evento não é terminado; (11c) é atélico, porque as propriedades do objeto afetam a telicidade do evento, e o evento não pode ser medido; (11d) é atélico e terminado, neste caso a visão perfectiva confirma isso, mas essa especificação pode ser dada também pelo sintagma adverbial. A telicidade é associada a dois tipos de eventos: os processos culminados e as culminações, enquanto a indicação do tempo é disponível em todos os tipos de eventos (cf. Arad (1998)).

Arad acrescenta que telicidade refere-se à potencialidade de o evento prover um ponto final natural, sendo a realização deste ponto na sentença dependente do ponto de vista da sentença em relação ao limite temporal (imperfectivo ou perfectivo), bem como de modificadores adverbiais na sentença (por exemplo, em (11b) o ponto final não é realizado porque a leitura é imperfectiva), mas o verbo *comer* é inerentemente marcado como télico. Os modificadores adverbiais influenciam na realização do ponto final na medida em que provêm a limitação temporal da sentença. Os exemplos a seguir foram traduzidos de Arad (1998:281):

- (12) a. Maria dormiu (por duas horas/ ??em duas horas)
- b. Maria sentou no chão (por duas horas/ ??em duas horas)

- (13) a. Maria comeu uma maçã/ construiu uma casa (em duas horas/ ?por duas horas)
- b. Maria alcançou o topo (em dois minutos/*por dois minutos)

Conforme observado por Higginbotham (1993, citado em Arad op cit: 281), os modificadores adverbiais iniciados por *em* modificam eventos télicos, o que inclui a realização do ponto final do evento; os modificadores adverbiais iniciados pela preposição *por* são compatíveis com atividades e estados, que são homogêneos e funcionam como um todo, sem ponto final ou inicial em potência. Assim, se os modificadores adverbiais *por* são combinados com processos culminados ou culminações, o resultado será semanticamente inadequado¹⁸.

¹⁸ Essa combinação entre os advérbios e os tipos de evento, no entanto, não é rígida, como se vê nas sentenças (i) e (ii), também traduzidas de Arad (1998:282).

Como será observado adiante, modificadores adverbiais introduzidos por *em* e *por* serão utilizados na discussão dos dados do PB referentes à sintaxe de complementação.

4.2 A relação sintático-semântica entre o verbo e seu complemento direto

Na caracterização do VP, Arad (1998) assume a visão de Tenny (1987 e trabalhos subseqüentes), segundo a qual a mudança sofrida pelo objeto direto é parte inerente do significado aspectual do verbo. A mudança sofrida pelo OD provê uma escala temporal ao longo da qual o evento se processa, a qual pode ser medida pela modificação sofrida pelo objeto (cf. (14)). A essa propriedade de o OD mensurar um evento Tenny (apud Arad (1998)) chamou propriedade de mensuração.

(14) a. *mow the lawn* ‘aparar a grama’

b. grama não aparada → grama meio aparada → grama 80% aparado → grama aparada
evento não começado → evento meio realizado → 80% realizado → completado

(Arad, 1998:69)

É fato que nem todos os objetos são medidores incrementais, ou seja, nem todos sofrem mudança gradual como apresentado em (14). Alguns eventos acontecem instantaneamente como em “quebrar um copo” e “explodir uma bomba”; mas mesmo assim considera-se que medem o evento, já que especificam um tipo de mudança.

É sabido também que nem todos os eventos denotam eventos mensuráveis, e nem todos ODs são medidores. Exemplificam este fato os verbos estativos (cf. (15)) e os verbos de atividade (cf. (16)).

(i) a. Maria riu em quatro minutos.

b. Maria sentou no chão em quatro minutos.

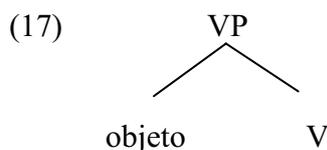
(ii) Maria construiu uma casa por cinco anos.

No entanto, para interpretar (i), teríamos de imaginar o ponto inicial do evento, por exemplo, em (ia) alguém começou a provocar a Maria para que ela risse, o que aconteceu em quatro minutos depois de iniciada a provocação e em (ib) é preciso imaginar algo como depois que entrou na sala, 4 minutos foram necessários para Maria sentar. Em (ii) a ênfase é colocada na duração do processo de *construir*.

- (15) a. know French ‘saber francês’
 b. love cats ‘amar gatos’
- (16) a. play the guitar ‘tocar a guitarra’
 b. drive a car ‘dirigir um carro’

A interpretação do objeto como medidor de evento depende do tipo de verbo: nem todo verbo, quando combinado com um objeto quantificado, resulta em um evento medido. Arad compartilha a visão de Tenny (apud Arad (1998)) de que somente a posição de objeto recebe argumentos medidores. Essa visão é exposta por Tenny nos seguintes termos: *somente ODs podem medir o evento (mesmo que nem todos sejam medidores)*.

Seguindo Hale & Keyser (1993), Arad (1998) assume que o OD é gerado como especificador do VP (mais baixo), o que capta a intuição de que o verbo e seu objeto formam um domínio fechado (cf. (17)).



A projeção em que o objeto é gerado pode ser especificada com o traço [+/- EM] (medidor do evento/ *event mesurer*), de forma que o evento pode ou não ser medido, dependendo do tipo de evento, do tipo de verbo, do tipo de objeto e das propriedades quantitativas do objeto. Essa relação é apresentada por Arad (1998) por meio da generalização em (18).

(18) Todos os medidores são (universalmente) marcados com caso acusativo.

Evidências para a afirmação acima são encontradas no finlandês, em que a alternância acusativa/ partitiva é sensível à telicidade ou mudança de estado de tal maneira que os argumentos medidores são marcados com acusativo e os não-medidores, com o partitivo (cf.(19))¹⁹.

¹⁹ Essas sentenças estão em Arad (1998: 74). As siglas correspondem a: NOM= nominativo; ACC= acusativo; PAR= partitivo; OBL=Oblíquo.

- (19) a. Matti rakensi talon.
 Matti-NOM built house-ACC
- b. Minä rakastan sinua/ *sinut.
 I love you-PAR/ you-ACC

Na visão da autora, os objetos acusativo e partitivo são gerados na mesma posição e o caso morfológico é um reflexo de +/- propriedade de mensuração do objeto. Algumas línguas admitem que complementos partitivos ocorram no lugar dos objetos diretos e, nesses casos, acusativo é associado ao objeto medidor, enquanto o complemento partitivo é associado ao objeto não-medidor. As sentenças do inglês e do hebraico a seguir são utilizadas por Arad (1998:75-76) como evidências que confirmam essa posição.

- (20) a. John ate the cake.
 ‘João comeu o bolo’
- b. John ate at the cake.
 ‘João comeu do bolo’
- (21) a. axalti et ha uga.
 I ate OM the cake.
 ‘I ate the cake’ (all of it)
- b. axalti me ha uga.
 I ate from the cake
 ‘I had some of the cake’ (Hebraico)

No Caso acusativo, *the cake* é o medidor do evento, que termina quando o bolo é completamente comido. Nenhuma relação de mensuração existe com complementos partitivos. Em *eating at the cake*, por exemplo, o predicado não tem um ponto final pelo fato de o complemento ser interpretado como partitivo. Arad (1998) toma a alternância entre o objeto direto e o preposicionado como exemplo da relação entre objetos mensuráveis e marcação de caso, já que um objeto não pode ser medidor se não é marcado com acusativo.

A autora observa ainda verbos com objetos com e sem a propriedade de mensuração em sentenças do inglês, latim, grego clássico, além do hebraico, e constata que predicados de dois lugares têm seus objetos medidores marcados com Caso acusativo. Baseando-se nesse

fato, Arad (1998) propõe, com base nos autores citados, que o conjunto de propriedades dos objetos diretos prototípicos são propriedades aspectuais. Tais propriedades correspondem a duas situações: (i) o objeto é interpretado como incremental; (ii) o objeto sofre mudança de estado. Em ambos os casos, o objeto mede o evento, que pode ser um processo culminado (como em *aparar a grama*) ou uma culminação (como em *explodir a bomba*).

Esta análise é interessante para nossa investigação, uma vez que lidamos com uso variável de objetos preposicionados e objetos diretos (cf. (22)). Seguindo os passos de Arad, podemos supor que essa alternância se deve ao tipo de evento e à propriedade de mensuração dos objetos.

(22) a. João atendeu ao telefone/ ao cliente.

b. João atendeu o telefone/ o cliente.

Em (22), o evento de *atender* parece ter seu limite definido em determinada escala temporal e pode ser medido pela mudança de estado sofrida pelos complementos. Uma questão que se coloca é se há distinção entre a realização preposicionada do complemento e a não-preposicionada do complemento e como isso altera a interpretação aspectual da sentença. Em vários predicados, a resposta é positiva; porém, em outros, essa distinção não é tão evidente (cf. 22), o que constitui um grande desafio para esta análise.

4.3 Naves (2005): uma proposta de mapeamento baseada em traços aspectuais

Naves (2005) analisa o fenômeno da alternância sintática de que participam alguns predicados psicológicos e estende a proposta para a alternância encontrada com certos predicados causativos. Além de sugerir uma análise em termos de traços para a possibilidade de haver alternância com certos predicados psicológicos, Naves procura explicar o que torna possível a alternância com predicados psicológicos que admitem duas leituras (uma material e outra psicológica) em construções com um mesmo verbo psicológico. A seguir apresentamos os conceitos necessários para o entendimento da proposta de Naves, seguidos da proposta propriamente dita.

De acordo com Naves, a alternância sintática é a propriedade de os argumentos de um predicado poderem figurar em mais de uma posição sintática, como pode se verificar pelos exemplos a seguir, extraídos da autora (p. 3).

(23) a. A ameaça de greve geral preocupa o governo.

b. O governo se preocupa com a ameaça de greve geral.

(24) a. João balançou a corda. [estrutura transitiva]

b. A corda balançou. [estrutura intransitiva]

A alternância em (23) envolve os chamados verbos psicológicos, que se caracterizam por apresentar um argumento com papel temático de Experienciador, assim, enquanto em (23a) o Experienciador é mapeado como argumento interno, em (23b), é mapeado como argumento externo. Em (24), que envolve os chamados predicados causativos, a alternância produz mudança na transitividade do verbo, como se verifica pela eliminação de um dos argumentos, nesse caso, o argumento *João*, com o papel temático de Agente. É interessante notar que, em (23b), a configuração da sentença recebe ainda um pronome reflexivo e um complemento preposicionado.

Na discussão da alternância psicológica, Naves (2005: 19-20) parte das diferenças distinguidoras das classes *temer* e *preocupar*. A primeira diferença diz respeito ao mapeamento do argumento que recebe papel temático de Experienciador. Na classe dos verbos *temer*, em que se incluem verbos como *admirar*, *apreciar*, *desfrutar*, *favorecer*, *odiar*, *amar*, o papel temático de Experienciador é atribuído ao argumento externo; e, na classe dos verbos *preocupar*, que abrange verbos como *assombrar*, *agradar*, *divertir*, *irritar*, *aborrecer*, *surpreender*, *assustar*, esse papel temático é atribuído ao argumento interno. A segunda diferença, constatada nas pesquisas que investigam os comportamentos dos predicados psicológicos, mostra que a classe *temer* denota estados e a classe *preocupar* denota eventos (Levin (1993) apud Naves, 2005: 19). A terceira diferença entre essas classes está no fato de apenas a classe de *preocupar* admitir a alternância sintática (cf. (25) e (26), extraídas de Naves).

(25) a. O governo teme a ameaça de greve geral.

b. *A ameaça de greve geral (se) teme com o governo.

(26) a. A ameaça de greve geral preocupa o governo.

b. O governo se preocupa (com a ameaça de greve geral).

De acordo com Naves (2005), a alternância verificada em (26) pode ser analisada de forma relativamente equivalente à alternância com verbos causativos (cf. (27)), apesar das diferenças encontradas em termos de seleção argumental. Naves aponta uma diferença entre as alternâncias de predicados causativos e psicológicos, a qual diz respeito à omissão do reflexivo *se* ser mais freqüente com predicados causativos do que com predicados psicológicos no português do Brasil.

(27) a. João quebrou o copo.

O copo (se) quebrou.

A idéia central da análise de Naves é que a combinação dos traços [télico] do verbo e [mudança de estado] do NP complemento são responsáveis tanto pela alternância sintática quanto pela possibilidade de os predicados alternarem em construções de interpretação psicológica, mas não alternarem em sentenças de interpretação física.

Considerando que há uma classe de predicados psicológicos que permite a alternância e outra que não permite, a autora propõe que os verbos da classe *preocupar*, que participam da alternância, possuem o traço [télico] e o seu argumento interno tem o traço [mudança de estado]. O traço [télico] do evento obriga que o argumento com o traço [mudança de estado] seja mapeado na posição de argumento interno, o que leva o outro argumento desse predicador a ocupar a posição de argumento externo. Os verbos da classe *temer*, por sua vez, são [atélicos] e não possuem argumentos com o traço [mudança de estado]. De acordo com a autora, o Experienciador desta classe não muda de estado psicológico, ele encontra-se em um dado estado psicológico. Dessa forma, o mapeamento dos argumentos dos predicadores desta classe resulta no fato de que o traço [atélico] do verbo não permite o mapeamento do Experienciador como complemento porque, entre os argumentos Experienciador e Tema, aquele é o que apresenta maior número de propriedades de sujeitos prototípicos²⁰. Naves sintetiza sua proposta no esquema a seguir:

²⁰Naves considera as propriedades do sujeito prototípico apontadas por Keenan (1976), quais sejam: (i) existência independente, (ii) indispensabilidade, (iii) referência autônoma; (iv) controle; (v) previsibilidade; (v) agente; (vi) destinatário (nas orações imperativas).

(28) a. $V_{[t\acute{e}lico]} \rightarrow NP_{[+mudança\ de\ estado]}$ é mapeado como argumento interno

b. $V_{[at\acute{e}lico]} \rightarrow NP$ com maior número de propriedades de sujeito é mapeado como argumento externo.

A autora estende essa proposta à alternância causativa, mas chama a atenção para o fato de que alguns predicados télicos não apresentam argumentos com o traço [mudança de estado], como nos exemplos da autora (p. 182):

(29) a. João atingiu o topo da montanha. [culminação]

b. *O topo da montanha (se) atingiu.

Ocorre, então, algo parecido com o que Naves verificou com os predicados psicológicos atélicos: nesses casos, os argumentos são mapeados na posição de sujeito se apresentam mais propriedades de sujeito prototípico. A proposta de Naves para as causativas fica como segue:

(30) a. $V_{[t\acute{e}lico]+} NP_{[+mudança\ de\ estado]} \rightarrow NP_{[+mudança\ de\ estado]}$ é mapeado como argumento interno

b. $V_{[t\acute{e}lico]} + NP_{[-mudança\ de\ estado]} \rightarrow NP$ com maior número de propriedades de sujeito é mapeado como argumento externo

c. $V_{[at\acute{e}lico]} \rightarrow NP$ com maior número de propriedades de sujeito é mapeado como argumento externo.

A análise de Naves para as alternâncias sintáticas explica ainda por que um mesmo verbo pode alternar quando possui uma leitura psicológica, mas não alterna quando a leitura é física (cf. (31) e (32), extraídas de Naves, 2005:184).

(31) a. Aquele filme me inspirou. [psicológico]

Eu me inspirei com aquele filme.

b. Eu inspirei o ar da montanha. [físico]

*O ar da montanha (se) inspirou.

- (32) a. As palavras de João tocaram Maria. [psicológico]
 Maria se tocou com as palavras de João.
- b. João tocou as mãos de Maria. [físico]
 *As mãos de Maria (se) tocaram.

Para Naves, o traço determinante para que ocorra a alternância, nesse casos, é a presença do traço [mudança de estado] do argumento interno, visto que os verbos são idênticos nas sentenças (a) e (b). Assim, nas construções de leitura psicológica em (31) e (32), o traço [téllico] do verbo se combina com o traço [mudança de estado], e a alternância sintática é possível. Na leitura física, o argumento interno não tem este traço, tornando a alternância impossível.

4.4 Traços aspectuais e a alternância entre OD e P+Objeto no PB

Nesta seção, buscamos examinar propriedades sintático-semânticas de predicadores monotransitivos com complementos alternantes OD e P+Objeto. Conforme mencionado anteriormente, o predicador monotransitivo pode aceitar tanto complementos preposicionados, quanto complementos acusativos (cf. (33)). Muitas dessas alternâncias não são recentes no PB, as estruturas formadas por OD ou por P+Objeto, especificamente os introduzidos por *a*, com o mesmo predicador coexistem há algum tempo, como sugerem as fontes dos exemplos encontrados em Fernandes (2003). Nem todas as alternâncias, no entanto, parecem ser remotas, como em (33).

- (33) a. Assisti ao Paulo Autran no teatro ontem.
 b. Assisti Øo Paulo Autran no teatro ontem.

A alternância em (33) parece relacionar-se à possibilidade de substituição do argumento interno pelo clítico *lhe* (cf. (34)).

- (34) Ana, *lhe* assisti no teatro ontem.

Inicialmente, procuramos classificar os verbos que admitem a alternância OD e P+Objeto. Do ponto de vista semântico, os predicadores sob análise foram agrupados em

quatro classes: (i) orientação para uma meta por meio de ação/ experiência psicológica; (ii) orientação para uma meta por meio de ato ilocucionário; (iii) afastamento em relação a um ponto e (iv) localização no tempo e no espaço em relação a um ponto em uma linha. Como se pode perceber, tais classes compartilham a noção de orientação/ deslocamento em relação a uma meta/ um ponto.

Orientação para uma meta por meio de ação ou de uma experiência psicológica	Orientação para uma meta por meio de ato ilocucionário	Afastamento em relação a um ponto	Localização no tempo e no espaço em relação a um ponto em uma linha
Agradar	Advertir	Resistir	Anteceder
Aspirar (sorver/ objetivar)	Agradecer	Renegar	Preceder
Assistir (cuidar/ ver)	Aludir	Renunciar	Suceder
Atingir			
Ajudar			
Interessar			
Perdoar			
Obedecer			
Satisfazer			
Servir			
Recorrer			
Visar (aplicar visto/ objetivar)			

Quadro 3: Classificação semântica dos verbos monotransitivos de complementos alternantes

Sintaticamente, esses verbos podem ser caracterizados por selecionarem um único argumento interno que alterna entre um sintagma não-preposicionado (OD) e um sintagma preposicionado introduzido por *a* (OI ou complemento relativo). É necessário considerar ainda que esses verbos podem ser separados, pela natureza de seus complementos, em duas classes (cf. Rocha Lima (2006)): verbos que selecionam (i) complemento relativo e (ii) objeto indireto. Conforme amplamente discutido no Capítulo 2, uma diferença relevante entre os dois tipos de complementos é o fato de o primeiro não admitir a pronominalização por *lhe*. Entre os predicadores do quadro 2, aqueles que selecionam os complementos relativos são um grupo bastante restrito representado pelos verbos *aludir*, *aspirar*, *assistir*, *recorrer*, *renunciar* e *visar*. Os demais verbos selecionam complementos objeto indireto. Cabe, entretanto, observar que Fernandes (2003), e outros autores, lembra a possibilidade ou mesmo a ocorrência dos predicados mencionados selecionarem complementos objetos diretos.

Passamos então a examinar a distribuição dos complementos OD e P+Objeto tomando por base traços sintático-semânticos manifestos seja no verbo, seja no complemento. A idéia é demonstrar que a manifestação de um mesmo traço em ambas as variantes indica

neutralização na marcação do referido traço por meio da preposição – um fenômeno recorrente na gramática das línguas. A essa possibilidade acrescentam-se casos em que a presença de preposição confirma a manifestação de determinado traço, o que não significa que na ausência da preposição esse traço esteja ausente. Finalmente, antecipamos que a possibilidade de manifestação de vários traços torna a análise dos fatos difícil, confirmando, porém, um resultado já apontado na literatura, que é a possibilidade de a preposição *a* codificar diferentes propriedades sintático-semânticas.

Passamos, então, a examinar os verbos de cada classe em termos do traço [\pm télico] do verbo e do traço de [\pm afetado] do complemento. A noção de afetação utilizada neste trabalho tem sido referida em termos de mudança de estado física ou psicológica do argumento interno e em termos da realização do complemento como tema incremental (medidor de evento).

Classe 1 – Orientação para uma meta por meio de uma ação ou de uma experiência psicológica

Em relação aos complementos relativos desse grupo de verbos, verifica-se que alguns predicadores parecem selecionar, com mais frequência, complementos objeto direto, é o caso de *aspirar, assistir e visar* (nos sentidos desejados). Chama a atenção o fato de a presença ou ausência da preposição ser sensível ao traço [afetação], uma observação que se encontra formulada nos compêndios gramaticais, na discussão dos fatos das mudanças de significado verbal decorrentes das mudanças na regência verbal. É o que pode ser observado nos predicados a seguir²¹:

- | | |
|---------------------------|------------------------------------|
| (35) a. assistir o doente | [+afetado] [+télico] |
| b. assistir ao filme | [-afetado] [-télico] ²² |
| b' assistir Øo filme | [-afetado] [-télico] |

²¹ Nesta seção, os dados são apresentados com a seguinte distribuição: em (a) e (b), postula-se uma gramática em que o argumento interno pode ser mapeado como um sintagma preposicional ou um DP, havendo contrastes indicados por traços semânticos; em b', postula-se uma gramática inovadora, em que os referidos traços não são codificados pelo contraste DP *versus* PP.

²² Admitimos a possibilidade de uma leitura télica em (35b) e (35b'), conforme apontado pela professora Eloísa Pilatti (c.p). Nesse caso, *o filme* é interpretado como medidor do evento, uma possibilidade definida por um conhecimento enciclopédico, visto que *o filme* guarda as noções de princípio, meio e fim. Porém, é relevante para nós o fato de que a mesma configuração admite a leitura atélica, sem necessariamente indicar o ponto final.

Em (35a) o predicado denota ‘dar assistência’, ‘tratar’, ‘cuidar’. Nessa acepção, o complemento exibe algumas propriedades, como ser [+animado] e [+afetado]. Por outro lado, na acepção representada em (35b e b’) com o sentido de ‘ver’, ‘observar’, ‘olhar’, o complemento só pode ser interpretado como [-afetado], o que lhe permite ser mais bem classificado como Meta do que como Tema. Os predicados formados por *aspirar*, *visar* e *recorrer* seguem o mesmo paradigma (cf. (36), (37), (38)):

(36) a. aspirar o ar	[+afetado] [+télico]
b. aspirar ao cargo de juiz	[-afetado] [-télico]
b’. aspirar Øo cargo de juiz	[-afetado] [-télico]
(37) a. visar a certidão	[+afetado] [+télico]
b. visar ao cargo de juiz	[-afetado] [-télico]
b’ visar Øo cargo de juiz	[-afetado] [-télico]
(38) a. recorrer o caminho	[+afetado] [+télico]
b. recorrer ao benefício	[-afetado] [-télico]
b’. recorrer Øo benefício	[-afetado] [-télico]

Os predicados cujo complemento traz o traço [+afetado] podem ser classificados como processos culminados. Isso porque *o doente*, *o ar* e *a certidão* em (35a), (36a) e (37a) sofrem mudança, ou seja, *o doente* sofre uma intervenção, *o ar* deixa de existir em dada condição, *a certidão* recebe um visto. Essas mudanças remetem ao início e ao fim do processo. Em relação a *o caminho*, em (38a), o sintagma funciona como tema incremental, denotando o percurso do processo. Por outro lado, os complementos *ao filme*, em (35b), *ao cargo de juiz* em (36b) e (37b) e *ao benefício* (38b) não sofrem mudança de estado e tampouco são temas incrementais. Os predicados em (b) não apresentam um ponto final realizado, diferentemente daqueles em (a). Assim, o mesmo verbo pode ser classificado nos casos (b), de forma diversa de (a), enquadrando-se na definição de atividade. Nos compêndios gramaticais, esse contraste é associado à significação do verbo, sendo utilizado para justificar o uso da preposição como meio de marcar a oposição.

No entanto, a ocorrência da variante sem preposição indica que o significado pode ser obtido mediante a articulação dos traços do verbo e do complemento, independentemente

da preposição. Assim, em *assistir o filme*, *aspirar o cargo*, *visar o cargo* mantém-se a interpretação associada ao traço [-afetado] do complemento. Consideramos que a ausência da preposição *a* nesses casos deve-se à tendência, no PB, à perda da preposição *dummy* (cf. Capítulo 2). A observação dos dados nos conduz à constatação de que essa preposição seria uma marca morfológica sensível à realização do traço [-afetado], sua ausência das construções não implica a perda do traço, mas a perda de marca morfológica que explicita essa noção semântica. Essa discussão sobre os complementos relativos vai ao encontro do que afirma Arad sobre a propriedade de mensuração do evento ser privativa de complementos acusativos, mas não o inverso. Assim, é possível ter um complemento acusativo que não mede o evento.

No que se refere aos predicados que selecionam complementos do tipo objeto indireto, também é possível verificar a relação entre a presença da preposição e os traços de telicidade do verbo e de afetação do complemento.

(39) a. ajudar os jogadores	[+afetado]	[+télico]
b. ajudar ao futebol ²³	[±afetado]	[±télico]
b'. ajudar Øo futebol	[±afetado]	[±télico]
(40) a. agradecer o irmão	[+afetado]	[+télico]
b. agradecer ao irmão	[±afetado]	[±télico]
b'. agradecer Øo irmão	[±afetado]	[±télico]
(41) a. interessar o menino	[+afetado]	[+télico]
b. interessar ao menino.	[±afetado]	[±télico]
b' interessar Øo menino	[±afetado]	[±télico]
(42) a. servir o patrão	[+afetado]	[+télico]
b. servir ao/ para o patrão	[-afetado]	[-télico] (= ser útil)
b'. *servir o patrão	[-afetado]	[-télico] (= ser útil)

²³ O contraste em (39) é uma simplificação do dado real a seguir: Marcinho **ajudou muitos jogadores a alcançar** o principal objetivo de todos eles, que é chegar à condição de ídolo da torcida. [...] E foi na preparação física de muitos atletas que Francisco Marcinho de Castro **ajudou ao futebol**, contribuindo para a formação de craques.

- (43) a. satisfazer os requisitos [+afetado] [+télico]= esgotar
 b. satisfazer aos objetivos [-afetado] [-télico]= preencher
 b'. satisfazer Øos objetivos [-afetado] [-télico]

No predicado (35a), *os jogadores* são diretamente afetados pela ajuda, por outro lado, em (39b) a ‘ajuda’ é interpretada como uma contribuição que se orienta para a entidade (abstrata) ‘futebol’, a qual é descrita como beneficiária, em um evento que se desenvolve independentemente de uma culminação. Nesse contraste, parece ser relevante o traço de animacidade no complemento, questão será retomada na seção 4.5. Em relação a (40) e (41), verifica-se a possibilidade de codificar ambos os valores de cada traço. Essa possibilidade constitui ponto de dúvida na análise, o que atribuímos ao fato de os predicadores serem verbos psicológicos²⁴. Em (42) e (43), a interpretação [+télica] de (42a) e (43a) contrasta com a interpretação ‘durativa’ de (42b-b’) e (43b-b’). Os predicados marcados como [-télico] ocorrem com complemento tanto [+afetado] como [-afetado] e admitem a realização do complemento tanto como OD, quanto como P+Objeto. Nesse sentido, a mudança de estado está associada ao caráter dinâmico do predicado. O contraste em relação à telicidade pode ser confirmado por meio de testes com adjuntos do tipo [por/ em+ X_{tempo}]²⁵.

- (39’) a. ajudar os jogadores [por/ em três meses]
 b. ajudar ao futebol [por toda a vida/ *em toda a vida]
 b’. ajudar Øo futebol [por toda a vida/ *em toda a vida]
- (40’) a. agradecer o irmão [por/ em 5 minutos, até ele ceder]
 b. agradecer ao irmão [por/ *em 5 minutos]
 b’. agradecer Øo irmão [por/ *em 5 minutos]

²⁴ Conforme observado por Rozana Naves (c.p.), a ambigüidade pode estar associada ao fato de que, com verbos psicológicos, existe a possibilidade de uma interpretação causativa, pela qual a experiência psicológica afeta o Experienciador, gerando mudança de estado ou, ainda, uma interpretação que remete ao estado psicológico que decorre da experiência vivenciada. Uma forma de captar a existência das duas interpretações é assumir que o evento apresenta duas subpartes; sendo a primeira subparte télica, associada à interpretação causativa ou télica, e a segunda subparte associada ao estado. Agradecemos a contribuição da professora Rozana Naves e deixamos as questões relacionadas para uma investigação futura.

²⁵ Os testes são aplicados nas sentenças de (39’) a (43’), com modificadores adverbiais introduzidos por *em* e *por*, nem sempre são esclarecedores. Em particular, parece não haver restrição ao uso do modificador adverbial introduzido por *por* com predicados em que o complemento é realizado por um DP definido, em que a interpretação télica seria a esperada. Para a presente análise, é relevante a restrição quanto ao uso do modificador introduzido por *em* com o DP quantificado, em que a interpretação atélica ocorre (como em **João construiu casas em três dias*). Agradeço à professora Rozana Naves por destacar o problema e fazer esta ressalva.

(41) a. interessar o menino	[por/ em um minuto]
b. interessar ao menino.	[por toda a vida/ *em toda a vida]
b' interessar Øo menino	[por toda a vida/ *em toda a vida]
(42') a. servir o patrão	[por / em 2 horas]
b. servir ao/ para o patrão	[por 10 anos/ *em 10 anos]
b'. *servir o patrão	
(43') a. satisfazer os requisitos	[por alguns minutos/ em alguns minutos]
b. satisfazer aos objetivos	[por alguns minutos/ *em alguns minutos]
b'. satisfazer Øos objetivos	[por alguns minutos/ *em alguns minutos]

De acordo com essa análise, os predicadores que selecionam OD [+afetado] são télicos e os eventos podem ser classificados como processos culminados; por outro lado, os predicadores que selecionam o objeto indireto são dinâmicos, mas são atélicos, denotando, portanto, atividades. Nesse último caso, a preposição pode ser omitida, sem que seja alterado o significado, o que indica a neutralização da possibilidade de codificar essa função por meio da preposição. Podemos observar ainda que a preposição *a* parece ocorrer preferencialmente nas sentenças de leitura abstrata, o que não significa que a preposição seja obrigatória nesses contextos.

Em (44a) e (45a), com verbos como *perdoar* e *obedecer*, os predicados não parecem descrever processos, mas culminações; ambos são instantâneos, apresentam um ponto final, no entanto, apenas *a ordem*, em (45a), não sofre mudança de estado, enquanto *a dívida* em (45a) deixa de existir, uma vez perdoada. No predicado (44b), a ação que se orienta para *o marido* não produz efeitos de mudança de estado sobre o complemento. Pode-se dizer o mesmo sobre (45b), embora este predicado indique algo mais duradouro, sem um ponto final, o que nos permite classificá-lo como um evento do tipo atividade.

(44) a. perdoar a dívida	[+afetado] [+télico]
b. perdoar ao marido	[-afetado] [-télico]
b'. perdoar Øo marido	[-afetado] [-télico]

- (45) a. obedecer a ordem [-afetado] [+télico]
 b. obedecer aos padrões de diplomacia internacional [-afetado] [-télico]
 b' obedecer Ø os padrões de diplomacia internacional [-afetado] [-télico]

A seguir passamos às observações acerca dos predicados que indicam a orientação para uma meta por meio de um ato ilocucionário.

Classe 2 – Orientação para uma meta por meio de ato ilocucionário

Os verbos a seguir selecionam dois tipos semânticos de argumento: (i) o destinatário da mensagem ou (ii) a própria mensagem ou assunto da mensagem. O destinatário da mensagem não sofre mudança de estado e não é tema incremental, mas denota o ponto final da ação, no sentido de que, ao alcançar o destinatário, o evento cessa (46a). Por outro lado, a mensagem pode ser tema incremental, pois o evento se processa enquanto se constrói a mensagem (cf. 47a).

- (46) a. agradecer o presente [-afetado] [+télico]
 b. agradecer ao povo [-afetado] [+télico]
 b' agradecer Øo povo [-afetado] [+télico]

- (47) a. aludir o episódio das ambulâncias²⁶ [+afetado] [+télico]
 b. aludir ao personagem de Machado de Assis [-afetado] [+télico]

Em (46) e (47), temos processos culminados, ou seja, uma ação de certa duração com um ponto final definido. Em (46), os complementos não sofrem mudança de estado, mas têm *status* diferentes na medida em que *o presente* é a coisa-motivo do agradecimento, não sendo preposicionado; por outro lado, *ao povo* é a entidade a quem o agradecimento é direcionado. Em (47), o predicado parece nos oferecer uma percepção diferente, já que em (47a) *o episódio*

²⁶O predicado em (47a) foi extraído do seguinte contexto de fala: *A ex-prefeita foi uma de uma infelicidade tamanha quando aludiu o episódio das ambulâncias assunto tão em voga e tão badalado em todo o Brasil.* Cumpre mencionar que tal uso parece indicar a mudança de acepção do verbo, empregado no sentido de ‘descrever’, ‘contar’. Na acepção em (47b), o sentido dicionarizado se mantém, qual seja o de ‘mencionar’, ‘relacionar a algo’.

das ambulâncias é o fato aludido, mencionado, descrito e essa descrição mede o evento; em (47b), trata-se de uma menção indireta, que pode ser construída em referência a outro fato.

Cabe ainda considerar o predicado ‘advertir’, que admite a variante com o complemento OD e P+Objeto, ilustrada em (48):

- (48) a. advertir o funcionário. [+afetado] [+télico]
 b. advertir ao eleitorado. [±afetado] [+télico]
 b'. advertir Øo eleitorado.

Os traços do complemento em (48a) em oposição a (48b-b’) sugerem uma análise semelhante à que foi apresentada anteriormente para ‘ajudar’: o complemento *funcionário* é interpretado como afetado diretamente, enquanto o argumento *eleitorado* é interpretado como uma entidade abstrata, tomada como uma coletividade. O contraste definido pela natureza do complemento é marcado pela preposição. No entanto, a natureza ilocucionária do verbo ‘advertir’, permite ainda uma comparação com verbos como ‘avisar’, ‘informar’, que são ditransitivos, e que ocorrem em duas configurações: *O chefe informou o funcionário do horário/ O chefe informou horário ao funcionário*. A possibilidade de alternância consiste essencialmente em que o argumento interpretado como Experienciador pode ocorrer como OD ou como P+Objeto. Essa situação está crucialmente associada ao fato de o argumento ser interpretado em ambas as ocorrências como [+afetado], já que está envolvido em uma transferência de posse (abstrata). Nesse sentido, é a idéia de transferência que permite que o traço [+afetado] seja associado ao complemento realizado como P+Objeto (a par da possibilidade de ocorrer como OD, que é a posição canônica desse traço como mencionado anteriormente). Embora o verbo *advertir* seja monotransitivo (e não ditransitivo), é possível afirmar que as propriedades do complemento são as mesmas – ou seja, o complemento é [+afetado] e o predicado envolve transferência (abstrata). Assim a realização do argumento na configuração OD ou P+Objeto está associada ao traço [+afetado] do complemento, em face da interpretação de transferência (abstrata). Outra interpretação associada a (48b) e (48b’) é a de que o argumento interno é interpretado como [-afetado]; nesse caso, consideramos relevante o traço [±abstrato], associado ao nominal *eleitorado*.

Classe 3 – Afastamento em relação a um ponto

Podemos classificar o evento em (49) como atividade. Em (49a) e (49b) a interpretação de ‘não ceder’, ‘não sucumbir’, se mantém; assim, tanto o argumento *incêndios e apagões* quanto *o segundo copo* não sofrem mudança de estado, e também não são temas incrementais.

- (49) a. resistir a incêndios e apagões [-afetado] [-télico]
 b. resistir Øo segundo copo [-afetado] [-télico]

Passemos aos dados em (50) e (51). Enquanto nos dados (50a) e (51a) abaixo os predicados são interpretados como culminações, aqueles em (50b) e (51b) são interpretados como atividades. Nas construções com *renegar* e *renunciar* tem-se a interpretação de ‘desprezar’, ‘repelir’. Em (51a), *renunciar* atribui a *o cargo* a idéia de que este era ocupado pelo agente da renúncia e, portanto, sofre mudança de estado, passando a desocupado. O predicado (51a’) reflete a interpretação do complemento que não sofre mudança de estado; note-se que a construção admite leitura abstrata. O complemento do predicado em (16b), no entanto, não apresenta mudança de estado.

- (50) a. renegar a fortuna da família [-afetado] [+télico]
 b. renegar ao seu povo [-afetado] [-télico]
- (51) a. renunciar o cargo [+afetado] [+télico]
 a’. renunciar ao mandato [-afetado] [+télico]
 b. renunciar a um filho [-afetado] [-télico]

Classe 4 – Localização no espaço e no tempo

Os verbos *anteceder*, *preceder* e *suced* não denotam um evento dinâmico, mas estático. Seus complementos não sofrem qualquer mudança de estado e os eventos apontam para uma constância, o que caracteriza os eventos atélicos. O caráter consistente da marcação do complemento para o traço [-afetado] (independentemente da interpretação do predicado quanto ao traço de telicidade) sugere que a preposição *a*, nesse caso, codifica a função sintática de complemento em oposição à de sujeito. Essa situação é importante na ausência de

indicação da função gramatical por meio da ordem dos termos na oração. Nos predicados (52b), (53b) e (54b), ocorre a queda da preposição *dummy*, que marca a função gramatical de complemento.

(52) a. anteceder ao carnaval	[-afetado] [-télico]
a. anteceder Øo jogo	[-afetado] [-télico]
(53) a. preceder ao almoço	[-afetado] [-télico]
b. preceder Øa entrevista	[-afetado] [-télico]
(54) a. suceder ao show	[-afetado] [-télico]
b. suceder Øa entrevista	[-afetado] [-télico]

Os dados formados pelas quatro classes de verbos sugerem a relação entre o traço [télico] do predicado e o traço [afetação] do complemento, no que se refere à realização como OD ou P+Objeto. Essa relação é muito clara na análise dos verbos que selecionam complementos relativos, em que o traço [+télico] do verbo e o traço [+afetado] do complemento selecionam um complemento OD. Por outro lado, o traço [atélico] e [-afetação] conduzem ao mapeamento do argumento interno como um complemento preposicionado. A perda da preposição *a* como marcador morfológico de Caso tem como consequência a manifestação da variante OD, o que não implica mudança no traço [±afetado] do complemento. Consideramos que o emprego de *the* nos contextos de objeto direto corrobora a perda da marca distinguidora de Caso desses complementos.

4.5 Traço de [+/-animado] e [+/-abstrato]

Outro fato interessante em relação à distribuição dos complementos OD e P+Objeto diz respeito à presença de *a* em construções de leitura abstrata. Chamamos de leitura abstrata aquela que não denota contato físico entre o argumento externo e o argumento interno e, em se tratando dos verbos analisados, todos podem figurar em construções de interpretação abstrata. Essa definição independe da mudança de estado sofrida pelo complemento verbal

(veja-se o caso dos predicados psicológicos, por exemplo), conforme contraste entre (55) e (56).

(55) [...]havia muitas pessoas no local no momento em que a tromba d'água *atingiu os banhistas*, por volta das 14h deste domingo [...] (Globo.com)

(56) É no período que antecede o fechamento da BR-364 que famílias de maior poder aquisitivo começam a estocar enlatados, principalmente óleo de cozinha, que este ano, no Juruá, *atingiu ao patamar de R\$ 5 o litro*. (Governo do Acre)

Nota-se que a sentença (55) denota o contato físico entre o argumento interno e o externo, ao passo que em (56), isso não ocorre, apesar de o verbo em uma e outra construção ter a mesma acepção ('ter alcançado', 'ter chegado a'). Tal situação distingue-se do que ocorre em *O tornado atingiu os banhistas/ O tornado atingiu aos banhistas*, em que o papel temático do argumento interno continua sendo Tema. Nesse caso, a preposição *a*, na variante P+Objeto, parece estar associada à codificação do traço [+animado]. Essa marcação permite contrastar com *O tornado atingiu o telhado/ *ao telhado*.

Fernandes (2003) classifica o verbo *atingir* como transitivo, que na sua definição corresponde ao verbo que seleciona apenas um argumento objeto direto (nesse caso, trata-se de uma alternância OD-OI). Entretanto, o autor registra o uso de complementos preposicionados com o verbo *atingir* pelos escritores que utilizou como fonte; nos contextos fornecidos por Fernandes, quando o complemento é OD, a significação do verbo remete à interpretação física (com contato físico) ou abstrata (sem contato físico), como se percebe a seguir pelos exemplos (57) e (58), do autor (p.108). Por outro lado, quando o autor apresenta contextos em que o complemento era OI, construção desautorizada por ele, nota-se que o contexto da interpretação abstrata do significado verbal parece favorecer a presença de complemento preposicionado (cf. (59), (60) e (61)):

(57) Enfim, uma terceira bala *atinge o alvo*. fis/ ACC²⁷

(58) Salazar *atingiu uma alta patente* no exército português. abst/ACC

²⁷ As siglas significam: fis: interpretação física; abst: interpretação abstrata; ACC: Caso acusativo; OBL: Caso oblíquo.

(59) Ninguém em melhores condições de *atingir à presidência da república*. abst/OBL

(60) A *secura da atmosfera atinge a graus anormalíssimos*. abst/OBL

(61) O monarca não podia *atingir ao que significava aquele gesto*. abst/OBL

A formação *atingir a* está relacionada à acepção de ‘alcançar algo, ter chegado a algum ponto’, que não é propriamente um lugar, como em (61), cuja interpretação é ‘alcançar o entendimento’, caracterizando a ausência de contato físico entre os argumentos da construção. Observe que o mesmo ocorre com o verbo *ajudar* (cf. (62)).

(62) Marcinho *ajudou muitos jogadores* a alcançar o principal objetivo de todos eles, que é chegar à condição de ídolo da torcida. [...] E foi na preparação física de muitos atletas que Francisco Marcinho de Castro *ajudou ao futebol*, contribuindo para a formação de craques. (Cepimar.org.br)

Essa mesma distinção em termos de interpretação abstrata do predicado pode ser verificada com o verbo *servir*²⁸. Fernandes (2003) chama a atenção para a diferença entre as construções *servi-lo* e *servir-lhe* (cf. (63)).

(63) O criado *serve-o* bem, mas não *lhe serve*.

Em (63) *servi-lo* significa ‘prestar serviço’ (fisicamente) e *servir-lhe* é ‘ser útil’. Essa, no entanto, não é uma acepção privativa de um predicado com OI (veja-se o contraste entre (64) e (65)), mas aponta mais uma vez para uma distinção baseada em uma interpretação física *versus* uma interpretação abstrata.

(64) Além disso, afirmou que o senador pelo Arizona John McCain, candidato republicano à Presidência, prometeu seguir a mesma linha que "tão mal *serviu aos Estados Unidos*". (Globo.com)

²⁸ O verbo *servir* é encontrado na acepção de servir ao exército. Também nessa acepção é muito comum encontrar a alternância OI-OD, como nas sentenças abaixo:

(i) Joseph Ratzinger *serviu ao exército alemão* durante a 2ª Guerra Mundial. (Agenciabrasil.gov.br)

(ii) Rolando Boldrin já foi sapateiro, garçom, frentista de posto de beira-de-estrada, *serviu o exército* [...] (granjaviana.com.br)

(65) A moral [...] sempre *serviu o homem* de maneira prática [...] (zonamix.com.br)

O verbo *recorrer* merece uma menção especial. De acordo com Fernandes (2003), quando esse verbo forma um predicado com um complemento não-preposicionado, significa ‘tornar a correr’, acepção que parece desusada no PB; quando o complemento é introduzido por *a*, significa ‘dirigir-se a alguém pedindo socorro, benevolência, proteção’ ou ainda, ‘lançar mão de, fazer uso de’. No PB, parece não haver flutuação entre os complementos acusativo e dativo de predicados na última acepção e a possibilidade de um elemento não preposicionado adjacente ao verbo configuraria, na verdade, um sujeito deslocado (ou ordem VS), como está representado em (66):

(66) Flexa Ribeiro declarou que, quanto ao mérito da reportagem, “totalmente desvirtuada da verdade”, ela talvez seja um meio a que *recorreu o secretário* “para tentar encobrir a inexistência de governo e mesmo de programas, como se viu durante todo o ano de 2007”. (diariodopara.com.br)

Embora marginal, o emprego do complemento acusativo nessas situações se verifica em construções como (67):

(67) [...] minha mãe está ficando comigo e com minha filha *eu recorri o benefício*, minha pericia será 02/05/2007 o meu cid:32.2 [...] (Comentário de leitora, webartigos.com)

O emprego dessas construções com a preposição *para*, também marginal, ocorre nessa acepção (cf. (68)):

(68) [...] já *recorri para todas as concessionárias da cidade que possuem promotores do ABN*, [...] (Reclamação de consumidor, www.reclameaqui.com.br)

Outra característica a ser observada em relação à alternância é a propriedade de formação de passiva dos predicados. Com exceção de *recorrer*, *aspirar* (no sentido de desejar) e *interessar*, todos os verbos observados podem formar construções passivas (*resistir* e *renunciar* parecem compor passivas apenas marginalmente). Tal possibilidade se apresenta

como mais uma evidência de que os argumentos da maioria dos verbos monotransitivos que aceitam a alternância entre OI-OD apresentam complementos acusativos. Em alguns casos como construções de leitura abstrata com o verbo *atingir*, no entanto, a apassivação não parece funcionar (cf. contraste entre (69), (70) e (71)).

- (69) a. O óleo de cozinha *atingiu ao patamar de R\$ 5 o litro*.
 b. ?*O patamar de R\$ 5 foi atingido pelo óleo de cozinha*.

- (70) a. A tromba d'água *atingiu os banhistas*, por volta das 14h deste domingo [...]
 b. *Os banhistas foram atingidos* pela tromba d'água por volta das 14h deste domingo.

- (71) a. A secura da atmosfera *atinge a graus anormalíssimos*.
 b. ?*Graus anormalíssimos foram atingidos* pela secura da atmosfera.

É de se notar que não podemos trocar os complementos das construções de sentido abstrato por complementos com traço [+animado]. Por exemplo, se o verbo *atingir* seleciona um complemento com esse traço, ele é necessariamente físico. Observe o contraste entre (72) e (73).

- (72) A secura da atmosfera *atinge o homem*.

- (73) [...] o jogador partiu para cima do árbitro e *lhe atingiu* com um soco na barriga e um pontapé na perna direita. (Autoracing.com.br)

Nesses casos, em que a interpretação é física, o clítico *lhe* pode ser empregado (cf. (73)), mas não pode ser quando a interpretação é abstrata, como em (74) e (75).

- (74) a. O óleo de cozinha *atingiu ao patamar de R\$ 5 o litro*.
 b. *O óleo de cozinha *lhe atingiu*.

- (75) a. A secura da atmosfera *atinge a graus anormalíssimos*.
 b. *A secura da atmosfera *lhe atinge*.

A interpretação física dos predicados não é suficiente para explicar a ocorrência de *lhe* nesses contextos, evidência disso é que o falante do português brasileiro emite sentenças em que o clítico é complemento em construções com leitura abstrata. O traço [+animado] é necessário ao complemento, como já foi detectado por vários autores.

(76) O empregado não *lhe* serve.

A alternância OI-OD (considere-se também a possibilidade de um OD poder ser interpretado como Tema, Alvo ou Experienciador) e alterações na propriedade da preposição *a* marcar Caso podem ter conduzido à expansão do emprego do clítico *lhe* substituindo complementos do Caso acusativo no PB atual. Uma evidência a favor dessa assunção encontramos em construções como em (77) e (78).

(77) Ana, *lhe* assisti no teatro ontem.

(78) Vou *lhe* atender quando sair daqui.

Os verbos empregados nas sentenças acima selecionam complementos relativos (cf. Rocha Lima, 2006). Vimos que tais complementos não aceitam a pronominalização com *lhe* (como pronome dativo). No entanto, o que se observa em (77) e (78) é a pronominalização do complemento realizado como OD, por meio do clítico *lhe*. Nesse contexto, portanto, *lhe* não é pronome dativo, mas uma forma pronominal acusativa, de 2ª pessoa, que se opõe à forma pronominal nominativa. Finalmente cabe observar que a cliticização por meio de *lhe* não ocorre com os verbos *aspirar* (objetivar), *aludir*, *visar* (objetivar). Isso se deve provavelmente à ausência do traço de animacidade dos complementos que esses predicadores selecionam. Fica então confirmada a vinculação entre o pronome *lhe* nesses casos e o traço de [animacidade].

4.6 Síntese do capítulo

Neste capítulo, procuramos verificar se a análise de Arad (1998) e Naves (2005), relacionadas à codificação de traços aspectuais, podem se aplicar à alternância OD-P+Objeto de verbos monotransitivos do PB.

Verificamos que os predicados alternantes podem se enquadrar em quatro tipos de eventos, os quais compartilham uma interpretação de *orientação* em relação a determinado ponto. Adotando-se um sistema de traços sintático-semânticos, foi possível relacionar a manifestação ou ausência da preposição a certos traços. Uma generalização é a de que verbos e complementos marcados respectivamente como [+tético] e [+afetado] são realizados na variante OD. A manifestação da variante P+Objeto foi identificada com a presença dos traços [-afetado], [+abstrato], [+animado] no complemento.

Tais propriedades interagem ainda com o papel temático do argumento, que pode ser Tema, Alvo ou Experienciador. Constatou-se que o argumento interpretado como Tema ocorre como complemento OD. Os argumentos interpretados como Alvo e Experienciador ocorrem como complemento OD e P+Objeto. O clítico *lhe* é empregado na função de objeto direto, no contexto da realização do argumento Alvo e Experienciador como OD.

Com os verbos monotransitivos, não se admite a substituição de *a* por *para*. Nos casos em que há a substituição, a interpretação da sentença é física (por exemplo, nas sentenças de transferência de posse etc) e se forma uma sentença bitransitiva (a mensagem transferida pode ser inclusive um complemento oracional, ou objeto nulo, por exemplo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, discutimos questões relativas à sintaxe de complementação e do sistema pronominal do português do Brasil. Especificamente associamos inovações na sintaxe de complementos preposicionados (seja complementos relativos, seja objeto indireto), que passam a ser mapeados como objeto direto em predicados monotransitivos, à inovação do emprego do clítico *lhe* na função de objeto direto. Tais fenômenos foram abordados à luz dos pressupostos teóricos da teoria gerativa e estudos acerca dos fenômenos envolvidos que contribuíram na descrição das inovações mencionadas.

No capítulo um, tratamos do fato de que algumas preposições funcionam como uma marca morfológica de Caso, de forma similar ao que se vê em relação às flexões latinas nos nomes. Essa abordagem se torna fundamental para a análise, uma vez que, nos predicados observados, pudemos constatar que a preposição *a*, que introduz objetos indiretos e complementos relativos em predicados monotransitivos, funciona como uma marca morfológica de Caso, ou seja, a preposição *dummy*, a exemplo de *obedecer ao pai/ agradecer ao amigo/ ajudar ao irmão; assistir ao vídeo/ visar ao objetivo/ aspirar ao cargo de diretor*. A possibilidade de esses complementos preposicionados serem mapeados como objetos diretos sem alterar a semântica dos predicados corrobora essa afirmação. Um argumento contrário a essa assunção seria afirmar que verbos como *assistir*, *visar* e *aspirar* apresentam acepções diferentes na presença e na ausência da preposição *a*, a exemplo de *assistir o doente, visar o cheque e aspirar o perfume*, em contraste com os exemplos citados anteriormente. De fato, no PB falado, essa distinção deixa de existir associada à preposição. Assim a interpretação diferenciada de uma e outra acepção se faz composicionalmente, mediante a concatenação do DP que realiza o argumento interno diretamente ao verbo, sem que seja necessária a preposição *a*, a exemplo de *assistiu o vídeo/ assistiu o paciente*. No que diz respeito aos papéis temáticos dos complementos analisados, foram identificados os argumentos Tema, Meta (ou Alvo) e Experienciador. Em muitos casos, os papéis Alvo e Tema são difíceis de distinguir, como em *satisfazer aos requisitos, ajudar ao idoso, perdoar ao amigo*, visto que o complemento traz a noção de direção da ação verbal, ao mesmo tempo em que se constata a mudança de estado dos complementos, permitindo a interpretação de [+afetado]. É possível que essa ambigüidade favoreça a realização de objetos indiretos e complementos relativos como objetos diretos. Verifica-se ainda que, nos casos mencionados, a ausência da preposição

pode alterar a interpretação do papel temático, o que favoreceria a interpretação [+Tema]. Desse ponto de vista, a preposição *dummy a* funciona como uma marca morfológica que materializa o traço [-afetado] do complemento. Essa propriedade não exclui que seja considerada uma preposição *dummy*, pois o contraste está em que a preposição não é lexical, estando sua distribuição associada à codificação gramatical de uma propriedade semântica.

No capítulo dois, discutimos as funções gramaticais no contexto da complementação. Consideramos o tratamento acerca do tema dado pela gramática tradicional e por uma gramática portuguesa de base gerativa. Fizemos um apanhado das inovações do PB no âmbito da sintaxe de complementação e registramos algumas análises para os fenômenos inovadores. Ramos (1992) registra o decréscimo ao longo de quatro séculos da perda da preposição *a* de contextos de objeto direto preposicionado, e registra a tendência, já apontada por Thomas ((1960) apud Pontes (1992)), à eliminação da preposição *a* no PB e substituição da preposição *dummy a* por preposições lexicais. No último caso, Lobato ((1990) apud Salles (1992)) afirma que a alternância entre *a* e *para* só é possível nos contextos em que o complemento introduzido pela preposição recebe papel temático Meta, são as estruturas de predicados de transferência (*dar, dizer, pedir*). Na análise de Salles (2003), a realização dos complementos dativos introduzidos por *para* se relaciona à perda de distinção dativo-acusativo do sistema pronominal, visão corroborada pela ocorrência de *lhe* na função de objeto direto. Torres-Morais (2006), analisando as construções de redobro do clítico no PE, assume que o desaparecimento dessas construções no PB, a alternância entre *a* e *para* e a perda do clítico dativo de terceira pessoa *lhe* são evidências à hipótese de que o PB está perdendo a propriedade de expressar morfológicamente o Caso dativo, sendo esse complemento reanalisado como um PP, e não um *a*-DP.

Ainda em relação à presença da preposição *a*, foram descritas as construções de Objeto Direto Preposicionado (ODP), as quais são encontradas em construções com DP quantificado (*a ninguém, a todos, a quem*), o qual é marcado pelo traço de animacidade. Ramos (1992) observou que existe correlação entre a ocorrência de ODP e o deslocamento do objeto em relação ao núcleo verbal, esse fenômeno está associado a um período em que há maior flexibilidade na ordem dos constituintes. A preposição *a* guardaria três propriedades: (i) marcar leitura quantificada do DP; (ii) marcar o traço [+animado] do DP e (iii) marcar o Caso do DP. Os estudos diacrônicos mostram várias alterações na sintaxe de complementação e dos pronomes que podem ser relacionadas à perda dessa preposição. Observou-se, por exemplo, o enrijecimento da ordem, a preferência por preposições lexicais introduzindo dativos e, ainda,

a perda dos pronomes de terceira pessoa *o/a*, que não fazem distinção entre DPs [\pm animados] em favor de estratégias que garantem essa diferenciação.

Diferentemente de Torres-Morais (2006), não concebemos o complemento relativo (como em *assistir à opera/ a ela*) como um PP apenas por não poder ser pronominalizado por *lhe*. Assumimos que a preposição *a* nessas construções é uma marca morfológica de Caso e a pronominalização é bloqueada nesses casos pelo fato de faltar ao complemento o traço de animacidade, requisito fundamental para que *lhe* seja realizado. Um contra-argumento a essa afirmação seria dizer que, no português europeu, o traço de animacidade não é essencial à cliticização por *lhe*. Esse contra-argumento não se sustenta, pois há que se fazer um estudo no PE para verificar como se dá, de fato, a retomada pelo clítico, pois os estudos lingüísticos (Freire (2007), Torres-Morais (2006)) que apresentam essa descrição utilizam dados como (1) e (2).

(1) O PP tem tido um espaço e uma dimensão que *lhe* são dados sobretudo pelo abandono dos ideais de luta da Esquerda.

(2) Estou furiosa com o Banco de Portugal. Enviei-*lhes* uma carta a reclamar.

Pode-se constatar que clítico não se refere ao partido político ou ao banco como entidades inanimadas, mas a instituições pelas quais respondem pessoas. De forma que ‘a carta’ é enviada para o lugar ‘banco’, mas quem lê e responde são as pessoas que trabalham na instituição. Verifica-se um tipo de prosopopéia, ou uma interpretação do tipo metonímica, em que se toma o todo pelas partes. O mesmo pode ser verificado com o ‘partido político’.

No terceiro capítulo, apresentamos o quadro pronominal do PB da gramática tradicional, tal como sistematizado na obra de Rocha Lima e Cunha & Cintra e, posteriormente, apresentamos os estudos lingüísticos dedicados à compreensão e descrição das inovações no sistema pronominal do PB. Nosso objetivo era mostrar que as mudanças e as tendências no sistema sugerem que está em formação um sistema referencial em detrimento de um sistema casual (cf. Kato et al. (1994) *apud* Ramos (1999)) e o que atualmente é visto como concorrência de formas na verdade nos remete à especialização das formas baseada nos traços [\pm referencial] e [\pm específico] do sintagma pronominalizável. Os nossos dados sugerem não apenas a perda da distinção entre dativo e acusativo – corroborada pela extensão

do uso do clítico dativo de terceira pessoa para os contextos acusativos –, mas a perda do uso da preposição *a* na codificação de propriedades/ traços semânticos.

No quarto capítulo, passamos a examinar um grupo de verbos, sistematizados segundo uma classificação que identificou a presença de um traço lexical associado à noção de movimento/ orientação em relação a um ponto. Com essa distribuição, buscamos verificar a existência de uma relação entre traços aspectuais do predicado e o mapeamento de objetos indiretos e complementos relativos como objeto direto, tomando por base análise de Naves (2005), que relaciona os traços [télico] do verbo e [mudança de estado] do complemento ao mapeamento do argumento Experienciador como argumento interno. Foi possível verificar, principalmente em relação aos verbos que selecionam complementos relativos (*assistir a*), a preferência pela realização do OD quando o verbo é [+télico] e o complemento é interpretado como [+afetado]. Pudemos verificar, ainda, que existe preferência ao emprego da forma preposicionada do complemento verbal em contextos em que a interpretação é abstrata; nessas situações, inclusive a apassivação dos complementos soa agramatical ou degradada. Tal correlação veio corroborar a relação entre a presença do complemento preposicionado e o traço [-afetado] do complemento. Por outro lado, nas construções em que a leitura é física, é possível montar, com a maior parte dos verbos analisados, uma estrutura passiva bem formada. Cabe considerar ainda o fato de os predicadores que admitem tanto leitura abstrata quanto de leitura física do complemento, formarem a leitura física via inserção de um argumento interno [+animado] (e vice-versa). Nessas situações, *lhe* pode retomar o argumento interno das construções com leitura física.

Sugerimos durante a pesquisa que as configurações monotransitivas que selecionam objeto indireto pudessem ser os contextos introdutórios do *lhe* acusativo no PB, de maneira que a seqüência seguinte mostra os possíveis passos dessa inovação no PB: *obedeceu ao pai/ obedeceu a você/ lhe obedeceu > obedeceu o pai/ obedeceu você/ lhe obedeceu*. O estágio em que OI é mapeado como OD, por sua vez, sendo marcado por inovações relativas à sintaxe pronominal, à sintaxe da ordem dos constituintes na oração, à sintaxe do dativo, leva a que outras formas verbais se alinhem nessa configuração, como *ajudou o pai/ você/ lhe ajudou; interessou o pai/ você/ lhe interessou; assistiu o Paulo Autran/ você/ lhe assistiu*. Outra sugestão diz respeito ao fato de a diminuição do clítico dativo *lhe* de terceira pessoa nas construções de redobro do clítico poder seguir a trajetória: *deu-lhe o livro a ele > deu o livro a ele > deu o livro para ele*, formando a construção dativa usada no PB atual.

Há questões, no entanto, que permanecem em aberto, como por exemplo, (i) o que a alternância em estruturas como *informou a notícia ao homem/ informou o homem da notícia* sugere sobre a relação casual dos argumentos internos do português e sobre a codificação de traços sintático-semânticos analisados no presente estudo? (iii) existem diferenças nas propriedades gramaticais da preposição *a* introdutora de complementos dativos em construções ditransitivas e as introdutoras de complementos preposicionados de estruturas monotransitivas? Essas e outras questões vêm confirmar que a investigação das propriedades dos complementos preposicionados pode ser esclarecedora para a teoria gramatical, e para o entendimento das propriedades da gramática universal.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Adriana Lília Vidigal Soares de. **A variação de Você, Cê e Oê no português brasileiro falado**. Dissertação de mestrado. Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula, UnB, Brasília, 2004.

ARAD, Maya. **VP-Structure and the Syntax-Lexicon Interface**. Tese de Doutorado. London, University College, 1998.

ARRUDA, Niquelme Cardoso. **A realização do objeto direto no português brasileiro culto falado: um estudo diacrônico**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus de Araraquara, São Paulo, 2006.

BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes In: **Problemas de lingüística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak & Maria Luísa Néri. 5ed. Pontes Editores, Campinas, São Paulo, 2005.

BERLINCK, Rosane de Andrade. **A expressão do objeto indireto no português do Brasil**. ms. 1996.

_____. O objeto indireto no português brasileiro: um estudo diacrônico. In: Rosane de Andrade Berlinck; Gladis Massini Cagliari; Marymarcia Guedes; Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa. (Org.). **Estudos de Lingüística Histórica do Português**. 1 ed. Araraquara / São Paulo: Laboratório Editorial FCL/UNESP / Cultura Acadêmica, 2005, v. 1, p. 123-139.

BISPO, Karla Cristina Iseke. **A sintaxe do objeto indireto no português**. Dissertação de mestrado. Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula, UnB, Brasília, 2004.

CHOMSKY, Noam. **The Minimalist Program**. Cambrigde, Mass.: The MIT Press, 1993.

_____. **O conhecimento da língua, sua natureza, origem e uso**. Trad. Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. Lisboa: Editorial Caminho, 1986.

_____. **Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas.** Trad. Lúcia Lobato. Revisado por Mark Ridd. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2ed., p.163-184,1996a.

_____. O objeto nulo no português brasileiro. **Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada.** São Paulo, v. 12, n.2, p.221-238,1996b.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC,1986.

_____. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. **Fotografias sociolingüísticas.** Campinas: Pontes, 1989.

_____. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I. & KATO, M. A. (orgs.) **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2ed., p.107-128, 1996.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de Verbos e Regimes.** 44ed. São Paulo, Globo, 2003.

FERREIRA, Cinthia Carla. **A variação do pronome sujeito na fala da comunidade Kalunga.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

FONSECA, Lícia Regina Moreira de Souza da. **A gramática dos casos e a transitividade.** Tese para concurso de professor assistente. Departamento de Lingüística, Teoria da Literatura e História da Literatura. UFBA,1973.

FREIRE, Gilson Costa. **Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana.** Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, UFRJ, 2000.

_____. A realização do dativo anafórico de terceira pessoa na escrita semiformal brasileira e portuguesa. In: **Cadernos do CNLF**, Série VII, no.11 – Morfossintaxe, disponível em < <http://www.filologia.org.br/>>, acesso em 07/03/2007.

HALE, Ken & KEYSER, Jay. On the Complex Nature of Simple Predicators. In: ALSINA, Alex; BRESNAN, Joan; SELLS, Peter (eds). **Complex Predicates.** California, United States of America. CSLI Publications, 1997.

HONSTEIN, Norbert. NUNES, Jairo & GROHMANN, Kleanthes K. **Understanding Minimalism.** New York: Cambridge University Press, 2005.

ILARI, Rodolfo. FRANCHI, Carlos. NEVES, Maria Helena Moura & POSSENTI, Sírio. Os pronomes do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de & BASÍLIO, Margarida.(Org.) **Gramática do português falado.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP/ FAPESP, 1996. v.IV: Estudos descritivos.

KROCH, Anthony. Syntactic Change In: BALTIN, Mark & COLLINS, Chris (eds.) **Handbook of Syntax,** Blackwell, 2000.

LARSON, Richard Kurth. On the Double Object Construction. **Linguistic Inquiry** (19)3: 335-91, 1988.

LEAL, Maria Auxiliadora da Fonseca. **Complementos preposicionados no sintagma verbal do português: uma abordagem diacrônica.** Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 1992.

LIGHTFOOT, D. **How to set Parameters: Arguments from Language Change.** Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1991.

LUCAS, Elaine Mesquita. **A expressão do *lhe* acusativo em textos produzidos no Orkut por jovens da zona urbana do Distrito Federal.** Anais do III Encontro Nacional do GELCO, 2006.

LUCCA, Nívea Naves Garcia. **A variação tu/você na fala brasiliense.** Dissertação de mestrado. Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula, UnB, Brasília, 2005.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. **Gramática da língua portuguesa.** 5.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

NAVES, Rozana Reigota. **Alternâncias Sintáticas: Questões e Perspectivas de Análise.** Tese de Doutorado. Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula, UnB, Brasília, 2005.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati & MÜLLER, Ana Lúcia. As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas? **Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada.** São Paulo, v. 12, n.1, p.125-152,1996.

PONTES, Eunice. **Espaço e tempo na língua portuguesa.** Campinas, São Paulo: Editora Pontes, 1992.

RAMOS, J. O emprego das preposições no português do Brasil. In: TARALLO, F. **Fotografias Sociolingüísticas.** Campinas, Pontes: Editora da UNICAP, 1989.

RAMOS, Jânia. **Marcação de Caso e mudança sintática no português do Brasil: uma abordagem gerativa e variacionista.** Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas, SP, 1992.

RAMOS, Conceição de Maria de Araújo. **O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro/ espanhol peninsular.** Tese de doutorado. UFAL. Maceió, AL, 1999.

ROBERTS, Ian. **Comparative Syntax.** London, Great Britain: Arnold, 1997.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2006.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. “Usos da preposição ‘a’ nas redações de vestibular de 1992”. **INTERFACE**. 2 (5):15-9, 1992a.

_____. **Preposições do português: um estudo preliminar**. Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, UnB, Brasília, 1992b.

_____. **Prepositions and the syntax of complementation**. Department of Linguistics, University of Wales, Bangor, 1997.

_____. Construções de objeto duplo no português do Brasil. **Revista do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo**, v. 28, São Paulo, 1999.

_____. **Dativo no Português do Brasil: Perda do Caso Inerente**. Comunicação III Congresso Internacional da ABRALIN. Rio de Janeiro, RJ, 2003.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida Correa Ribeiro. Argumentos dativos: um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. **Revista da ABRALIN**, v. 5, n.1 e 2, p. 239-266, dez. 2006.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida Correa Ribeiro & LIMA-SALLES, Heloisa Maria Moreira. **Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese**. Talk presented at the 37th Linguistic Symposium on Romance Languages, University of Pittsburgh, 2007.